



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**A SUSTENTABILIDADE EM  
EMPREENDIMENTOS  
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
PLURALIDADE E INTERCONEXÃO  
DE DIMENSÕES**

Tatiana Araújo Reis



Salvador  
2005

**TATIANA ARAÚJO REIS**

**A SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS DA  
ECONOMIA SOLIDÁRIA: PLURALIDADE E INTERCONEXÃO  
DE DIMENSÕES**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho

Salvador  
2005

*Dedico este trabalho a meus amados pais, Augusto e Anair.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.

A minha família - meus pais, minhas irmãs (Tina, Gab e Tai) e minha avó (Wanda) – pela colaboração e incentivo nos momentos mais precisos.

A Pablo Albino pelo seu especial apoio e contribuição nos inumeráveis momentos que compartilhamos no percurso da construção deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Genauto de Carvalho França Filho, pelo incentivo e pela orientação que muito contribuiu para o meu aprendizado e crescimento, fundamentais na construção deste trabalho.

Aos integrantes da COOPARTES, da COOPERCONFEC e da COOPAED, pela disponibilidade e confiança, essenciais para o levantamento das informações presentes neste trabalho, especialmente a Maria José, Edna, Emilia, Messias, Adilson, Flavia, Tânia, Silmara, Adriana, Kátia e Meire.

Ao EPADE e ao PANGEA pelas informações fornecidas.

Ao NPGA e sua excepcional estrutura e equipe, por ter possibilitado a realização deste trabalho. Em especial, ao Professor Francisco Teixeira, Darci, Anaelia, Ernani e André.

À Professora Suzana Moura, pelo seu auxílio muito especial nos diversos momentos deste trabalho.

Ao Professor Reginaldo Santos pela amizade e apoio.

Ao Professor Carlos Milani, pela colaboração.

Ao Núcleo de Estudos sobre o Poder e Organizações Locais (NEPOL), pelo apoio.

Ao Programa de Capacitação e Estímulo à Docência (PROCES) da UFBA, pela bolsa concedida no primeiro ano deste trabalho, através da CAPES, e ao CNPq, pela bolsa no segundo ano do trabalho.

Ao 1,39 pelos momentos de orientação e descontração, especialmente aos amigos Airton, Ludmila, André e Luiz.

Ao amigo Thiago Xavier, pela importante colaboração na concepção do anteprojeto de pesquisa e ao colega Gildasio, pelas conversas orientativas e incentivadoras.

À Caravana Solidária, pelas informações colhidas durante a viagem e na visita ao Banco Palmas e a Joaquim Melo pela entrevista concedida.

A Luciene, pelas informações sobre a realidade da economia solidária na Bahia.

Aos jovens da CAMAPET, pelas informações fornecidas na pesquisa exploratória.

É difícil expressar com palavras o tamanho da gratidão que tenho a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Espero não ter me esquecido de alguém, mas caso o tenha feito, em tempo, muito obrigada!!!

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo propor alguns parâmetros para a compreensão da dinâmica da sustentabilidade em organizações de economia solidária. Parte-se do pressuposto de que a sustentabilidade em tais iniciativas não se define apenas por aspectos econômicos. Tal consideração situa-se em relação a um marco conceitual específico de tratamento do tema, em que a discussão sobre economia solidária inscreve-se numa perspectiva de sociologia e antropologia econômica. Neste tipo de abordagem, trabalha-se com uma desconstrução do entendimento convencional do fenômeno econômico que o reduz ao princípio mercantil. Ao lado da dimensão mercantil, insere-se uma preocupação com a apreensão das dimensões social e política presentes neste tipo de prática, que contribuem para redefinir o sentido do agir econômico neste âmbito, e, assim, os próprios parâmetros da sustentabilidade. A partir da caracterização do tema da economia solidária e de suas principais problemáticas, e da discussão sobre o conceito de sustentabilidade, é apresentado um quadro analítico que situa a sustentabilidade em relação à diversidade de fatores que influenciam este fenômeno. Este quadro foi dividido em quatro dimensões: econômica (mercantil, não mercantil e não monetária), social (construção do vínculo associativo); política (no nível interno e no nível institucional) e dimensão gestão (infra-estrutura e conhecimento). Para exemplificar a sua utilização, foram estudadas três cooperativas populares localizadas em Salvador (BA): a Cooperativa de Confecção da Comunidade de Plataforma (COOPERCONFEC); a Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos Engenho Doce (COOPAED); e a Cooperativa dos Jovens Artesãos do Vale de Pituaçu (COOPARTES). A partir deste estudo, conclui-se que a sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária é uma sustentabilidade plural, visto que uma série de fatores e dimensões em interação determina a sua dinâmica.

**Palavras-chave:** economia solidária, economia plural, sustentabilidade, empreendimentos de economia solidária, cooperativa popular.

## ABSTRACT

This work has the purpose of considering some parameters for the understanding of the dynamics of the sustainability in organizations of solidary economy. It starts with the assumption that the sustainability in such initiatives is not defined only by economic aspects. This consideration is made in relation to a specific conceptual landmark in dealing with the subject, in which the discussion of solidary economy delves into a perspective of sociology and economic anthropology. In this type of approach, one works with the deconstruction of the conventional understanding of the economic phenomenon that reduces it to the mercantile principle. Along with the mercantile dimension, one places a concern over the perception of the social and political dimensions present in this type of practice, which contributes towards redefining the meaning of economic action in this scope, and, thus, the parameters of sustainability themselves. From the characterization of the issue of solidary economy and its main problems, and of the discussion of the sustainability concept, an analytical framework is presented that points out the sustainability in relation to the diversity of factors that influence this phenomenon. This framework was divided into four dimensions: economic (mercantile, non-mercantile and non-monetary), social (construction of the associative bond); politics (on the internal and institutional level) and the dimension of management (infrastructure and knowledge). To exemplify its use, three popular co-ops located in Salvador were studied: the Cooperativa de Confecção da Comunidade de Plataforma (COOPERCONFEC); the Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos Engenho (COOPAED); and Cooperativa dos Jovens Artesãos do Vale de (COOPARTES). From this study, one can conclude that sustainability in enterprises of solidary economy is pluralist, since there is a number of interacting factors and dimensions that determine its dynamics.

**Word-key:** solidary economy, plural economy, sustainability, enterprises of solidary economy, popular co-ops.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Etapas do trabalho	26
Figura 2 -	Assistência, subsistência, sustentabilidade e escala	100

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Princípios do comportamento econômico/motivos da ação humana	31
Quadro 2 -	Economia plural / pólos de produção e distribuição de riqueza / princípios do comportamento econômico	33
Quadro 3 -	Economia plural	34
Quadro 4 -	Quadro analítico para estudo da sustentabilidade	106
Quadro 5 -	Ganho dos cooperados	171
Quadro 6 -	Quadro analítico à luz dos empreendimentos estudados	173



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCRED	Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares.
ACCMV	Ação da Cidadania Contra a Fome, Miséria e Pela Vida
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANAAD	Associação de Advogados Afro-Descendentes da Bahia
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em autogestão
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
CCA	Central de Cooperativas de Assentados
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB	Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPAED	Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos Engenho Doce
COOPARTES	Cooperativa de Jovens Artesãos do Vale de Pituaçu
COOPERCONFEC	Cooperativa de Confecção da Comunidade de São Bartolomeu
COOTRAM	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos
CPAP	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPC	Cooperativas de Crédito
CPS	Cooperativa de Prestação de Serviços
CUNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAF	Entidade de Apoio e Fomento
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EPADE	Escritório Público de Pesquisas e Apoio ao Desenvolvimento Local e Regional
ES	Economia Solidária
FACES	Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil

FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FSM	Fórum Social Mundial
GT	Grupo de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
JEA	Jovens Empreendedores Associados
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil
PACS	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PATME	Programa de Atualização Tecnológica para Microempresas
PNQ	Programa Nacional de Qualificação
PRONIC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
RETEX	Rede de Melhoria de Competitividade da Indústria Têxtil
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SEBRAE	Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SEMPRE	Secretaria da Economia, Emprego e Renda do Município de Salvador
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem
SERASA	Centralização de Serviços de Banco S.A.
SESI	Serviço Social da Indústria
SETRAS	Secretaria de Trabalho e Ação Social da Bahia
SINDIVEST	Sindicato do Vestuário
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIFACS	Universidade Salvador
UNISOL	Universidade Solidária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>1. ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	29
1.1 UMA OUTRA CONCEPÇÃO DE ECONOMIA?	29
1.2 A GÊNESE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	35
1.2.1 A realidade europeia	35
1.2.2 A realidade latino americana	42
1.2.2.1 A trajetória da economia solidária no Brasil	47
1.3 O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?	50
1.3.1 Em busca de um conceito de economia solidária	50
1.3.2 Como definir empreendimentos da economia solidária: alguns traços que lhes são característicos	58
1.4 FORMAS ASSUMIDAS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA	60
1.4.1 Empreendimentos de economia solidária	60
1.4.1.1 Comercio justo	61
1.4.1.2 Finanças solidárias	63
1.4.1.3 Clubes de troca	64
1.4.1.4 Cooperativas populares	65
1.4.1.5 Associações	67
1.4.2 Entidades de apoio e fomento	69
1.4.2.1 Cáritas	70
1.4.2.2 Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida (ACCMV)	71
1.4.2.3 Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)	73
1.4.2.4 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	74
1.4.2.5 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP)	74
1.4.2.6 Fundação Unitrabalho	76
1.4.2.7 Central Única dos Trabalhadores (CUT)/Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)	76
1.4.2.8 Organizações Não-Governamentais (ONGs)	77
1.4.3 Instâncias governamentais	77

1.4.4 Fóruns	78
1.4.5 Redes	79
1.5 PROBLEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	79
<b>2 A SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	<b>86</b>
2.1 SURGIMENTO DO TERMO SUSTENTABILIDADE	86
2.2 COMPREENDENDO A SUSTENTABILIDADE	91
2.3 DELINEANDO A SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	94
2.3.1 Economia solidária e sustentabilidade	96
2.3.2 Assistência, subsistência, sustentabilidade e escala	100
2.3.3 A sustentabilidade	103
2.4 PROPOSTA DE UM QUADRO ANALÍTICO	105
2.4.1 Dimensão econômica	106
2.4.1.1 Componente mercantil	108
2.4.1.2 Componente não mercantil	108
2.4.1.3 Componente não monetário	109
2.4.2 Dimensão social	110
2.4.2.1 Componente construção do vínculo associativo	111
2.4.3 Dimensão política	113
2.4.3.1 Componente no nível interno	113
2.4.3.2 Componente no nível institucional	115
2.4.4 Dimensão gestão	119
2.4.4.1 Infra-estrutura	120
2.4.4.2 Conhecimento	121
<b>3 APLICAÇÃO DO QUADRO ANALÍTICO EM TRÊS COOPERATIVAS POPULARES DE SALVADOR</b>	<b>124</b>
3.1 A COOPERATIVA MÚLTIPLA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ENGENHO DOCE (COOPAED)	124
3.1.1 Dimensão econômica	126
3.1.1.1 Componente mercantil	126
3.1.1.2 Componente não mercantil	127
3.1.1.3 Componente não monetário	128
3.1.2 Dimensão social	130

3.1.2.1 Componente construção do vínculo associativo	130
3.1.3 Dimensão política	131
3.1.3.1 Componente no nível interno	131
3.1.3.2 Componente no nível institucional	132
3.1.4 Dimensão gestão	135
3.1.4.1 Infra-estrutura	135
3.1.4.2 Conhecimento	136
3.2 COOPERATIVA DE CONFECÇÃO DA COMUNIDADE DE PLATAFORMA (COOPERCONFEC)	139
3.2.1 Dimensão econômica	145
3.2.1.1 Componente mercantil	145
3.2.1.2 Componente não mercantil	146
3.2.1.3 Componente não monetário	148
3.2.2 Dimensão social	148
3.2.2.1 Componente construção do vínculo associativo	148
3.2.3 Dimensão política	150
3.2.3.1 Componente no nível interno	150
3.2.3.2 Componente no nível institucional	151
3.2.4 Dimensão gestão	154
3.2.4.1 Infra-estrutura	154
3.2.4.2 Conhecimento	154
3.3 COOPERATIVA DOS JOVENS ARTESÃOS DO VALE DE PITUAÇU (COOPARTES)	158
3.3.1 Dimensão econômica	161
3.3.1.1 Componente mercantil	161
3.3.1.2 Componente não mercantil	163
3.3.1.3 Componente não monetário	164
3.3.2 Dimensão social	164
3.3.2.1 Componente construção do vínculo associativo	164
3.3.3 Dimensão política	166
3.3.3.1 Componente no nível interno	166
3.3.3.2 Componente no nível institucional	167
3.3.4 Dimensão gestão	168

3.3.4.1 Infra-estrutura	168
3.3.4.2 Conhecimento	169
3.4 QUADRO DE RESULTADO	170
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	174
4.1 CONCLUSÕES	174
4.1.1 Em relação aos objetivos do trabalho	174
4.1.2 Limitações do estudo	179
4.1.3 Contribuição para o mundo acadêmico e para os empreendimentos da economia solidária	180
4.2 RECOMENDAÇÕES	181
4.2.1 Recomendações para trabalhos futuros	181
4.2.2 Recomendações para os empreendimentos estudados	181
<b>REFERÊNCIAS</b>	183
<b>APÊNDICE</b>	192
<b>ANEXOS</b>	197

## INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta dissertação é a Economia Solidária. Por se tratar de um assunto relativamente recente em sua configuração atual, muitos estudos ainda são necessários para a compreensão do seu universo de práticas. O caráter demasiadamente abrangente e, ao mesmo tempo, estimulante, fez da definição do recorte necessário para o estudo uma das tarefas mais difíceis. Dentro do universo da economia solidária, a preocupação é com a sustentabilidade de suas iniciativas. Considera-se tal questão como um campo de estudo que merece ser desenvolvido em virtude da expressividade do movimento no Brasil e no mundo, e, ao lado disso, a carência de estudos voltados para a sustentabilidade de seus empreendimentos.

A temática da economia solidária surge em um contexto socioeconômico e político marcado por fortes tensões. Grande parte dos países do mundo, como é o caso do Brasil, passou a apresentar altas taxas de desemprego ao longo da década de 90 do século passado. A OIT estimou, em 1999, nas categorias de subemprego e desemprego, uma cifra de aproximadamente um bilhão de pessoas no mundo, um número que vem crescendo a uma média anual de cem milhões de pessoas. Muitos autores acreditam que as empresas eliminadas ao longo das últimas décadas do século XX dificilmente retornarão, a menos que ocorra um expressivo crescimento da atividade industrial e dos serviços. Supondo que este crescimento realmente ocorresse, o desemprego certamente diminuiria. Entretanto, os benefícios não seriam colhidos indistintamente por todos. Os pobres que estão completamente à margem da economia de mercado continuariam tão pobres quanto antes (MOURA, 2002), visto que a dinâmica do sistema reproduz e acentua as desigualdades.

A partir da década de 80, há uma expansão acelerada do movimento associativo e comunitário em todo o mundo, que toma diversas conformações, a depender do contexto histórico, social e cultural em que se situa. O (re) surgimento<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> As noções de Economia Social e Economia Solidária, segundo França Filho (2002), vêm de uma tradição histórica em comum, que se relaciona com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que representava uma forma de resistência da população e que deu origem a inúmeras iniciativas solidárias influenciadas pela idéia da ajuda mútua, da cooperação e da associação. Estas ações, com o tempo, foram reconhecidas pelo Estado, gerando um arcabouço jurídico que, como resultado, separou o movimento associativista original em organizações



da economia solidária, está relacionado a aspectos econômicos, políticos e sociais. Do ponto de vista econômico, vincula-se a fatores como a crise do emprego e a exclusão social. Do ponto de vista político está a crise do Estado de Bem-Estar, decorrente da situação de falência de diversos Estados nacionais e do modelo neoliberal implementado por muitos governos, no qual o Estado deixa de se preocupar com políticas sociais e com o pleno emprego. A falta de esperanças de que sejam implementadas políticas que amenizem tal situação, contribui para o aumento de uma tendência à solidariedade. Ao lado disto, está a importância cada vez maior das organizações da sociedade civil acompanhando o surgimento de uma solidariedade civil que, apesar de não inédita historicamente, apresenta um papel fundamental neste contexto.

Diante da perspectiva acima apresentada, tem surgido a idéia de que a solução para aliviar parte destes problemas não se resume à busca por emprego, mas por ocupação. É possível que, de forma alternativa, os trabalhadores se organizem por uma via autônoma e solidária em prol de um objetivo comum, como as iniciativas da economia solidária, capazes de melhorar as condições de vida da população envolvida. No entanto, o objetivo da Economia Solidária não se restringe a gerar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de constituir novas relações sociais baseadas nos valores de solidariedade e da cooperação, que favorecem a participação do cidadão na sociedade.

Pensar em economia solidária significa pensar em uma outra economia oriunda da sociedade civil e dos meios populares, que está acontecendo em diversas partes do mundo, através de iniciativas que assumem, principalmente, formas associativistas e cooperativistas. Estas iniciativas, a depender do contexto em que se situa e de seu objetivo, assumem diferentes configurações, seja atuando em interface direta com o mercado, firmando parcerias com os poderes públicos, ou utilizando formas de reciprocidade, ou, como lhe é mais característico, fazendo um *mix* dessas diferentes configurações (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A economia solidária possui princípios norteadores que podem estar presentes em sua totalidade ou apenas em parte nas organizações solidárias, tais

---

cooperativas, mutualistas e associativas. Isto é consolidado no tempo e cada grupo passa a se isolar devido a seu estatuto (lei) específico. Ao perder a dimensão política, as iniciativas antes consideradas como economia solidária, passam a ser consideradas economia social. O retorno da dimensão política na ação da economia social faz retornar a Economia Solidária.

como: motivação de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, tanto nas de produzir e consumir bens e serviços, como nas de distribuí-los e comercializá-los; referências de êxito distintas daquelas do capitalismo, almejando a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais; processo de autogestão e autonomia, incitando a participação e o engajamento; criatividade na solução alternativa para os problemas e preocupação com o meio ambiente e com o progresso sustentável (NUNES, 2002). Tais princípios servem de elementos para compreensão da lógica de ação destes empreendimentos, o que é fundamental para o entendimento dos fatores que influenciam em sua sustentabilidade.

O universo da economia solidária é composto de diferentes iniciativas, tanto em termos de forma como de abrangência, estruturação e institucionalização, relacionadas com o contexto histórico-social em que se situam. Este universo pode ser dividido em: a) Empreendimentos de Economia Solidária (EES), tais como cooperativas populares, associações, bancos populares e clubes de trocas; b) Entidades de Apoio e Fomento (EAF), compostas, por exemplo, de incubadoras de universidades e de diversos tipos de entidades organizadas da sociedade civil c) instâncias governamentais, que tem como maior exemplo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); e d) fóruns e redes de articulação, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

O fenômeno da economia solidária no Brasil está em pleno processo de estruturação, o que pode ser percebido através da criação da SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho, assim como os vários processos de organização dos fóruns estaduais e das redes de iniciativas, a exemplo da Rede Brasileira de SocioEconomia Solidária, criada na época do Primeiro Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, que integra várias iniciativas de economia solidária no País (SINGER, 2002b).

Para a análise sobre a sustentabilidade dos empreendimentos solidários é fundamental a compreensão da natureza de cada forma estes se podem apresentar, visto que os fatores que influenciam na sustentabilidade poderão variar em função da conformação do empreendimento.

Apesar de ser um campo relativamente recente, alguns estudos apontando problemáticas já vêm sendo realizados. Estas problemáticas fornecem

alguns dos elementos para a compreensão da sustentabilidade dos empreendimentos de Economia Solidária.

Os problemas constantes no cotidiano de alguns dos tipos de organização, como as cooperativas por exemplo, tais como capital de giro, acesso ao crédito, comercialização, tecnologia, ambigüidade da propriedade dos meios de produção, insuficiência de entidades de apoio, falta de padrões gerenciais adequados, precária rede de articulação das diferentes experiências dificultando o intercâmbio e o amadurecimento pela reflexão dos erros comuns, dos êxitos e dificuldades, dificultam a sua sobrevivência (MOURA; MEIRA, 2002).

Muitos autores destacam o papel do apoio externo para o funcionamento e a sustentabilidade de iniciativas de Economia Solidária (KRAYCHETE, 2000; SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2002b; CORAGGIO, 2003; SEI, 2004; FSM, 2004). A ação do fomentador pode mitigar problemas como o acesso ao crédito, tecnologia, métodos de gestão. Por outro lado, pode interferir na autonomia e na sustentabilidade das iniciativas de economia solidária, tanto no surgimento como na sua vida útil. Neste sentido, há o risco de que tal ação se converta em um mecanismo de poder, controle e dominação dos empreendimentos, com o intuito de mantê-los sob sua tutela para obter recursos perante os financiadores. A maioria das cooperativas, segundo Singer (2003), apresenta-se dependente do apoio das entidades que as gestaram e as acompanham.

Outro questionamento que se coloca é a possível presença de valores individuais e de competição, que não estão em sincronia com a filosofia da Economia Solidária, que cultiva valores como solidariedade e reciprocidade. Apesar de esta nova economia centrar-se no humanismo e na cooperação, na prática os mercados sempre incentivam a batalha entre as pessoas, mesmo quando a compra e venda é entre cooperativas (ARRUDA, 2000). Além disto, é possível que exista uma dificuldade em conciliar a satisfação das necessidades enquanto pessoa e pequena coletividade, e ao mesmo tempo se preocupar com os outros empreendimentos e com o sistema como um todo.

Sabe-se como fazer funcionar uma economia baseada no interesse individual (ou seja, baseada no mercado), mas ainda não se sabe como fazer funcionar uma economia fundada na solidariedade. Ou seja, ainda não existe um novo modelo a se implementar, nem se conhecem os elementos definidores da sustentabilidade em tais práticas.

Os empreendimentos da economia solidária podem ser importantes alternativas de transformação da realidade econômica dos excluídos e demais parcelas da população que buscam uma outra economia pautada na solidariedade. Estas iniciativas possuem características próprias que ainda precisam ser estudadas diante das suas especificidades.

Ademais, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e de Fóruns Estaduais são uma forma de institucionalização que demandará métodos de mensuração da sustentabilidade para direcionamento das suas políticas. Este trabalho pretende contribuir neste sentido, ao apontar fatores e dimensões para análise da sustentabilidade no âmbito da economia solidária.

Os empreendimentos solidários, baseados em valores como a solidariedade, têm enfrentado algumas dificuldades para sobreviver. Estudos sobre a sustentabilidade destes empreendimentos poderão servir de base para que se busque viabilizá-los, ou seja, uma vez definidas em que dimensões buscar a sustentabilidade, poderá ser possível procurar atingir indicadores de sustentabilidade. Em outras palavras, a definição dos indicadores para análise de empreendimentos solidários contribuirá para levantar suas potencialidades e carências e buscar sua sustentabilidade, fortalecendo tais iniciativas.

Acredita-se que sustentabilidade neste tipo de prática é influenciada por uma série de fatores que não se limitam ao aspecto econômico. A própria construção do econômico, neste âmbito, é permeada por uma pluralidade de lógicas entre a troca mercantil, a não mercantil e as diferentes modalidades de solidariedade, conformando a sua dimensão não monetária. A discussão sobre a sustentabilidade situa-se em relação a um marco conceitual específico de tratamento do tema, que se insere em uma perspectiva de antropologia econômica que tem como um dos representantes Karl Polanyi (2000). Neste tipo de abordagem, em que se parte da análise do fato econômico como uma construção sócio-histórica, trabalha-se com uma desconstrução do entendimento convencional do fenômeno econômico que o reduz ao princípio mercantil (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). A preocupação é com a apreensão das dimensões social e política presentes neste tipo de prática, que contribuem para redefinir o sentido do agir econômico neste âmbito, e assim, os próprios parâmetros da sustentabilidade.

O levantamento dos fatores que influenciam na sustentabilidade das iniciativas solidárias não se faz sem uma leitura do contexto de uma economia

popular e solidária na realidade brasileira, em que se busca destacar suas principais problemáticas. Através da caracterização do tema e a partir da proposta e discussão de alguns critérios de definição das formas de economia solidária, podemos destacar alguns elementos fundamentais para a sobrevivência de tais iniciativas. Considera-se que, diante das especificidades deste tipo de prática, fundamentada em valores como a solidariedade e a reciprocidade, fatores não econômicos terão papel relevante para a sustentabilidade em tais iniciativas, tais como sociais, políticos, culturais e organizacionais.

A temática da economia solidária ainda requer muitos estudos e discussões. Este estudo busca contribuir para um processo em curso na realidade brasileira, complementando a base teórica sobre o assunto.

Diante do que foi exposto, destaca-se como objeto de estudo a sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária. **O objetivo geral** da pesquisa é *propor alguns parâmetros para a compreensão da dinâmica da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária, especialmente nas cooperativas populares*. Através deste estudo, pretende-se levantar os elementos fundamentais para que tais iniciativas sobrevivam cumprindo seus objetivos em consonância com os princípios da economia solidária.

Para chegar ao objetivo geral do trabalho, colocam-se como **objetivos específicos**:

- Realizar um estudo teórico sobre a economia solidária visando à caracterização de sua problemática.
- Discutir o significado da sustentabilidade no contexto da Economia Solidária.
- Levantar e discutir as diversas dimensões da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária.
- Propor e analisar qualitativamente indicadores de sustentabilidade dos empreendimentos solidários, relacionados com as dimensões levantadas.

Diante dos objetivos assinalados, toma-se como **questão de partida**:

- *Como se define a sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária?*

Para tal estudo, parte-se da **premissa** de que as iniciativas da Economia Solidária possuem um caráter híbrido em relação à origem dos recursos, de natureza monetária e não monetária, diferentes práticas e finalidade multidimensional.

O trabalho se baseia essencialmente em **dois pressupostos**, que, apesar de estarem apresentados separadamente, estão profundamente relacionados entre si.

1) A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária não se define apenas pelos resultados financeiros provenientes das relações mercantis.

A compreensão de economia solidária que se adota aqui requer um outro modo de conceber a dinâmica econômica mais geral, para depois associá-la à dimensão das organizações da economia solidária. Para isso recorre-se à antropologia econômica. Segundo Polanyi, a economia não se restringe à economia de mercado. Existem outros princípios que fazem parte do comportamento econômico, tais como a domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição. Isto significa pensar a economia enquanto economia plural, em que coexiste uma diversidade de lógicas em interação, entre a troca mercantil, não mercantil e não monetária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Nos empreendimentos da economia solidária, estão presentes diversos recursos financeiros e não financeiros, que interferem na sua sustentabilidade. Neles está presente uma pluralidade de princípios econômicos. Isto quer dizer que nestas organizações, existe uma diversidade de fontes de recurso: do mercado, através da comercialização de produtos e serviços; de fora do mercado, por meio de subsídios provenientes de fontes governamentais, não-governamentais e de doações individuais; e recursos provenientes de fontes recíprocitárias.

Os padrões de êxito para estes empreendimentos também são distintos da lógica de mercado habitual, pois extrapola a perspectiva estritamente financeira, relacionada com o retorno do investimento ou resultado financeiro (receita menos despesas), indo em direção a objetivos políticos e sociais.

*2) A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária implica uma série de dimensões interferindo diretamente na dinâmica da organização.*

A finalidade dos empreendimentos solidários redefine a dimensão econômica, englobando a dimensão cultural, social e política, o que justifica pensar a sustentabilidade em termos plurais, tendo em vista a diversidade de fatores de diversas dimensões que estão interferindo na sobrevivência das organizações da economia solidária.

A economia solidária se manifesta através de diversas formas de iniciativas, que se baseiam em valores solidários, comunitários e recíprocos. A perspectiva econômica nestes empreendimentos não é a única. A ela se soma a consecução de objetivos de natureza social e política.

Aspectos subjetivos, tais como tipo de vínculo associativo, padrão de sociabilidade e coesão social, são relevantes para a sustentabilidade destes empreendimentos, visto que interferem, ou determinam a própria dinâmica organizacional.

A partir das características da economia solidária, diferentes dimensões de sustentabilidade podem ser pensadas: econômica, social, política e de gestão.

#### ▪ **Procedimentos adotados**

A natureza deste estudo, diante das especificidades do objeto, um fenômeno social em construção, é analítico-descritiva, com uma abordagem qualitativa. Este processo é dinâmico uma vez que a base teórica fornece elementos para a pesquisa empírica e esta, por sua vez, estimula a pesquisa em novas bases de referência. A pesquisa de base teórica trata dos seguintes temas: economia plural, economia solidária e sustentabilidade.

O passo inicial deste trabalho foi a realização de um estudo teórico tendo como base os autores que discutem economia solidária, visando a conhecer quais os elementos definidores da sustentabilidade e seus empreendimentos. Utilizou-se também autores que tratam de economia plural e do tema da sustentabilidade. A partir deste referencial teórico, foi construído um quadro analítico

para a análise da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária, dividindo a sustentabilidade em quatro dimensões: econômica, política, social e de gestão.

Após a construção do quadro analítico, passamos para a definição dos empreendimentos para o estudo, a identificação dos atores e a coleta de dados históricos. Em seguida, foram realizadas entrevistas em profundidade utilizando formulários semi-estruturados elaborados com base na revisão de literatura. Posteriormente foi feita a apreciação dos conteúdos, a sua separação por categorias, a avaliação dos resultados obtidos à luz quadro analítico.

É importante destacar que apesar das dimensões e indicadores para análise terem sido apresentados em separado, o que define a sustentabilidade em empreendimentos da Economia Solidária é a articulação entre lógicas e dimensões.

Através de entrevistas a professores e pesquisadores da área e a pessoas envolvidas no Fórum Baiano de Economia Solidária e com o mapeamento da SENAES dos empreendimentos da economia solidária da Bahia, foram buscados empreendimentos localizados em Salvador, que já tivessem atingido o nível de sustentabilidade e apresentassem os traços que caracterizam os empreendimentos da economia solidária, principalmente em relação à autogestão e a autonomia. Foi verificado, então, que a realidade destes empreendimentos em Salvador é de grande fragilidade. Não existem, dentre os empreendimentos econômicos solidários pesquisados em Salvador, os que acumulem as características de serem autogestionários, autônomos, emancipadores e sustentáveis do ponto de vista econômico-mercantil.

Pessoas excluídas do mercado formal de trabalho por não ter capacitação, habilidade ou competências exigidas, podem possuir ou desenvolver outras competências relativamente simples, que lhes permitam obter renda. É neste contexto que se cria uma diversidade de empreendimentos produtivos, entre associações e cooperativas, como uma alternativa de geração de renda, compostas por indivíduos muitas vezes desempregados há muito tempo, pouco qualificados, analfabetos ou precariamente alfabetizados, desenvolvendo atividades como: artesanato, reciclagem de lixo, prestação de serviços de limpeza, jardinagem, confecção, alimentos (RUTKOWSKI; LIANZA, 2004).



Na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e litoral norte da Bahia, as atividades que concentram o maior número de empreendimentos são o artesanato, a agricultura, a coleta e o processamento de material reciclável e a produção de alimentos (SEI, 2004). Considerando apenas a realidade de Salvador, a maioria dos empreendimentos é de reciclagem, artesanato, alimentação e confecção.

Entre esses campos de atuação dos empreendimentos da economia solidária, foram escolhidas três cooperativas populares: uma de alimentos; uma de confecções e uma de artesanato. A escolha destas cooperativas deveu-se à acessibilidade aos dados e à contribuição que cada uma poderia fornecer para a compreensão das diversas dimensões de sustentabilidade dos empreendimentos da Economia Solidária.

A Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos Engenho Doce (COOPAED) é uma cooperativa que fornece alimentos para eventos e mantém três cantinas em duas unidades da Universidade Salvador (UNIFACS). Suas atividades começaram no início de 2004, a partir de um projeto de geração de renda para a comunidade do Engenho Velho da Federação, bairro circunvizinho a uma das unidades desta universidade. Já a Cooperativa de Confecção da Comunidade de Plataforma (COOPERCONFEC) é uma cooperativa de costureiras situada em São Bartolomeu, no bairro de Plataforma, um dos bairros que compõem o Subúrbio Ferroviário de Salvador. A terceira cooperativa pesquisada – a Cooperativa dos Jovens Artesãos do Vale de Pituaçu (COOPARTES) – é uma cooperativa formada por 19 jovens afro-descendentes habitantes de bairros pobres do Miolo de Salvador<sup>2</sup>, com faixa etária entre 18 e 25 anos, em sua maioria mulheres, que atuam com artesanato, utilizando fibras naturais e material reciclado. Sua linha de produtos inclui luminárias, porta-retratos, bloquinhos de papel, etc.

Em relação à parte empírica, para a realização da pesquisa, foram realizadas nas três cooperativas entrevistas semi-estruturadas com alguns integrantes e observação das atividades desenvolvidas nas cooperativas. No caso da COOPERCONFEC, além das entrevistas e da observação, foram utilizados ainda dados secundários, decorrentes de uma dissertação de mestrado sobre a cooperativa, bem como relatórios e projetos do Pangea. No caso da COOPARTES,

---

<sup>2</sup> O Miolo de Salvador é composto de cinco bairros: Pau da Lima, São Marcos, Vila Nova, Sussuarana Nova e Velha.

foram utilizadas de forma complementar informações de relatório do Pangea<sup>3</sup> e observações provenientes do acompanhamento diário das atividades da cooperativa, como gestora social designada pelo Pangea para assessorar o empreendimento.

A figura 01 ilustra a síntese das etapas do desenvolvimento do trabalho.

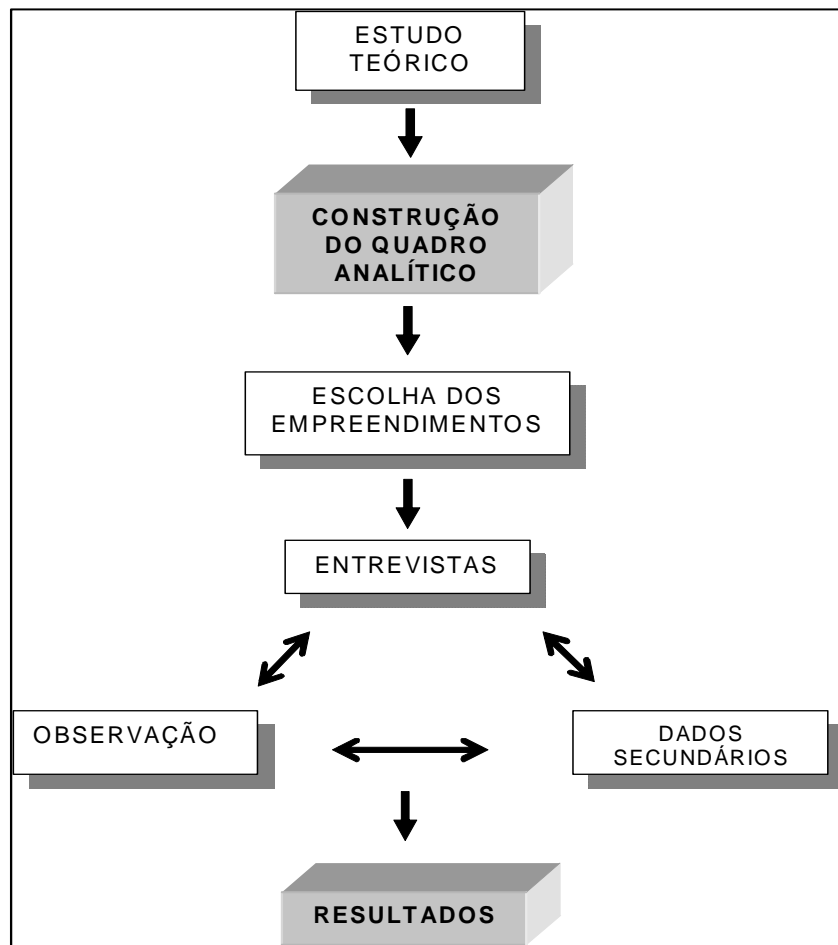


Figura 1 - Etapas do trabalho

<sup>3</sup> O PANGEA - Centro de Estudos Sócio-Ambientais é uma OSCIP que atua em quatro linhas: educação ambiental; conservação ambiental e desenvolvimento sustentável; cooperativismo e economia solidária; protagonismo juvenil. Para mais informações, consultar a página: <<http://www.pangea.org.br>>.

## ▪ Organização da dissertação

No primeiro capítulo da dissertação, aborda-se a temática da economia solidária. Inicia-se o capítulo buscando uma ampliação do entendimento da economia convencional, indo além da visão de economia como sendo apenas economia de mercado. Neste sentido, distinguiremos economia e crematística (ARRUDA, 2002; AKTOUF, 2004), e apresentaremos uma concepção plural de economia (POLANYI, 2000; RODRÍQUEZ, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Parte-se, então, para a apresentação da gênese da economia solidária na realidade européia e na realidade latino-americana. Em seguida, é feito o delineamento do significado de economia solidária, começando pela busca de um conceito, e, em seguida seus traços característicos, e alguns exemplos de formas apresentadas pela economia solidária. No final são apresentadas suas principais problemáticas.

O segundo capítulo é dedicado ao tema da sustentabilidade. Tendo em vista a carência de um conceito de sustentabilidade apropriado para esta discussão, fez-se necessário trilhar um caminho para a sua construção. Inicia-se abordando o histórico de construção do conceito de desenvolvimento sustentável, através de autores como Santos e Rodríguez (2002), Capra (2003), Milanez (2003) e Sachs (2004). Em seguida é apresentado um conceito geral de sustentabilidade para, posteriormente, trazê-lo para o contexto da economia solidária. Neste momento, aproximou-se o tema da sustentabilidade aos elementos discutidos no primeiro capítulo, recorrendo à caracterização do tema, aos traços característicos e às problemáticas abordadas (GAIGER, 1996; ANDION, 2001; ARRUDA, 2002; MOURA, 2002; NUNES, 2002; CORAGIO, 2003), para a compreensão de como se define a sustentabilidade no âmbito dos empreendimentos de Economia Solidária. Por fim, é apresentado e discutido o quadro analítico que integra as diversas dimensões da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária com os seus diversos componentes e indicadores.

No terceiro capítulo, efetua-se aplicação do quadro analítico em três cooperativas populares de Salvador. Cada cooperativa é apresentada e, em seguida, são analisados os fatores definidores da sustentabilidade à luz do quadro analítico. Por fim, é apresentado o quadro analítico com a síntese dos resultados obtidos nos três empreendimentos.

O último capítulo é dedicado às conclusões e recomendações. Inicialmente abordam-se as conclusões em relação aos objetivos do trabalho e às limitações do estudo, e as contribuições para o mundo acadêmico e para os empreendimentos de economia solidária. Por último, são feitas algumas recomendações para trabalhos futuros e para os empreendimentos pesquisados.

## 1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Pensar a economia solidária como uma revolução copernicana é não centrar no dinheiro e a pessoa dar a volta no dinheiro, mas centrar nas pessoas.<sup>4</sup>

Humberto Ortiz

Este capítulo, dedicado à temática da economia solidária, está dividido em quatro partes. Inicialmente, é apresentada a concepção de economia em que se situa a economia solidária, que amplia o sentido do agir econômico para além do mercado. Em seguida, é apresentada a gênese da economia solidária na realidade europeia e na realidade latino-americana. Na terceira parte, busca-se uma caracterização da economia solidária, iniciando-se pela busca de um conceito, passando por seus traços característicos e, por fim, trazendo alguns tipos de iniciativas que compõe a economia solidária. Por fim é abordada a sua problemática.

### 1.1. UMA OUTRA CONCEPÇÃO DA ECONOMIA?

O pensar sobre uma economia solidária requer algumas considerações sobre o real sentido da economia, que vai além da percepção da economia que a restringe à economia de mercado inserida no modelo capitalista. A idéia é ampliar a percepção do sentido da economia e do sentido do agir econômico.

Um dos passos para a compreensão mais ampliada do conceito de economia consiste em retomar a distinção feita por Aristóteles entre economia e crematística, destacada por Arruda (2000) e Aktouf (2004). O termo econômico provém etimologicamente dos vocábulos gregos *oikos* e *nomia*, que significam a “norma de conduta do bem-estar da comunidade, ou da casa em sentido muito ampliado” (AKTOUF, 2004, p. 58). O *oikos* representa a grande casa, ou seja, a comunidade, o país e a Terra. A economia está relacionada com a maneira adotada pelo homem para satisfação das suas necessidades, seu objetivo final. À crematística, segundo Aktouf (2004, p. 59), se associam idéias como *khréma* e *atos*,

<sup>4</sup> Analogia feita por Humberto Ortiz na oficina “La economía solidaria, una propuesta de economía al servicio de las personas”, proposta pelo Grupo Red de Economía Solidária del Peru, no espaço I 108,

que representa “a busca incessante da produção e do açambarcamento das riquezas, isto é, acumulação da riqueza pela riqueza”, ou seja, tem como objetivo primordial a acumulação material. A economia humana foi conduzida a crematística não apenas por causa do capitalismo, “[...] mas também pelas concepções que reduziram o sentido de ser humano a produzir cada vez mais, consumir cada vez mais e ponto final, fechando aí o sentido da gente existir na face da terra” (ARRUDA, 2000, p. 205).

A geração e o consumo de tais riquezas vêm sendo pensados em termos materiais ou financeiros, relacionados exclusivamente à economia de mercado, não levando em conta uma pluralidade de formas econômicas que se faz presente em nossa realidade.

Segundo Singer (2004), o capitalismo é o modo de produção dominante, mas que não é capaz de abranger a totalidade das economias contemporâneas. Existem outras formas de economia que convivem em nossa sociedade, tais como: produção simples de mercadorias, concebida como unidades autônomas de produção individuais ou familiares; economia pública, que é formada por empreendimentos estatais que prestam serviços ou oferecem bens sem cobrar preço de mercado por eles; economia doméstica, representando atividades produtivas e distributivas realizadas nos domicílios, visando o autoconsumo dos membros; e economia solidária, formada por empreendimentos autogestionários de produção, de crédito, de consumo, etc.

Para compreensão do que vem a ser economia solidária, é importante o pensar a economia em termo plural, onde co-existem várias formas de economia, para além da economia de mercado.

Segundo Polanyi (2000, p. 62), uma economia de mercado significa um “sistema auto-regulável de mercados”, ou seja, é uma economia dirigida unicamente pelos preços do mercado. O sistema auto-regulável seria aquele “[...] capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa”. Para este autor, nenhuma sociedade anterior à nossa foi regulada pelo sistema de mercados, ou seja, o mercado não tinha o papel de definidor das atividades humanas.

Karl Polanyi (2000), dentro de uma tradição de sociologia e antropologia econômica, amplia a noção de economia recuperando princípios econômicos e formas de regulação praticadas em outros períodos históricos. Assim, propõe uma visão da economia constituída por quatro princípios do comportamento econômico – economia mercantil, reciprocidade, domesticidade, redistribuição – aos quais estão associados quatro móveis da ação humana ou princípios que regem a ação humana, cuja articulação varia de em função da época. Tal consideração encontra-se resumida no Quadro 01.

Quadro 1 – Princípios do comportamento econômico/motivos da ação humana

<b>PRINCÍPIOS DO COMPORTAMENTO ECONÔMICO</b>	<b>MOTIVOS DA AÇÃO HUMANA</b>
Economia mercantil	Cálculo utilitário (ou interessado);
Redistribuição	Obrigação (a redistribuição repousa sobre encargos cujas regras impõe-se obrigatoriamente � aqueles que estão submissos)
Reciprocidade	Dádiva
Domesticidade	Uma forma de reciprocidade limitada ao grupo fechado

Fonte: Elaborado com base em França Filho e Laville (2004).

A economia mercantil está associada ao cálculo utilitário, tendo o mercado como agente que governa as atividades de agentes independentes, de troca de bens e serviç os, em competição, num estado comum, conduzindo eventualmente a um equilíbrio entre oferta e demanda. A redistribuição governa a produção que é apropriada por uma autoridade que a armazena e distribui, e tem como elemento motivador da ação humana a obrigação executada por meio de regras que impõem encargos aos que produzem. A reciprocidade governa a troca de dádivas entre os membros da sociedade com o intuito de criar ou reforçar laços sociais. Segundo Polanyi (2000), o homem é historicamente um ser social e suas ações são o resultado de interesses sociais. Para ele, tanto em uma pequena comunidade de pescadores ou caçadores, ou numa sociedade despótica, o sistema econômico será regido por motivações não econômicas tendo como objetivo reforçar os laços sociais.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas   que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrim nio social. Ele valoriza os bens materiais na

medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens [...] (POLANYI, 2000, p. 65).

As atividades governadas pelo princípio da reciprocidade não estão reconhecidas como um modo específico de produção, possivelmente devido à crença de que a importância deste princípio apenas estava presente nos povos primitivos e hoje teria desaparecido. No entanto, a dádiva, apesar de negligenciada ou negada pela economia liberal ou neoliberal, continua desempenhando papel importante nas relações sociais das sociedades contemporâneas. Não se trata apenas da tradicional troca de presentes no natal, aniversários, etc., mas ao apoio mútuo praticado entre pessoas, entre os colegas de trabalho, de estudo e de luta política, a exemplo de dádivas materiais efetuadas por meio de “vaquinhas” para presentear pais de recém-nascidos, mutirões, etc. Tais práticas são importantes tanto pela satisfação das necessidades que propiciam, como pelos laços de solidariedade que criam e reforçam (SINGER, 2004).

A domesticidade governa a produção domiciliar efetuada e distribuída entre os membros do grupo familiar. É uma forma de reciprocidade limitada a um grupo fechado.

O rearranjo desses princípios abriu caminho para pensar em três economias: a mercantil, a não mercantil (estatal-redistributiva) e a não monetária (que reagrupa a economia reciprocitária e a economia doméstica). Como desdobramento do trabalho de Polanyi, França Filho e Laville (2004) sugerem associar, a cada uma destas três economias, um princípio do comportamento econômico: à economia mercantil o interesse individual, à não mercantil, a obrigação, e à não-monetária, um “impulso reciprocitário”, traduzido pela lógica da dádiva.

A visão ampliada da economia, introduzida com este conceito, implica enxergar os três pólos (mercantil, não mercantil e não monetário) na sua complementaridade, enquanto criadores e consumidores de riqueza. A redução à idéia de mercado que se torna insustentável neste modo de ver a economia, corresponde, então, à superação do mito do progresso e da crença no crescimento econômico como fonte exclusiva de desenvolvimento e felicidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).



O quadro 02 abaixo permite visualizar a relação entre a economia plural, os pólos de distribuição de riqueza e o princípio do comportamento econômico:

Quadro 2 – Economia plural, pólos de produção e distribuição de riqueza e princípios do comportamento econômico

<b>ECONOMIA PLURAL</b>	<b>PÓLOS DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA</b>	<b>PRINCÍPIOS DO COMPORTAMENTO ECONÔMICO</b>
Economia mercantil	Economia mercantil	Interesse individual
Economia não mercantil	Redistribuição	Obrigações
Economia não monetária	Reciprocidade e Domesticidade	“Impulso recíproco” (lógica da dívida)

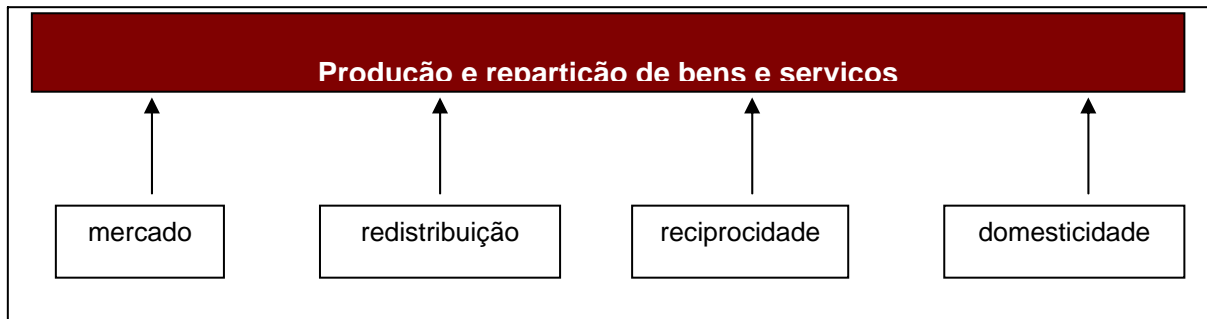
Fonte: Elaborado com base em França Filho e Laville (2004)

A economia nesta perspectiva não pode ser restringida ao aspecto mercantil, visto que existe uma diversidade de formas econômicas não mercantis, regidas pela solidariedade e reciprocidade, que tornam possível a geração e consumo de bens materiais e imateriais fora do circuito mercantil da economia, responsáveis, pela sobrevivência de parcelas significativas da população carente do mundo. As relações de troca, não quantificadas monetariamente, são um exemplo desta concepção ampliada do circuito econômico, que fazem parte da noção da economia plural (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 186).

Tendo como referência certos antropólogos e historiadores econômicos, tais como K. Polanyi e F. Braudel, para a compreensão plural da economia, França Filho e Laville (2004) afirmam que uma concepção ampliada da economia, que admite a diversidade de princípios em interação, para além do mercantil, é fundamental para o entendimento do sentido da economia solidária.

No lugar, portanto, de resumirmos a economia ao mercado, parece-nos preferível pensá-la enquanto economia plural, ou seja, admitirmos que, em relação ao conjunto de práticas que conformam a dinâmica econômica mais ampla, existem diferentes princípios em interação (para além do princípio mercantil), como é o caso da redistribuição e da reciprocidade. É exatamente este olhar ampliado da dinâmica econômica mais geral, que nos permitirá entender mais adequadamente o processo singular de uma economia solidária, que tende a reunir diferentes lógicas em interação (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 17).

Quadro 3 – Economia Plural



Fonte: França Filho e Laville, 2004, p. 34.

A economia solidária representa uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária, ao invés de uma nova forma de economia que se soma às formas dominantes no sentido de uma eventual substituição. A economia solidária, para França Filho e Laville (2004), portanto, é um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios governamentais e não-governamentais (SINGER, 2004).

A hibridação de economias relaciona-se com o cruzamento de lógicas, característico deste tipo de iniciativa, que não se faz de forma fácil, visto que, ao absorver uma diversidade de racionalidades no plano organizacional, tais iniciativas desenvolvem-se num jogo de tensão permanente, cujo equilíbrio interfere diretamente na sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária.

[...] a perenidade dos projetos de economia solidária, encarnados por suas formas de organização, se joga na capacidade que terá tais iniciativas de encontrar o equilíbrio na gestão desta tensão. Um equilíbrio que implica sempre, é importante sublinhar, a subordinação da dimensão instrumental da ação em relação aos objetivos sociais e políticos, ou seja, a dimensão do projeto – na qual se encontra o seu sentido (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 188).

Para Rodríguez (2002, p. 364), o resultado entre as diversas lógicas em interação é uma economia plural, na qual coexistem o Estado, as empresas solidárias e as empresas capitalistas no contexto de um mercado regulamentado. Neste sentido, a promessa cooperativista decepciona tanto os defensores de

propostas neoliberais, cuja economia ideal está baseada exclusivamente em empresas capitalistas que concorrem em um mercado livre, quanto os defensores de um coletivismo estatal, que gostariam de ver o mercado eliminado e substituído pelo planejamento econômico centralizado. Não se trata da utopia da sociedade de mercado criticada por Polanyi. É uma utopia real por ser suficientemente radical para não se conformar com a regulamentação do mercado sem alterar a divisão entre capital e trabalho, e suficientemente real para ser viável nas condições do mercado contemporâneo. Mas, segundo Rodríguez (2002), ainda há um longo caminho a percorrer.

Em seguida apresentaremos o percurso já percorrido por esta outra economia – a economia solidária - desde sua origem, na realidade na realidade européia e na realidade latino-americana.

## 1.2. A GÊNESE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 1.2.1 Realidade européia

A busca de alternativas em face dos efeitos excludentes do capitalismo inspirada nas teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária não é uma descoberta recente. O pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial (RODRÍGUEZ, 2002).

As raízes mais longínquas da economia solidária remetem aos primórdios do capitalismo industrial, como uma forma de reação dos operários, antigos artesãos, à pobreza e ao desemprego decorrentes da nova forma de produção, com fábricas onde ocorria a intensificação progressiva do uso das máquinas-ferramenta e do motor a vapor ocorridas no início do século XIX (RODRÍGUEZ, 2002; SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2002a; 2002b; GAIGER, 2003).

A primeira revolução industrial ocorreu na Grã-Bretanha, após a expulsão em massa dos camponeses dos domínios senhoriais. O “proletariado moderno” formado a partir daí tinha sua força de trabalho intensivamente explorada,

a ponto de comprometer suas condições físicas, e, por conseguinte, sua produtividade.

A mercantilização do trabalho humano, através do assalariamento da mão-de-obra, levou a um alto grau de exploração do trabalho humano, gerando uma reação dos trabalhadores por meio de sua organização em sindicatos e empreendimentos associativos. Os sindicatos lutavam pelos direitos dos trabalhadores, e os empreendimentos cooperativos autogestionários representavam uma forma alternativa à exploração do trabalho que havia no modo capitalista de produção<sup>5</sup>.

Os trabalhadores, segundo Singer (2002a), viam nas cooperativas uma forma de recuperar o trabalho e a autonomia econômica, através do trabalho organizado de forma coletiva, imbuído de valores básicos do movimento operário de igualdade e de democracia, sintetizados na ideologia socialista. Para Gaiger (2003, p. 182), além da influência do socialismo, tais iniciativas estavam ligadas também à outras matizes intelectuais da época que evoluíram por caminhos diversos – socialistas utópicos, anarquistas, cooperativistas, cristãos e socialistas.

Uma das figuras de destaque neste contexto de exploração dos trabalhadores foi Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, que começou a propor leis de proteção aos trabalhadores. Owen, ao invés de explorar plenamente os trabalhadores de suas fábricas, decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças, que deveriam freqüentar escolas por ele construídas. Com isto, apesar de aumentar seu gasto com a folha de pagamento, a empresa tornou-se bastante lucrativa em decorrência do aumento da produtividade dos funcionários em consequência do tratamento generoso que recebiam. Isto conferiu fama a Owen e fez com que visitantes do mundo inteiro fossem conhecer a experiência (SINGER, 2002b).

Singer (2002b) afirma que, diante da depressão da economia da Grã Bretanha pós-Revolução Francesa, Owen apresentou ao governo britânico uma

---

<sup>5</sup> Modo de produção é, para Gaiger, a categoria cunhada por Marx para expressar as determinações que caracterizam as formações históricas, determinações estas provenientes do “[...] modo como os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas” (GAIGER, 2003, p. 186).

proposta de auxílio às vítimas da pobreza e do desemprego, visando restabelecer o crescimento da atividade econômica, argumentando que a depressão era causada pelo fim da demanda pelo material produzido pela indústria bélica e o conseqüente desemprego dos ocupados nesta atividade, que provocou a retração da indústria civil. A solução apresentada consistia em reinserir os trabalhadores ociosos na produção, possibilitando o seu gasto em consumo, o que deveria ser feito através do remanejamento do recurso governamental entregue aos pobres de forma assistencialista, aplicando em investimento em terras e construção das Aldeias Cooperativas, que teriam em cada uma delas 1.200 pessoas vivendo e trabalhando na sua própria subsistência e trocando excedentes entre Aldeias. Para o governo, seria bastante vantajoso, pois com o tempo os pobres reinseridos na produção deixariam de precisar dos subsídios. Mas ainda assim se nega a implementar a proposta. Segundo Singer, tal raciocínio econômico era impecável, visto que, para ele, “[...] o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devido à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho” (SINGER, 2002b, p.26).

A primeira cooperativa owenista, segundo Singer (2002b), foi criada por George Mudie, reunindo um grupo de jornalistas e gráficos de Londres, com o propósito de formarem uma comunidade em que vivessem juntos e repartissem os ganhos de suas atividades profissionais. Funcionou de 1821 a 1827, dando origem, a partir daí, a outras experiências de cooperativismo. Já para Santos e Rodríguez (2002, p. 32), as primeiras cooperativas datam de 1826 na Inglaterra, em resposta a pauperização. Em 1844, surgiram as cooperativas de consumo de Rochdale. Na França, em 1823, surgiram as cooperativas de trabalho, como resposta à exploração dos trabalhadores.

O movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora assimilou o owenismo. Em muitas greves, os trabalhadores começaram, nos ramos em que podiam ser operados sem a máquina, ao invés de parar o trabalho, a se lançar em um novo modo de produção cooperativa entre trabalhadores, em competição com os patrões. Muitas cooperativas foram provenientes de greves (SINGER, 2002b).

Além das cooperativas operárias, havia as sociedades owenistas que propunham a criação das Aldeias Cooperativas chamadas de cooperativas integrais, que articulavam produção e consumo. Dessas sociedades surgiram alguns armazéns cooperativos, criados para empregar alguns de seus membros, com o

objetivo de consumir seus próprios produtos ou trocá-los por escambo com outras sociedades semelhantes. A rejeição ao comércio e a toda atividade visando lucro, presente no movimento, fez com que as sociedades owenistas criassem bazares ou bolsas - *Exchange Bazaars* (bazares de troca) ou *Equitable Labour Exchanges* (bolsas eqüitativas de trabalho), que passaram a comprar e distribuir os produtos das cooperativas, assegurando-lhes viabilidade econômica (SINGER, 2002b). As trocas nessas bolsas, para Singer (2002b), não eram estritamente escambo, pois eram intermediadas por uma moeda própria, cujo valor era atrelado às horas de trabalho – as notas de trabalho. Este pode ser considerado um prenúncio das novas formas de moeda social e de comércio justo que a economia solidária apresenta na atualidade.

O cooperativismo, em sua origem, se levantava como um modo de produção alternativo ao capitalismo. Apesar de toda a mobilização dos trabalhadores, o movimento foi contido pela ação dos empregadores (SINGER, 2002b).

A origem histórica da economia solidária está relacionada, diante do que foi exposto, ao “cooperativismo revolucionário”, jamais repetido tão nitidamente, que teve em Owen o grande pensador e homem de ação do movimento. Esta origem histórica, para Singer (2002b), torna evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

Na França, de acordo com Singer (2002b), a figura de Charles Fourier é a de um grande autor, embora não tenha sido um homem de ação. Queria não que seus discípulos fossem os empreendedores do falanstério, mas que algum capitalista se interessasse pelo seu sistema e se dispusesse a experimentá-lo. No falanstério, as pessoas poderiam escolher com o que trabalhar, de acordo com suas paixões e, justamente por isto, não se preocupar necessariamente com a remuneração.

Sua idéia central era que a sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. O principal objetivo dessa organização social seria dispor do trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e de produção. Daí surge a idéia do falanstério, uma comunidade suficientemente grande (com 1.800 pessoas trabalhando) para oferecer a cada um ampla escolha entre trabalhos diversos. Fourier acreditava que cada pessoa poderia encontrar um ou mais trabalhos que estivessem de acordo com suas paixões e aos quais ela poderia se entregar quase sem se importar com remuneração (SINGER, 2002b, p.36).

Mas o falanstério não é coletivista como a Aldeia Cooperativa, uma vez que preserva a propriedade privada, que é de todos, mas dividida em cotas acionárias e há liberdade individual de mudar de trabalho. O resultado do trabalho de todos seria dividido em proporções fixas: 5/12 pelo trabalho; 4/12 pelo capital investido; 3/12 pelo talento. Concebe ainda um engenhoso sistema de mercado que concilia a demanda por produtos e trabalho. Além disto, para evitar a concentração de renda, Fourier propõe mecanismos de redistribuição: 1) “[...] as ações devem dar um rendimento tanto maior quanto menor for o número delas possuído pela pessoa, de modo que os pequenos acionistas teriam um rendimento proporcionalmente muito maior do que os grandes”; 2) “Todos teriam uma renda mínima ‘modesta mas muito decente’, mesmo que não trabalhem” (SINGER, 2002b, p.36). Pode-se considerar na atualidade esta idéia uma antecipação da discussão sobre a renda mínima na Europa.

Fourier, segundo Singer (2002b), pode ser considerado o predecessor dos anarquistas, visto que acreditava que todos deveriam viver em sociedades autogeridas, o que dispensava o papel do Estado. A aplicação prática do seu sistema se deu principalmente nos EUA.

Para Singer (2002b), Owen e Fourier foram, ao lado de Saint-Simon, os clássicos do Socialismo Utópico, sendo o primeiro, grande protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas primeiras décadas do século XIX. Serviram de inspiração fundamental para o cooperativismo, inspiração esta que serviu para que os praticantes da economia solidária fossem abrindo seus próprios caminhos (SINGER, 2002b).

França Filho e Laville (2004) dividem a história da economia solidária em três momentos. O primeiro, que data do início do século XIX, é caracterizado pela efervescência associativista, quando se discute a legitimidade da economia de mercado na modernidade. Na Inglaterra, afirmava-se, a cidadania pressupunha a solidariedade dos ricos com relação aos pobres. Assim, a solidariedade assumia a forma de filantropia, destacando a importância do setor privado na distribuição. Já na França, a ênfase é sobre as formas de auto-organização, como, por exemplo, as operárias. A solidariedade é definida neste momento como “[...] laço social voluntário que une cidadãos livres e iguais no direito”. A partir desta idéia, grupos passam a se

organizar, sobretudo por profissões, compondo cooperativas, associações ou organizações mutualistas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 24).

Nessa época, a utopia do mercado auto-regulado fez emergir um debate político sobre a economia. Este é o contexto de surgimento da economia social, com uma forte dimensão política relacionada ao direito ao trabalho. As iniciativas de economia social combinavam ao mesmo tempo, na sua ação organizacional, a dimensão social, a dimensão econômica e um caráter de luta política (FRANÇA FILHO, 2002).

No que França Filho e Laville (2004) chamam de segundo momento da história da economia solidária, houve um declínio da economia solidária em virtude da repressão às formas de organização populares, que são levadas a se ajustar às normas do mercado e do Estado, passando por processos de especialização de atividades e de “profissionalização gestonária”. As iniciativas associativistas ganharam reconhecimento dos poderes públicos, e com isto quadros jurídicos, que, se por um lado propiciaram uma assistência legal, por outro contribuíram para separar organizações cooperativas, mutualistas e associativas, fragmentando a economia social. Isto fez com que as cooperativas se inserissem na economia mercantil e as mutualistas fossem incorporadas à economia não mercantil praticada pelo Estado. A dimensão técnica-organizacional passa a primar sobre o projeto político das organizações (FRANÇA FILHO, 2002). A economia solidária dá lugar a uma economia social altamente institucionalizada, assentada em dois pilares: para as cooperativas, fica o papel de se envolver com o mercado, seguindo suas normas; uma nova forma de solidariedade surge, a qual é papel do Estado garantir, cobrindo as lacunas deixadas pelo mercado. Como resultado disto, ocorre o desenvolvimento da “sociedade salarial”, baseada no “equilíbrio fordista”, “ou seja, economia de mercado e Estado social” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 24).

As melhorias nas condições dos trabalhadores, obtidas através do movimento operário, fizeram com que este, sobretudo após a Segunda Guerra, focasse a atuação na luta pela garantia de direitos e conservação dos empregos. No entanto, a partir dos anos 70, há o retorno do desemprego em massa, a perda da base social dos sindicatos e uma maior instabilidade no emprego. Tal contexto, segundo Singer (2002b), favoreceu o ressurgimento da economia solidária, sendo este, para França Filho e Laville (2002), o terceiro momento. Dito de outro modo, a (re)emergência da economia solidária está relacionada com a problemática da



exclusão social crescente, que remonta à crise do Estado Providência da década de 80, em meio a uma crise do trabalho ou da sociedade salarial ou crise do equilíbrio fordista e o questionamento sobre capacidade de geração de trabalho via crescimento dos mercados (FRANÇA FILHO, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Outro aspecto a ser considerado para compreensão da (re)emergência da economia solidária é a crise dos Estados socialistas da Europa Ocidental e o semífracasso dos governos e partidos social-democratas, transformações contextuais que fizeram subverter a concepção, até então dominante, de que o caminho da emancipação passa pela tomada do poder de Estado, voltando o foco dos movimentos emancipatórios para a sociedade civil (SINGER, 2002b).

A crise dos Estados onde existia socialismo na Europa Oriental estourou na União Soviética em 1985 com a Perestroika e a Glasnost e com sua dissolução em 1991. Tais acontecimentos fizeram com que socialistas e comunistas do mundo todo percebessem que o planejamento central da economia, através de uma “ditadura do proletariado”, não foi bem-sucedido na construção de uma sociedade socialista ou comunista. Esta consciência provocou dois tipos de reação antagônicas: a conciliação com o capitalismo e a busca por um modelo de sociedade que supere o capitalismo, imbuída de valores como igualdade e liberdade (SINGER, 2002b).

O processo de transnacionalização financeira e o aumento da economia de serviços em detrimento da economia industrial, para França Filho e Laville (2004), alteram o equilíbrio Estado-mercado, e têm como conseqüências a crise do trabalho e o questionamento sobre a capacidade geração de trabalho via crescimento dos mercados. Em conseqüência disto, sobretudo nos anos 80 e 90, renascem algumas experiências, com características semelhantes ao projeto inicial de economia solidária, tais como iniciativas locais de serviço, atuando em atividades como guarda de crianças e idosos, manutenção de bairros, atividades culturais, misturando usuários (vistos como cidadãos prestando serviços de proximidade) e gestores de serviço (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Três aspectos são fundamentais para a configuração dessas iniciativas como extensão do projeto atual de economia solidária. O primeiro consiste no fato de trabalhadores e usuários trabalharem na oferta de serviços, trazendo a possibilidade de que tais iniciativas constituam-se como espaços públicos de

proximidade, o que faz vislumbrar uma nova articulação entre economia e política. Outro aspecto é a reapropriação da idéia de solidariedade por parte dos cidadãos, que passa a ser vista como não exclusivamente papel do Estado, o que se aproxima de uma forma de ação pública por parte dos indivíduos. O terceiro aspecto reintroduz a idéia de que a economia não se restringe ao mercado, mas supõe também solidariedade, seja em termos de redistribuição ou de reciprocidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A economia solidária surge como uma espécie de reatualização histórica da economia social, indicando a associação de duas noções que foram dissociadas historicamente: iniciativa e solidariedade. A estas noções, acrescenta-se ainda a dimensão política de ação. A economia solidária é, assim, definida por França Filho (2002) como “[...] experiências que se apóiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para afirmação dos ideais de cidadania” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

### 1.2.2 Realidade Latino-Americana

A gênese da economia solidária na realidade latino-americana está relacionada com aspectos políticos, econômicos e sociais, marcados por uma forte tensão.

Do ponto de vista político, está a mudança em relação à atuação do Estado, que não tem sido capaz de prover soluções sustentáveis de desenvolvimentos social, devido ao modelo neoliberal implementado por muitos governos, no qual o Estado deixa de se preocupar com políticas sociais e com o pleno emprego.

Para Singer (2002b), o semifracasso dos governos e partidos social-democratas, principalmente na Europa, mas também na América Latina, é relevante para a compreensão da (re)emergência da economia solidária. Estes governos apenas atenuaram os excessos do neoliberalismo e mal preservaram as instituições básicas de bem-estar social. Não tentaram sequer reverter a privatização dos serviços públicos nem a desregulamentação das finanças mundiais, submetendo as economias locais aos ditames do capital financeiro internacional.

Do ponto de vista econômico-social, vincula-se a fatores como a exclusão, empobrecimento e marginalização que se vêm acentuando nos últimos anos, considerados como o maior problema do final do século XX, para o qual nenhum país tem encontrado soluções eficientes. Grande parte dos países do mundo, como é o caso do Brasil, passou a apresentar altas taxas de desemprego ao longo da década de 90. Nem o aumento do PIB ocorrido na década de 90 fez diminuir o desemprego, que passa a ser considerado como um desemprego estrutural (COSTA, 2003).

Um dos fatores que contribuíram para a crise do emprego é a terceira revolução industrial, que propiciou uma grande economia de trabalho humano no processo produtivo, sem grandes inovações em produtos que pudessem proporcionar abertura de postos de trabalho na mesma proporção. A flexibilização dos processos produtivos e gerenciais, introduzidos por modelos como o toyotismo, apesar de representar ganhos de produtividade, não vem acompanhada da expansão do consumo e do emprego, ao contrário do que acontecia nos períodos expansionistas do taylorismo-fordismo, o que trás consequências diretas para a distribuição de renda. O mercado auto-regulado mostra-se incapaz de promover uma distribuição da riqueza gerada, mostrando que o capital deixa de alavancar o seu processo de reprodução na expansão dos mercados e passa a concentrar-se unicamente no processo de acumulação crescente, com base na racionalização do processo produtivo (COSTA, 2003).

A globalização, que gerou uma redistribuição de postos de trabalho no mundo, transferindo a produção para locais muitas vezes sem nenhuma tradição industrial e propiciando o surgimento de relações de trabalho precárias e informais, também pode ser considerada como responsável pelo processo de desemprego. Além disto, a globalização contribui para a acentuação das desigualdades sociais, tanto no interior de cada país como entre países e continentes.

[...] a globalização neoliberal está alicerçada em e reproduz condições políticas, sociais e econômicas que tendem a acentuar a desigualdade em todas as escalas geográficas: na escala global, entre o Norte e o Sul (Galbraith et al., 1998); na escala nacional, entre classes sociais e entre regiões no interior de cada país, como comprova o aumento da desigualdade nos países da América Latina nas últimas duas décadas (Cepal, 1998). (RODRÍGUES, 2002, p. 331).

Em todas as cidades da América Latina tem aumentado o número de pessoas trabalhando em ocupações informais. Em Bogotá, por exemplo, o setor informal tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, a ponto de, no momento presente, a maioria da população economicamente ativa, representando um montante de 55%, trabalhar no setor informal (RODRÍGUEZ, 2002). Situação

semelhante se apresenta no Brasil, onde sobrevive hoje, à margem do modo de trabalho formal característico do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e protegidas, mais de 50% dos trabalhadores (INFORME DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2005).

Kraychete (2000, p. 20) atribui este aumento das ocupações denominadas informais a fatores como o aumento do desemprego, o aumento do processo de desassalariamento, o aumento do crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria e o aumento do tempo médio necessário para recolocação. Tais trabalhadores, mergulhados na informalidade do trabalho por conta própria, apresentam freqüentemente, além de uma renda média menor em relação ao trabalho assalariado, uma grande insegurança em relação ao futuro e a sua proteção social, uma vez que alguns direitos trabalhistas, como o seguro desemprego por exemplo, são assegurados apenas aos trabalhadores formais<sup>6</sup>.

Num país como o Brasil, que nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais (superiores a 90%), nem tampouco experimentou nada semelhante à rede de proteção social típica ao Welfare State europeu, a acomodação destas novas tendências do mercado de trabalho pode representar uma situação de total desamparo social para os trabalhadores que transitam para o informal (KRAYCHETE, 2000).

O histórico processo de exclusão social não avança sem encontrar resistências das mais diversas formas e abrangência. Rodríguez (2002) afirma que tais iniciativas na América Latina têm em comum o fato de serem formas encontradas pelos grupos organizados para seguir em frente, através de estratégias econômicas coletivas, com propostas em diversas escalas, englobando

[...] desde esforços de camponeses pobres para controlar a comercialização dos seus produtos através de cooperativas de venda até o trabalho conjunto dos habitantes dos bairros de ocupação para conseguir a propriedade dos lotes e construir habitações adequadas,

---

<sup>6</sup> De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, é assegurado salário mínimo a todo o trabalhador dispensado sem justa causa que comprovar ter recebido salários consecutivos nos últimos 06 (seis) meses ou ter trabalhado pelo menos 06 (seis) meses nos últimos 36 (trinta e seis) meses, que não esteja recebendo nenhum benefício da Previdência Social de prestação continuada, exceto auxílio acidente ou pensão por morte e que não possua renda própria para o seu sustento e de seus familiares. O valor do seguro-desemprego é calculado com base no salário médio do trabalhador nos últimos três meses de emprego. A assistência financeira é concedida no mínimo em três e no máximo cinco parcelas, dependendo do período em que o trabalhador esteve empregado. Mais informações, consultar <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>.

passando pela luta travada pelos pequenos artesãos para impedir, através de cooperativas de trabalhadores, o desaparecimento dos seus ofícios perante a concorrência de empresas dedicadas à fabricação maciça de artesanato (RODRÍGUEZ, 2002, p. 333).

Para Singer (2002b), na crise social das “décadas perdidas” de 80 e 90, durante a qual o País se desindustrializou, foram perdidos milhões de postos de trabalho, gerando um desemprego em massa e acentuada exclusão social e fazendo com que a economia solidária revivesse no Brasil<sup>7</sup>. Esta economia tomou a forma de cooperativa ou associação produtiva, assumindo diversos contornos, mas sempre autogestionária.

Gaiger (2003), da mesma forma, refere-se surgimento, na paisagem social dos últimos anos, de um crescente número de iniciativas, como grupos informais, associações e empresas de trabalhadores em base cooperativa em regime de autogestão, constituindo o que chama de “poliformismo institucional”, por se tratar de empreendimentos situados em diferentes setores produtivos, indo de produção familiar a indústria de transformação, envolvendo diversas categorias de trabalhadores. Tais empreendimentos representam, sobretudo para os segmentos sociais de baixa renda, mais atingidos pelo desemprego estrutural e pelo empobrecimento, uma importante forma de geração de renda.

França Filho e Laville (2004) contestam a tendência do debate em torno da economia solidária que se fundamenta em uma dupla consideração: de que é um fenômeno emergente e de que manifesta em um contexto de exclusão social. Para estes autores, o processo não é tão emergente, visto que muitas formas atuais se assemelham a práticas muito antigas presentes numa sociedade como a brasileira. Além disto, em relação ao fenômeno de exclusão social, os autores afirmam que também carece de uma desconstrução por não se tratar de um fato novo, visto que está presente de forma ativa na sociedade brasileira desde a sua formação econômica, onde nem o mercado nem o Estado jamais conseguiu absorver o conjunto dos trabalhadores, impedindo a formação de uma sociedade

---

<sup>7</sup> O cooperativismo, por exemplo, chegou ao Brasil no começo do século XX, através de imigrantes europeus, tomando a forma, principalmente, de cooperativas de consumo na cidade e de cooperativas agrícolas no campo. Nas décadas mais recentes, as grandes redes de hipermercado conquistaram muitos dos consumidores das cooperativas de consumo, provocando o fechamento da maioria. Já no caso das cooperativas agrícolas houve grande expansão, e algumas se transformaram em grandes empreendimentos comerciais e agroindustriais, no entanto, sem se caracterizarem como autogestionária e por isto não podendo ser consideradas como empreendimentos da economia solidária (SINGER, 2002b).

salarial. O que ocorre é que aos excluídos de sempre se soma uma nova parcela de desempregados vitimados pelo panorama econômico dos últimos anos, marcado pela ascensão do projeto neoliberal e dos programas de ajuste estrutural da economia, que, em conjunto com a chamada “crise fiscal” dos Estados, aumenta o processo de exclusão.

Apesar disto, França Filho e Laville (2004) admitem que há algo de inovador nestas práticas, ao assumirem formas que articulam a luta política, característica dos movimentos sociais, com realização de atividades econômicas, próximas da preocupação com o ganho material, semelhante à tradição do movimento sindical.

O processo de globalização tem reafirmado os valores capitalistas de competição e individualismo, reforçando a problemática da concentração de renda e desigualdade social na América Latina. Tal contexto em que vivemos explicita não apenas a questão da agravação da pobreza na sociedade, mas também leva um contingente cada vez maior de pessoas e instituições a questionarem o modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico e sob a lógica exclusiva do mercado, caracterizados pela exacerbação do individualismo, supervalorização do ganho material, hábitos de consumo, utilitarismo e imediatismo (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Ao lado disso, está a importância cada vez maior das organizações da sociedade civil acompanhando o surgimento de uma solidariedade civil que, apesar de não inédita historicamente, apresenta um papel fundamental neste contexto. Este fenômeno, fundamental para a compreensão do surgimento e legitimação da economia solidária em diversos países, atua em vários setores e de múltiplas formas em função da formação institucional e dinâmica presente em cada país (ANDION, 2001; NUNES, 2002).

Diante do que foi exposto, a origem da economia solidária está relacionada com o contexto de crise econômica e social. No entanto, estas práticas não se resumem ao aspecto da geração de renda, mas representam práticas fundadas em relações de colaboração solidária, que têm o humano como sujeito e finalidade das atividades econômicas, no lugar da acumulação de riqueza. Ou seja, o sentido das ações não se restringe ao econômico, sendo permeadas por valores solidários e recíprocos. Para França Filho e Laville (2004), apesar do grande peso que o aspecto econômico possui para a

determinação na explicação do fenômeno, ele não deve ser tomado como um pressuposto exclusivo de explicação, sob o risco de recair-se numa interpretação extremamente utilitarista da realidade. Em muitos casos, a razão para o surgimento de empreendimentos solidários está dividida entre a necessidade econômica e a ação voluntária permeada por valores. A crise econômica acompanha-se, em geral, de uma crise de valores acerca da vida humana associada, que coloca em questão o trabalho e suas formas de organização e produção.

Atualmente, a maioria dos empreendimentos solidários é de caráter intersticial, mas existem regiões em que a economia solidária tem grande força para a economia local, tais como a região de Mondragón na Espanha, Grande Buenos Aires, na Argentina (prevalecendo os clubes de troca) e o Grameen Bank em Bangladesh (SINGER, 2002b).

#### 1.2.2.1 A trajetória da economia solidária no Brasil

O tema da economia solidária no Brasil vem adquirindo importância e repercussão expressiva. Cresce, sensivelmente, o número de organizações não-governamentais, de universidades e iniciativas das igrejas e de órgãos governamentais que se voltam para este estudo. Foi criado o fórum nacional e surgem fóruns municipais e regionais como meio de estruturação política da economia solidária. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) instituiu a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), universidades desenvolvem pesquisas e implantam incubadoras de cooperativas populares e o governo federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho. Tal expansão da temática da economia solidária ocorre sobretudo a partir da década de 90, com o aumento do desemprego e do tempo médio em que uma pessoa permanece desempregada, a redução do número de trabalhadores assalariados, o crescimento de trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria que, empurram parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações (SEI, 2004).

A partir do Fórum Social Mundial (FSM) de 2001, o movimento da economia solidária no Brasil conseguiu uma maior visibilidade e expressão. A plena expansão em que se encontra o fenômeno no Brasil pode ser percebida pela institucionalização do movimento, que, a partir de dados do Informe da Economia

Solidária no Brasil (2005), distribuído no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, passou pelas seguintes etapas:

- Em 2001, ocorre a criação do GT Brasileiro de Economia Solidária, com o objetivo de articular a participação de organizações e redes de economia solidária em âmbito nacional e internacional no FSM 2001, composto por organizações e redes de diversas formas de economia solidária, provenientes de áreas urbanas e rurais, de tamanhos diferentes, entidades de apoio, práticas governamentais, redes, etc.<sup>8</sup>. Na primeira plenária, foi feita uma carta de intenções ao governo Lula.
- Em 2003, na II Plenária Nacional, realizada durante o FSM 2003, o presidente Lula anuncia o compromisso de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a direção do Professor Paul Singer. Nesta plenária, decide-se ainda mobilizar as bases estaduais para debate sobre a identidade (carta de princípios), a plataforma de lutas, o caráter e a composição do fórum a ser criado. As plenárias preparatórias são realizadas por 18 estados.
- Ainda em 2003, durante a III Plenária Nacional, com a presença de mais de 800 representantes, delegados das 18 plenárias estaduais, é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)<sup>9</sup>, com a função de articular e mobilizar as bases da economia solidária do País em torno de uma Carta de Princípios e de uma Plataforma de Luta aprovadas nesta ocasião, e fazer a interlocução com o governo, especialmente junto à Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES). Neste mesmo ano, é criado o Fórum de Economia Solidária da Bahia.
- Em 2004, é realizado o I Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária, reunindo 2.500 representantes de todos os

---

<sup>8</sup> Deste grupo de trabalho participaram 12 entidades e redes nacionais de fomento: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABRICRED).



estados brasileiros, onde foram criados os fóruns ou comissões pró-fóruns estaduais, e, em alguns estados, sub-regionais e municipais.

- No FSM-2005, a economia solidária foi designada para gerir o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócio, a campanha pelo consumo consciente, contra os produtos nocivos transnacionais, e a realizar os debates articulados entre as redes nacionais e internacionais (VENTO SUL, 2005). Dos R\$ 14 milhões do orçamento do Fórum, mais de R\$ 2 milhões foram empregados com estes empreendimentos. “São cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que atuam na produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário” (VENTO SUL, 2005). Das 280 atividades do espaço temático “Economias soberanas pelos e para os povos contra o capitalismo neoliberal”, 122 se referiam à economia permeada pela solidariedade.

O histórico acima apresenta a origem e a evolução do fenômeno da economia solidária em diferentes contextos. Buscaremos, a seguir, delinear o conceito da economia solidária, abordar os critérios para definição de seus empreendimentos e algumas formas assumidas.

---

<sup>9</sup> Para mais informações sobre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, consultar o *site* <[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)>.

### 1.3 O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?

#### 1.3.1 Em busca de um conceito de economia solidária

A economia solidária, apesar de representar um fenômeno não inédito historicamente, devido ao movimento associativista e cooperativista do início do século XIX na Europa, em sua configuração atual pode ser considerada uma realidade recente que suscita discussão. As iniciativas de economia solidária, sob diversas formas e com diferentes denominações, estão presentes em diversos continentes e com diversas configurações, a depender da realidade e do contexto em que se situam e da perspectiva de análise escolhida.

Existe uma diversidade de experiências que se assemelham, mas que não podem ser consideradas inteiramente equivalentes. Daí a profusão de terminologias e conceitos que buscam dar conta desta realidade. Assim como há uma diversidade de iniciativas, existe uma diversidade de títulos representando diferentes leituras interpretativas para designar as práticas de relações econômicas e sociais, distintas da esfera da pura economia de mercado e da esfera estatal, que propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas, tais como economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, etc. (INFORME DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2005). Gaiger (2003) ainda soma a estes termos a socioeconomia, socialismo autogestionário, economia plural, terceiro setor, economia da dívida, destacando que a necessária diferenciação tem sido buscada. Há ainda o termo economia do trabalho, utilizado por Coraggio (2003), economia dos setores populares, utilizado por Gabriel Kraychete (2000), socioeconomia solidária, utilizada por Arruda (2000).

Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam utopias. Como pondera Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se

trabalhar neste sentido. Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar (SEI, 2004).

Na perspectiva de Razeto<sup>10</sup>, o conceito de economia solidária se refere a grupos que se associam tentando realizar uma economia. Para este autor, existe uma diversidade de iniciativas, cada uma com características de sua realidade, mas que se identificam com um movimento mais amplo. A necessidade de atribuir um termo – economia solidária – a estas iniciativas surge da necessidade de responder a esta união geral.

França Filho (2002) busca traçar fronteiras conceituais entre terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular e economia informal. Tais termos têm em comum o fato de se referirem a um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do mercado e do Estado. No entanto, diferenças em relação ao contexto sóciopolítico em que emergem, ao papel que desempenham na sociedade e ao lugar que ocupam entre as esferas do Estado e do mercado, fornecem os elementos que possibilitam a percepção de fronteiras entre os termos terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular e a própria economia informal.

O termo terceiro setor, para França Filho (2002), é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, associado à idéia de filantropia, que representa um setor intermediário surgido em virtude do fracasso do mercado e do Estado em suprir as demandas sociais. Para Coraggio (2003, p. 40), “[...] o terceiro setor é uma grande almôndega, é uma mistura de coisas [...]. É um invento anglo-saxão para ajudar a justificar o fato de o Estado se omitir da sua responsabilidade de garantir os direitos humanos, sociais”. A este termo se associa o universo das organizações sem fins lucrativos (*non-profit organizations*), formalizadas, privadas independentes, que

---

<sup>10</sup> Esta informação foi obtida na oficina “La economía solidaria, una propuesta de economía al servicio de las personas”, proposta pelo Grupo Red de Economía Solidaria del Perú, no espaço I 108, realizada em 28/01/05, no FSM 2005. Luis Razeto Migliano é um autor chileno que tem diversas publicações sobre cooperativismo e economias alternativas. Outras informações deste autor presentes ao longo do texto foram obtidas na mesma oficina.

contam com trabalho voluntário e não devem distribuir lucros. Organizações informais, freqüentes na economia social, economia solidária e economia popular, não se inserem no conceito de terceiro setor.

A economia social e a economia solidária são herdeiras de uma história comum relacionada com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, quando a resistência popular deu origem a inúmeras experiências solidárias, influenciadas pelas idéias mutualistas, de associação e de cooperação, que combinavam ao mesmo tempo, na sua ação organizacional, a dimensão social, a dimensão econômica e um caráter de luta política, mas que, com o tempo, foram fragmentadas: a economia mercantil absorveu as cooperativas e a economia não mercantil praticada pelo Estado incorporou as organizações mutualistas e associativas. A economia solidária surge como uma espécie de reatualização histórica da economia social, indicando a associação de duas noções que foram dissociadas historicamente, iniciativa e solidariedade, e distinguindo-se pela dimensão política de ação. É caracterizada por empreendimentos que, por meio de atividades econômicas, convergem para o alcance de objetivos sociais e para a promoção dos ideais de cidadania (FRANÇA FILHO, 2002).

A noção de economia popular, segundo França Filho (2002), se faz presente na América Latina, dando conta de uma realidade bastante heterogênea, caracterizada por atividades produtivas e comerciais empreendidas por setores pobres e marginais da sociedade, incluindo biscates, ocupações autônomas, microempresas familiares, empresas associativas e organizações econômicas populares. Há um prolongamento das solidariedades ordinárias<sup>11</sup>, o que permite que se encontrem no tecido social local ou comunitário e nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades. Assim, a produção e o desenvolvimento das atividades são fruto de uma base comunitária e da articulação entre necessidades e saberes.

As experiências de economia popular são orientadas pela necessidade de produzir renda para satisfazer as necessidades de consumo básico e de sobrevivência, sem conseguir provocar modificação em relação à subordinação em que se encontra a lógica do capital. É uma forma de “reprodução simples da vida”, como define Coraggio (2000). Tais iniciativas possuem uma capacidade restrita de

---

<sup>11</sup> Para França Filho (2002), solidariedades ordinárias são aquelas que se praticam no cotidiano mesmo da vida no interior dos grupos primários.

agir no espaço público, quase que se restringindo à dimensão comunitária. Já a economia solidária não se restringe à reprodução simples, ao contrário, se aproxima mais de uma reprodução ampliada das condições de vida em sociedade. Segundo França Filho e Laville (2004), as iniciativas de economia solidária tendem a articular, na sua dimensão organizacional, uma dupla dimensão: uma de luta pró-renda (mais próxima de uma tradição do movimento sindical); outra que seria a luta pelos direitos sociais implicando uma dimensão pública de ação (próxima da tradição dos movimentos sociais).

A economia informal, por sua vez, assume a forma de microprojetos individuais visando a geração de renda, que não apresentam nem uma articulação com a base social local nem com um saber ancestral.

Coraggio (2000) utiliza o termo economia do trabalho para se referir à economia solidária. Para este autor, a diferença entre economia solidária e economia do trabalho está na amplitude do termo. A economia do trabalho é um conceito mais amplo, que engloba muitas formas de organizar autonomamente o trabalho, com a ressalva de que todas estas formas partilham algo: por trás delas, está a lógica da reprodução ampliada da vida. Dentro deste conceito, estão agrupadas não apenas as formas de produção autônoma dos trabalhadores, individuais ou agrupados, tais como empreendimentos familiares e cooperativas, mas abrange toda a forma de realização de suas capacidades dirigidas ao objetivo de conseguir a reprodução ampliada da vida de seus membros, englobando: o trabalho doméstico, o trabalho comunitário, diferentes formas de associação, visando incrementar intercâmbios e o trabalho assalariado. Nestas iniciativas, as relações pessoais determinam as relações de produção e de trabalho (CORAGGIO, 2003).

Para Gaiger (2003), uma das formas de enxergar a economia solidária, sob uma perspectiva mais marxista, tem uma natureza ideológica, programática e visionária. Nesta perspectiva, atribui-se um caráter mais alternativo à economia solidária, em virtude de uma carência de uma teoria alternativa concreta após a falência do modelo socialista, que respalde uma nova ou renovada estratégia de intervenção, capaz de dar conta da prática atual e real das classes subalternas. Tentativas neste sentido correm o risco de deixar de analisar o tema com o devido rigor científico, colocando respostas seguras, posições e juízos no lugar de problematizações reais do tema.

A Socioeconomia Solidária, termo utilizado por Marcos Arruda (2000), se aproxima desta perspectiva mais ideológica e visionária. Extrapola a fronteira do utilitário e propõe a libertação do paradigma dominante que conduz o modo de ver o mundo, o que envolve mudanças no âmago de cada indivíduo, da sociedade como um todo e do planeta em geral. Tal reflexão envolve mudanças em nossas culturas<sup>12</sup>. O paradigma proposto pela Socioeconomia Solidária é o da partilha e da reciprocidade, que são valores diferentes da ideologia baseada no paradigma da dominação e da acumulação material, que se centra na concepção egoística do homem como um ser sem relações (ARRUDA, 2003). Ainda nesta perspectiva da socioeconomia solidária como filosofia de vida, acredita-se que inicialmente terá que conviver com o capitalismo, mas este com o tempo sucumbirá. O sistema tem muitas formas de se ajustar diante das dificuldades, mas podem acontecer fatos que abalem sua estrutura e a comprometam de forma definitiva, fazendo com que o povo busque alternativas ao que lhe é imposto, surgindo uma grande chance de reorganização da economia e, conseqüentemente, de reorganização da sociedade e da vida humana (ARRUDA, 2000).

Outra forma de analisar a economia solidária prioriza a análise de sua realidade no âmbito concreto. Esta economia não reproduz o modo de produção capitalista, mas tampouco o elimina ou o ameaça no curto prazo, ainda que, segundo Gaiger (2003, p. 194), Marx afirme que “[...] é no seio da velha sociedade que se geram as novas condições materiais de existência”, ou seja, que esta velha sociedade não precisa estar completamente exaurida para que surjam novas formas. Assim, as iniciativas de economia solidária, antes de serem entendidas como alternativa ao capitalismo, devem ser compreendidas pelo que significam como exemplo, valendo “[...] pelo seu significado intrínseco, não pelo seu impacto” (GAIGER, 2003, p. 203), até mesmo porque o caráter recente da reinvenção da economia solidária faz com que se torne difícil e arriscado projetar sua tendência de crescimento para o futuro (SINGER, 2002b).

A singularidade desse tipo de iniciativa, para Gaiger (2003), reside no fato de as práticas de autogestão e de cooperação modificarem o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. A economia solidária assume um

---

<sup>12</sup> Adotamos aqui o conceito de cultura como sendo o “conjunto de valores, atitudes, comportamentos, aspirações, modos de relação que nós levamos à prática ao longo do nosso cotidiano de vida”. (Arruda, 2000, p.200).

formato que se distingue do modo de produção capitalista essencialmente por haver unidade entre a posse e o uso dos meios de produção, o que é percebido por meio de três traços característicos: o predomínio da propriedade social dos meios de produção, sem que haja a apropriação individual ou sua alienação particular; o controle do empreendimento e poder de decisão pertencentes aos trabalhadores, com direitos iguais; a autogestão, que confere à comunidade de trabalho a gestão do empreendimento coletivo, a organização do processo produtivo, a definição sobre as estratégias econômicas e destinação dos excedentes.

Para França Filho e Laville (2004), diferentes contextos, sejam países ou dentro do próprio país, pesam na configuração que a economia solidária irá tomar, fazendo com que o fenômeno apareça e possa ser interpretado de formas diferentes. Alguns podem perceber tais iniciativas como formas estratégicas de organização dos grupos populares, muito precarizadas em geral, como meio de garantia de sua sobrevivência em sociedades marcadas por processos de exclusão crescentes. Para outros, pode representar novas formas de ação pública, que se relacionam com a tendência atual do que França Filho e Laville (2004) denominam de “novas formas de solidariedade”, características dos chamados novos movimentos sociais. Não se restringem nem à solidariedade abstrata (estatal), visto que, longe de serem meros assistidos, são indivíduos engajados voluntariamente em projetos coletivos concretos, nem à forma típica de solidariedade tradicional (característica dos chamados grupos primários), uma vez que a ação organizacional tende a não se restringir a um grupo pequeno de beneficiários. Para os autores, em tais iniciativas, a tendência é “[...] combinar a dimensão pública da primeira com a força dos laços comunitários da segunda, resultando em uma dinâmica aberta à alteridade, ou que se projeta num espaço público” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 20).

Segundo Singer (2003), a economia solidária é uma economia centrada no humano, em que a solidariedade e a reciprocidade se colocam como elementos definidores do agir econômico. As diferentes concepções que tratam da economia solidária giram em torno da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

Para Coraggio (2003), deve existir uma inversão de subordinação entre as racionalidades que operam em tais empreendimentos, fazendo com que a

racionalidade instrumental esteja subordinada à racionalidade substantiva. Já Costa (2003) considera que, ao invés da inversão da subordinação, as racionalidades instrumental e substantiva aparecem simultaneamente.

Os grupos de trabalho formam-se em torno de algum vínculo já existente, revelando, portanto um grau de interesse recíproco que é substantivo, esse mesmo grupo articula-se em torno de uma finalidade econômica de geração de trabalho e renda nitidamente instrumental (COSTA, 2003, p. 11).

É possível que de forma alternativa os indivíduos se organizem por uma via autônoma e solidária em prol de um objetivo comum, como as iniciativas da economia solidária, capazes de proporcionar melhorias nas condições de vida da sociedade. O objetivo da economia solidária não se restringe a gerar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de constituir novas relações sociais baseadas nos valores de solidariedade e cooperação e, ao lado disto, favorecer a participação do cidadão na sociedade. “A economia solidária se refere a experiências em que o emprego não representa um fim em si mesmo” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 187). Isto é percebido não apenas pelos teóricos, mas pelas pessoas envolvidas nos empreendimentos. A presidente da cooperativa Univens, uma das cooperativas do ramo de confecções que participou do Fórum Social Mundial-2005 como fornecedor, por exemplo, afirma que a economia solidária não deve ser vista unicamente com uma opção ao desemprego, mas como um modelo de sociedade e de desenvolvimento. “A pessoa, e não o lucro, está em primeiro lugar. O maior desafio é cada um dos trabalhadores sentir-se capaz de não apenas produzir, mas de gerir, compartilhar a gestão e ser produtivos em bases solidárias” (VENTO SUL, 2005).

A economia solidária, para Singer (2002b), foi concebida para ser uma alternativa superior (ao capitalismo) por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc., na liberdade de cada um escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado (SINGER, 2002b).



Diante do rico universo de definições e abordagens, adotou-se, neste trabalho, uma perspectiva de economia solidária que tem como base a antropologia econômica e a sociologia econômica, em que a economia solidária se faz presente no contexto de uma economia plural, como vimos no início deste capítulo. Esta economia possui um caráter híbrido, na medida em que utiliza diversas formas de recurso – mercantis, não mercantis e não monetários – e manifesta-se de diversas formas. Assim, a economia solidária pode ser definida como:

[...] uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioprodutivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos populares, clubes de troca, e associações de serviço em países latino americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.15).

Neste contexto, as iniciativas de economia solidária diferenciam-se pelo fato de atuarem ao mesmo tempo como intermediárias e articuladoras de três esferas: a social, a política e a econômica. Dessa maneira, essas organizações assumem ao mesmo tempo funções de espaços produtivos (geradores de bens, serviços e trabalho), de espaços de proximidade (geradores de socialização) e de espaços públicos (geradores de reflexão e de ações políticas) (ANDION, 2001).

### 1.3.2 Como definir empreendimentos de economia solidária: alguns traços que lhes são característicos

Os traços característicos apresentados por França Filho e Laville (2004) para definição de empreendimentos solidários fornecem alguns elementos para compreensão da sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. Para os autores, existem cinco grandes traços que permitem caracterizar uma iniciativa como sendo de economia solidária. Diante da especificidade destes empreendimentos, estes traços característicos, em conjunto com os outros aspectos relativos à economia solidária, tais como contexto, tipo de organização e dificuldades, fornecerão subsídios para a compreensão da sustentabilidade e suas possíveis dimensões, que neste estudo dividem-se em econômica, social, política e de gestão.

O primeiro traço identificado por França Filho e Laville (2004) é a pluralidade de princípios econômicos, significando que em tais experiências estão presentes fontes diversas de recursos: do mercado através da venda de produtos ou prestação de serviços; de instituições públicas através de subsídios oriundos de organizações governamentais e não-governamentais; e de práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário e mutirões. A partir desta pluralidade, infere-se que a dimensão econômica da sustentabilidade, do mesmo modo, possui componentes vão além de aspectos mercantis, incluindo componentes não mercantis, como subsídios e doações, e não monetários.

Outro traço característico apontado pelos autores França Filho e Laville (2004) é o da autonomia institucional, ou seja, as iniciativas não são sujeitas ao controle de outras instituições e possuem uma gestão própria e independente. Isto, entretanto, não exclui a possibilidade de parceria ou arranjos institucionais de cooperação, desde que a autonomia seja preservada. O grau de autonomia institucional, bem como o nível de articulação em rede são fundamentais para a sobrevivência dessas iniciativas, sendo um dos indicadores para a análise do componente institucional da dimensão política da sustentabilidade.

O terceiro traço é a “democratização dos processos decisórios”, o que significa dizer que nestas iniciativas o mecanismo de decisão interna é baseado na participação democrática dos seus associados, sendo a gestão feita pelos próprios

membros - a autogestão -, entendida como “[...] o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisões, que propicia a autonomia do coletivo” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). A forma como é gerido o empreendimento tem influência no seu funcionamento e na sua sustentabilidade.

A “sociabilidade comunitário-pública” é o traço seguinte apontado por França Filho e Laville (2004), segundo o qual afirma-se que tais iniciativas possuem um modo de sociabilidade peculiar, ao mesclarem “padrões comunitários de organização” e relações sociais com práticas profissionais. Conforme indica este critério, as relações impessoais no trabalho não são comuns neste tipo de iniciativa. O padrão de sociabilidade é um dos elementos utilizados para a análise da dimensão social da sustentabilidade.

O último traço característico apontado pelos autores é a “finalidade multidimensional” desses empreendimentos, ou seja, “[...] ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se num espaço público” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 167). A atuação destas iniciativas, assim, não se limita a seus membros, mas também à comunidade e à sociedade, atingindo uma dimensão pública de ação.

A sustentabilidade desses empreendimentos, portanto, deverá ser definida em termos não apenas econômicos, tendo em vista a diversidade de suas finalidades e de fatores influenciando no fenômeno. Aspectos políticos e sociais também são importantes para a sustentabilidade dos empreendimentos. A ação da iniciativa no entorno social em que está inserida, além de ser característica dos empreendimentos da economia solidária e de fazer parte dos seus objetivos, favorece a legitimidade da organização perante a sociedade, influenciando na sua sustentabilidade. A existência de ação pública é um dos indicadores que formam o componente institucional da dimensão política da sustentabilidade.

## 1.4 FORMAS ASSUMIDAS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os empreendimentos de economia solidária têm assumido diversas formas e abrangências, a depender de fatores como o contexto em que surgem, e as necessidades a que respondem. Na paisagem social dos últimos anos, tem surgido um crescente número de iniciativas, como grupos informais, associações e empresas de trabalhadores em base cooperativa em regime de autogestão, constituindo o que Gaiger (2003, p. 181) designa de “poliformismo institucional”, por se tratar de empreendimentos situados em diferentes setores produtivos, indo de produção familiar a indústria de transformação, envolvendo diversas categorias de trabalhadores.

Diante dessa riqueza de iniciativas, faz-se necessário, visando uma maior compreensão do sentido da economia solidária, trazer algumas das formas apresentadas por tais práticas. Inicialmente abordaremos alguns exemplos de empreendimento de economia solidária (EES), para em seguida abordar as entidades de apoio e fomento (EAF), as instâncias governamentais, os fóruns e as redes.

### 1.4.1 Empreendimentos da Economia Solidária (EES)

Os Empreendimentos Econômicos Solidários representam as diversas modalidades de organizações decorrentes da livre associação de trabalhadores, constituídas com o objetivo de desenvolver atividades econômicas, norteadas por princípios como autogestão, democracia interna, solidariedade e reciprocidade, viabilidade, eficiência, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, desenvolvimento humano e ação pública. Apresentamos a seguir algumas formas assumidas pelos EES.

#### 1.4.1.1 Comercio Justo

O termo “Comércio solidário” ou “Comércio justo” é a tradução para o português da expressão *Fair Trade*. Representa redes de organizações envolvendo consumidores e produtores em diferentes partes do mundo, que interagem desenvolvendo um outro padrão de trocas econômicas. Tem por finalidade o estabelecimento de relações comerciais mais justas entre os consumidores e produtores e, além disto, numa perspectiva mais política, a constituição de uma rede de consumidores com a capacidade de alertar e sensibilizar a opinião pública sobre as injustiças presentes nas regras do comércio internacional. É uma forma de conscientização que envolve o modelo de produção e comercialização, desde o início da cadeia produtiva. As organizações do comércio justo estabelecem contratos entre pequenos produtores organizados em cooperativas, para a compra e venda de produtos em geral (artesanais, agrícolas, etc.), visando encontrar canais de distribuição a preços justos para os produtores, diminuindo a ação dos intermediários (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Para a realização do processo de intercâmbio de comércio justo, foram criadas algumas formas de organização, que Fretell e Roca (2003), agrupam em seis categorias: as organizações de produtores na forma de associações, sindicatos, cooperativas, etc., que representam o interesse de seus associados nas negociações; as organizações de consumidores, que atuam na promoção do comércio justo; as agências de certificação, como entidades dedicadas a certificar os produtos aptos a entrar no mercado do comércio justo, permitindo sua distribuição em supermercados; as centrais de compra ou importadores do comércio justo, encarregadas de adquirir e colocar os produtos no mercado, constituído por distribuidores, lojas, e pontos de venda a varejo; as lojas de comércio justo, responsáveis pela venda direta ao consumidor, tendo como fornecedores as centrais de compras ou os produtores; e, por último, as distribuidoras e os pontos de venda, que são os sócios comerciais das organizações do comércio justo (produtores e centrais de compra), responsáveis pela distribuição dos produtos no mercado aberto.

França Filho (2002) ressalta a importância de distinguir as experiências de comércio justo que limitam sua distribuição às redes chamadas “butiques

associativas” ou “armazéns do mundo”, das iniciativas que interagem com grandes canais de distribuição, como as grandes redes de supermercado. O exemplo do primeiro tipo de iniciativa é a Federação Associativa dos Artesãos do Mundo (*Artisans du Monde*) na França, especializada na revenda ou distribuição de produtos artesanais, que conta com mais de setenta associações/lojas espalhadas pelo país. Já como exemplo do segundo tipo de iniciativa, o autor apresenta o Café Marx Havelar iniciado na Holanda, que, além de comercializar produtos em uma rede paralela (forma originalmente concebida), passou a inserir o produto, que leva o mesmo nome da rede, em pontos de venda da grande rede de distribuição.

O processo de estabelecimento do comércio justo e solidário no Brasil é recente e ainda carece de informações sistematizadas a respeito. A discussão coletiva sobre esta forma de comércio tem presenciado diferentes visões acerca do entendimento deste conceito, que convergem no que se refere à necessidade e à possibilidade de ampliar a circulação (produção, oferta e consumo) de produtos éticos e solidários no comércio nacional.

Visando aprofundar este debate e construir estratégias para a construção, implementação e consolidação do comércio justo e solidário no Brasil, algumas instituições se uniram dando origem, em 2002, ao Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil – a FACES do Brasil. Este fórum é constituído por ONG’s, representantes governamentais, empresas, representações de trabalhadores e prestadores de serviços <sup>13</sup>.

Do ponto de vista da produção, já existem alguns produtos nacionais certificados por organizações internacionais. De acordo com Grüniger e Uriarte (2005), o Brasil, como país produtor, possui vendas certificadas pela FLO (*Fairtrade Labelling Organizations International*)<sup>14</sup> de suco de laranja e banana-passa. Outros produtos vendidos em regime de comércio justo mas sem certificação incluem óleo de soja, melões, café e camisetas. A única organização brasileira membro da IFAT (*International Federation for Alternative Trade*)<sup>15</sup> é o Viva Rio, que trabalha com grupos de costureiras.

---

<sup>13</sup> Para mais informações sobre a Faces do Brasil, consultar o *site* <[www.facesdobrasil.org.br](http://www.facesdobrasil.org.br)>.

<sup>14</sup> A FLO é uma organização guarda-chuva das 17 certificadoras nacionais na Europa, EUA, Canadá e Japão.

### 1.4.1.2 *Finanças Solidárias*

A finança solidária é uma iniciativa da economia solidária que tem como objetivo possibilitar o acesso ao sistema financeiro, sobretudo para aquelas pessoas que não têm acesso ao sistema convencional, principalmente por meio de crédito, para as mais diversas formas econômicas populares e solidárias, sejam elas individuais, coletivas familiares, associativas ou comunitárias.

Se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável (COELHO, 2003, p. 153).

Alguns exemplos de destaque no mundo são: o Grameen Bank de Bangladesh, iniciado em 1976, que fornece crédito principalmente para mulheres e opera em toda a área rural de Bangladesh; e o Bancosol, um banco comercial dedicado a microfinanças, que opera na área urbana da Bolívia desde 1992, oferecendo crédito e caderneta de poupança a microempresas, tendo como foco de ação grupos solidários (COELHO, 2003).

No Brasil, há um crescimento deste tipo de iniciativa através de bancos populares e cooperativas de crédito. Tais iniciativas muitas vezes são apoiadas institucionalmente pelos poderes públicos ou pela sociedade civil organizada (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Coelho (2003, p. 163) caracteriza oito tipos do que denomina “novos sistema solidários”, entre os quais destacamos três: o microcrédito (créditos fornecidos individuais ou coletivamente de pequeno valor com uma “tecnologia creditícia alternativa”, baseada nas características do tomador e da análise dos agentes de crédito); cartões de crédito solidário (utilizados para viabilização de compras e serviços em determinadas redes ou para a circulação de moeda no interior de um território específico) e garantia na formação de grupos de compra

---

<sup>15</sup> IFAT é a maior associação de Fair Trade, reunindo mais de 150 organizações, entre importadores, produtores, varejistas, organizações de promoção e de assessoria, e buscando fomentar a troca de

solidária (sistema que permite a garantia necessária para a realização de compras a prazo, com preços mais baixos e maior agilidade na entrega).

Um exemplo emblemático deste tipo de prática na realidade brasileira é o Banco Palmas, que fornece crédito e utiliza cartões de crédito solidário para os integrantes da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Utiliza mecanismos de aval distintos das organizações financeiras convencionais. Ao invés de consultar instituições como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), a consulta é feita aos vizinhos, que fornecem referências do candidato ao empréstimo. Também a forma de cobrança é particular. A própria comunidade próxima, que dá o aval, inibe a inadimplência. Outra característica do Banco Palmas é a preocupação de financiar não apenas a produção, mas o consumo também, o que é feito por meio de um cartão de crédito local – o Palmacard.

#### *1.4.1.3 Clubes de troca*

Existem também experiências de economia solidária que não envolvem dinheiro, ou seja, em que se praticam formas de trocas econômicas distintas das praticadas pelo mercado. Estas iniciativas são mais conhecidas como clubes de troca, que podem envolver, saberes, produtos, objetos, serviços, empréstimos, etc., e adotar ou não uma moeda comunitária própria. As trocas, de natureza não monetária, estão embasadas no princípio da reciprocidade e solidariedade, tendo como fundamento uma lógica de dádiva visto que, mais do que a satisfação utilitária, tem como finalidade fortalecer os vínculos sociais entre as pessoas envolvidas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Esta articulação representa uma alternativa para o desenvolvimento das economias locais e cooperativas na medida em que possibilitam o atendimento de demandas entre pessoas da comunidade por meio de trocas pautadas no trabalho dos envolvidos, que pode ser quantificado por meio de moeda local ou horas de trabalho, por exemplo, servindo como incentivo para as pessoas cooperarem entre si e interagirem (LIETAER, 2002). Na França estas iniciativas, não se restringem apenas às camadas mais carentes da população, sendo adotadas pela classe média, por exemplo. Já na Argentina, lugar onde as



iniciativas são mais representativas do que no Brasil, a crise econômica aguda fez florescer uma multiplicidade de iniciativas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004)

O estudo da sustentabilidade de experiências não monetárias, como os clubes de trocas, por exemplo, tem como pré-requisito o reconhecimento de que outras dimensões extra-econômicas não apenas existem, mas são fatores determinantes para que experiências deste tipo ocorram. Entretanto, não é apenas nas iniciativas que não envolvem dinheiro que esta dimensão não monetária aparece. Ao contrário, está presente em todas as iniciativas solidárias, pois estas incluem, para a sua realização e em seus objetivos, aspectos não monetários relacionados com valores solidários e comunitários.

#### *1.4.1.4 Cooperativas populares*

As cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente em empreendimento de propriedade comum, com o intuito de satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais. São norteadas por valores como a ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia (SCHIMIDT; PREIUS, 2003). As cooperativas populares são “[...] organizações autogestionárias de grupos populares, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva, integrando três dimensões: econômica, social e política” (CANÇADO, 2005, p. 13). Para França Filho e Laville (2004, p. 109), as cooperativas populares distinguem-se das cooperativas em geral pela “[...] preocupação em inscrever sua dinâmica numa perspectiva de desenvolvimento local e solidário e sua organização em rede”.

Singer (2000b) diferencia as cooperativas em quatro tipos: cooperativa de produção, cooperativa de comercialização, cooperativa de consumo e cooperativas de crédito. As cooperativas de produção representam, para Singer, a modalidade básica da economia solidária. As cooperativas de comercialização são compostas por produtores autônomos, individuais ou familiares, que realizam compras e, a depender do caso, vendas em comum, sendo as sobras divididas proporcionalmente em função das compras e/ou vendas efetuadas por meio da cooperativa. A cooperativa de consumo é possuída por aqueles que consomem seus

produtos e serviços e tem como finalidade proporcionar os mais satisfatórios produtos e serviços ao menor custo. Já as cooperativas de crédito são organizações que realizam intermediações financeiras para os cooperados, recebendo depósitos e fornecendo empréstimos pessoais. As cooperativas de crédito comunitárias, por exemplo, aplicam o depósito em empréstimos aos cooperados, tirando, através deste crédito rotativo, muita gente necessitada das garras da agiotagem (SINGER, 2000b).

Existem cooperativas de produção industrial com “capital abundante”, tecnologia avançada e competitividade no mercado nacional e internacional. Outras possuem um “capital modesto” “[...] empregam tecnologias herdadas de empresas antecessoras, e enfrentam grandes dificuldades para se manter em alguns mercados” (SINGER, 2000b, p.23). Aí se enquadram, por exemplo, empresas em estado de falência que são apropriadas por trabalhadores que ganharam causas trabalhistas, que assumem a sua gestão, coletivamente. Tal situação é decorrente, sobretudo, da crise industrial do início dos anos 90 (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A grande maioria das tentativas de transformação de firmas falidas em empresas solidárias tem tido sucesso, o que, para Singer (2000b) é explicado em primeiro lugar, pelos sacrifícios feitos pelos cooperados, que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos, algumas vezes em troca de cestas básicas, e, além disto, pela enorme dedicação ao trabalho não mais alienado, de que resultam aumentos de produtividade e redução de perdas e desperdícios, e, por último, pelo aprendizado por parte dos novos administradores das técnicas de gestão, envolvendo elementos como compra e venda, recebimento e crédito, inovação de produtos e processos, e estabelecimento de relações solidárias com outras organizações autogestionárias.

Apesar de existirem cooperativas de produção industrial que, mesmo com as dificuldades para assegurar seu desenvolvimento, conseguem um certo nível de estruturação e organização do trabalho, esta não é a realidade da maioria das cooperativas populares do Brasil. Grande parte das cooperativas populares tem um alto grau de instabilidade e enfrenta dificuldades para sua operacionalização, relacionadas a aspectos como os limitados recursos materiais disponíveis e reduzido nível de renda auferido (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Algumas cooperativas de trabalho, por exemplo, contam apenas, como recurso, com a força de trabalho dos

seus membros e utilizam a infra-estrutura dos contratantes. “Estas cooperativas procuram vender serviços (de limpeza, de manutenção, de reparação, de jardinagem, de vigilância etc.) a serem prestados nos locais e com o uso de meios fornecidos pelos compradores” (SINGER, 2000b).

As cooperativas populares se diferenciam das falsas cooperativas – as chamadas “copergatas” – formadas por firmas capitalistas com o intuito de explorar e precarizar o trabalho dos cooperados, fugindo dos custos decorrentes das contribuições e encargos trabalhistas.

#### 1.4.1.5 Associações

Um grande número de empreendimentos da economia solidária apresenta o formato de associação. Associações são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja finalidade é representar e defender os interesses dos associados, buscando estimular a melhoria técnica, profissional e social dos integrantes, como por exemplo as constituídas por moradores e por trabalhadores (ALBUQUERQUE, 2003 a).

Segundo Singer (2000b, p. 23), existe um número significativo de pequenas associações de “trabalhadores marginalizados” ou de “pessoas estigmatizadas”, tais como ex-detentos, deficientes físicos, ex-dependentes de drogas, moradores de rua etc., que, apesar de procurarem desempenhar alguma atividade produtiva, sobrevivem, na verdade, através de doações e de trabalho voluntário de apoiadores externos.

Um exemplo emblemático no Brasil em termos de associação é o da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), que funciona atualmente como uma espécie de *holding*, comportando uma diversidade de atividades, dentro do que denominam “Sistema Palmas”.

A ASMOCONP é fruto de uma luta pela urbanização de uma favela localizada na periferia da cidade de Fortaleza, travada pelos novos moradores – antigos habitantes de um uma vila de pescadores expulsos pela especulação imobiliária em 1973. Através de ações empreendidas pela ASMOCONP, com mutirões e com algumas parcerias diversas, tais como com a Prefeitura, o Governo

do Estado e a GTZ do Governo alemão, conseguiu-se tornar o bairro habitável. Posteriormente, foi detectada a necessidade de criar alternativas de geração de renda para os moradores do bairro, que possuíam elevado nível de pobreza, baixo índice de escolaridade e falta de uma formação profissional definida.

Assim, em 1998, foi criado pela ASMOCONP o Banco Palmas, que representa, não apenas um banco popular, mas o coordenador de um complexo de atividades que compõem um projeto de desenvolvimento local integrado e sustentável, incluindo a criação de uma rede solidária entre produtores e consumidores do bairro. O projeto possui uma linha de financiamento (microcrédito) para estimular a produção e uma linha para estimular o consumo, representada pelo cartão de crédito próprio. Esta linha de crédito apenas seria possível se a análise dos créditos fosse feita de uma forma diferente da convencional, pois, caso contrário, os moradores do bairro seriam automaticamente excluídos deste programa, já que muitos tinham “nome sujo” no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), na Centralização de Serviços dos Bancos S.A. (SERASA), e no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público (CADIM). Destarte, a análise do crédito conta com uma consulta à vizinhança, pois acreditam que, “[...] em se tratando de acesso a crédito para os mais pobres, os vizinhos se constituem em um verdadeiro SPC social” (MELO; MAGALHÃES, 2003, p. F-16).

Os empreendimentos apoiados pela ASMOCONP são: Palmafashion (uma fábrica de confecções de mulheres); Palmalimp (uma empresa composta por cinco jovens fabricando produtos para limpeza); Palmanatus (que fabrica produtos de medicina natural); Palmart (composto por um grupo de amigas fabricando artesanato). Além destes empreendimentos, há o Banco Palmas, um banco popular que financia empreendedores individuais ou coletivos; a Palmatech (uma Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária que tem como função dar formação em economia solidária ); Incubadora feminina; Clube de trocas com moeda social; Feira de produtores locais (que ocorre semanalmente aos sábados para troca e comercialização dos produtos e representa um espaço de socialização da comunidade e de lazer); Loja solidária instalada dentro da ASMOCONP; Palmaricó e horta (Laboratório de agricultura urbana); o Instituto Banco Palmas (com o objetivo de arrecadar recursos e difundir a metodologia); o banco de emprego (implementado através de um convênio com o Sistema Nacional de Emprego – SINE, com o objetivo de encaminhar pessoas ao mercado de trabalho); as compras coletivas

(MELO, 2003). Todas estas iniciativas funcionam no mesmo local – as dependências da ASMOCOMP, sem que tenham que pagar aluguel, mas contribuindo para outras despesas como energia e água.

Algumas estratégias de comercialização foram surgindo diante das necessidades. O PalmaCard foi uma delas, mas era preciso dar visibilidade aos produtos produzidos no bairro. Assim, foi criada a Feira dos Produtores Locais, realizada uma vez por semana, onde se comercializam apenas produtos fabricados no bairro, tendo como objetivo divulgá-los perante a população local e impulsionar suas vendas, e, em seguida, criou-se a Loja Solidária para comercialização diária dos produtos, funcionando dentro da ASMOCOMP. A moeda social – Palmares e Palmarins – foi desenvolvida com o intuito de incrementar a circulação dos produtos, gerando riqueza através do Clube de Trocas. Com o tempo, o Palmares deu origem ao Palmas (P\$), uma moeda social, mais forte ainda do que as anteriores, que circula no comércio do bairro.

Para manter-se funcionando, a ASMOCOMP conta com trabalho voluntário e de assalariados. Os recursos provêm da cooperação internacional, de organizações como Oxfam (Inglaterra), seu maior parceiro, e Stroham (Holanda), de organizações brasileiras como o SESI, além de uma parceria com o SEBRAE, que não participa com recursos, mas com materiais, cursos, tecnologias empresariais, etc. É importante, segundo Sandra Magalhães<sup>16</sup>, buscar diversificar recursos, uma vez que atualmente um dos financiadores é responsável pela maior parte de recursos recebidos pela organização. Tal diversificação é fundamental para a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária.

#### 1.4.2 Entidades de Apoio e Fomento (EAF)

Um dos aspectos fundamentais para o funcionamento dos empreendimentos da economia solidária, particularmente nas cooperativas populares, tanto para o seu surgimento ou início em operação, como na etapa inicial,

---

<sup>16</sup> Esta informação foi obtida no seminário apresentado por Sandra Magalhães, integrante da ASMOCOMP, durante a visita realizada ao Banco Palmas pela caravana solidária (um projeto

identificada como o momento no qual o empreendimento consegue gerar receita própria, suficiente para cobrir os custos e manter uma regularidade de rendimentos que garantam sua viabilidade e sobrevivência futura, é o apoio externo, fator destacado por diversos autores (KRAYCHETE, 2000; SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2000b; CORAGIO, 2003; BUNCHAFT, 2004; FSM, 2004; SEI, 2004).

As entidades de apoio e fomento são fundamentais para a existência dos empreendimentos de economia solidária. Suas ações podem ir desde a formação do empreendimento, incluindo a mobilização e formação dos integrantes, até o seu desenvolvimento através da incubação por um período, cuja duração pode variar em função das necessidades dos empreendimentos ou da existência de fonte de financiamento externo. As assessorias atuam elaborando projetos, captando recursos, oferecendo capacitação, assistência técnica e apoio para ultrapassar as múltiplas dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos. Há ainda apoios sob a forma de trabalho voluntário, doações, parcerias, subsídios, etc. Serão descritos, a seguir, alguns exemplos de entidades de apoio e fomento

#### 1.4.2.1 Cáritas

A Cáritas é uma instituição da Igreja Católica, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e fazendo parte da rede da Cáritas Internacional. A ação da Cáritas transitou entre três ênfases: assistencial, por volta de 1956, promocional, a partir de 1966, e da solidariedade libertadora, sua atual fase. A Igreja Católica, com o passar dos anos, evoluiu

[...] de uma ação meramente assistencial para uma postura de crítica ao capitalismo, com proposição de que a solidariedade liberta. Ela implica em uma tese ousada: a de que os trabalhadores, desde que se organizem e granjeiem apoio, podem por si só superar a miséria. Uma das implicações desta tese é que este apoio não tem de ser do Estado, pressuposto geral de todas as correntes de esquerda até então (SINGER 2002b, p. 116-117).

A partir de 1984, a Cáritas passou a financiar milhares de projetos sob a denominação de Projetos Alternativos Comunitários (PACS), que se destinavam

---

construído coletivamente por diversas entidades que compõem a economia solidária baiana, entre

em sua maior parte a “[...] gerar trabalho e renda de forma associada para moradores da periferias pobres e de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país”. (SINGER 2002a, p. 122, SINGER 2002b, 117). Os PACs foram classificados em quatro categorias: comunitários, que podiam ser produtivos ou de prestação de serviços; de apoio a movimentos populares; de ação sindical; e projetos de assistência e promoção social (SINGER 2002a). Muitos destes projetos foram convertidos em economia solidária, uns ainda dependentes da ajuda por meio de caridade das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente através da venda da sua produção no mercado. Há PACS, inclusive, em assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “Os PACs tendem a ser cada vez mais projetos produtivos, desejados como meios de melhorar a renda de forma associativa” (SINGER 2002a, p. 118).

#### 1.4.2.2 Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida (ACCMV)

Outra entidade que desempenhou papel relevante para a expansão das iniciativas de economia solidária foi a Ação da Cidadania Contra a Fome, Miséria e pela Vida (ACCMV), que, segundo Singer (2002a), a partir de 1994, decidiu mudar sua tática de ação direcionada para distribuição de alimentos, passando a incorporar ações de fomento a geração de trabalho e renda, o que fez com que o desenvolvimento de experiências de economia solidária sofresse forte aceleração a partir deste ano. Infelizmente, a ação empreendida por Herbert de Souza (o Betinho) e a ACCMV não foram objeto de qualquer levantamento, no entanto, uma das iniciativas pode ser considerada como um exemplo emblemático de economia solidária: a Cooperativa de Manguinhos (Contram).

Localizada no Rio de Janeiro, Manguinhos é região que abriga 35.000 pessoas em 10 favelas, com grande parte da população favelada desempregada, pobre e carente, e muitos jovens optando pelo narcotráfico como meio de vida. Em 1994, estourou a luta pelos pontos de tráfico e armas e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), localizada nesta região, foi atingida com balas. Isto fez com que os corpos docente e discente começassem a refletir e procurar a comunidade para compreender o que ocorria e como poderiam contribuir para a melhoria da situação, resultando em um acordo com a comunidade de enfrentamento compartilhado. A Fiocruz, enquanto integrante do movimento ACCMV, principalmente a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), inicia o fomento à constituição de uma cooperativa de trabalho, a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos (COOTRAM), contando com apoio de instituições como a Gerência de Cooperativismo do Banco do Brasil<sup>17</sup> para capacitação em cooperativismo realizado através do Instituto Superior de Cooperativismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Um dos pontos relevantes para o sucesso desta iniciativa foi a contratação da Contram pela Fiocruz para reciclar lixo e prestar serviços de jardinagem e limpeza dos prédios do Campus da Fiocruz em Manguinhos. Esta ação representou uma redução nos gastos em 15% na Fiocruz com tais serviços e fez com que cada cooperativado recebesse o dobro do que recebiam quando contratados por empresas capitalistas, antigas prestadoras, para realizar a mesma atividade, visto que o lucro, antes apropriado pela empresa capitalista, passa a ser apropriado pela cooperativa e pelo cliente (Fiocruz). (BUSS, apud SINGER, 2002a). “Não resta dúvida de que na prestação de serviços de baixa densidade tecnológica a cooperativa de trabalho, ao menos em Manguinhos, é mais competitiva do que qualquer empresa capitalista análoga” (SINGER, 2002a, p. 122).

---

<sup>17</sup> Segundo Singer (2002a, p. 121), “[...] o Banco do Brasil sempre se envolveu profundamente na Campanha contra Fome, ao lado de outras empresas estatais, particularmente bancárias”, estando presente em 1.907 dos 3.000 comitês da ACCMV no ano de 1993.



#### 1.4.2.3 Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)

A economia solidária surge no Brasil em resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias pedem concordata e entram em processo falimentar. Nesta época surgem cooperativas que assumem a massa falida. Nas décadas perdidas de 80 e 90, o fechamento das empresas prossegue e muitos trabalhadores perdem seus empregos. Com o decorrer do tempo, tecnologias vão sendo desenvolvidas para aproveitar as oportunidades oferecidas aos trabalhadores pela legislação de arrendar ou adquirir a massa falida ou patrimônio dos antigos empregadores e com isso preservar seus postos de trabalho.

A Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) surge, por volta de 1994, com a finalidade de ajudar na luta dos trabalhadores pelos seus postos de trabalho, e, ao mesmo tempo, assessorar novas empresas solidárias (SINGER, 2002a). Os projetos precisavam ser coordenados porque, mesmo que inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiram as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões, novas para eles, entre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. (NAKANO, apud SINGER, 2002a, p. 89).

Um dos exemplos de empreendimento solidário apoiado é a Usina Catende, que cobre cinco municípios em Pernambuco, e na qual trabalham 3.200 famílias. A Catende faliu em 1995 e, desde então, funciona como empresa autogestionária, contando com o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais, da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, do governo de Cuba (que fornece agrônomos especialistas no cultivo de cana) e da ANTEAG (SINGER, 2002a).

#### 1.4.2.4 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Outra entidade importante de apoio e fomento é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A experiência de cooperação do MST inicia-se com o próprio processo de luta pela terra, uma vez que os sem-terra tiveram que se juntar e se organizar para empreender sua luta por um pedaço de terra. A outra forma de cooperação inicia-se quando as terras lhes são entregues. Segue-se aí o desafio de empreender uma cooperação agrícola que viabilize a produção. Enxergando a cooperação como um processo que se constrói gradualmente e buscando a multiplicação de associações, seguiram dois caminhos: “pequenos grupos e associações coletivas”, relacionadas com a produção; e grandes associações voltadas para a prestação de serviço. A partir destas experiências e de longos debates, foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Depois de dez anos de criado, o sistema conta com 86 cooperativas distribuídas pelo Brasil sob a forma de cooperativas de produção agropecuária (CPAP), cooperativas de prestação de serviço (CPS) e as cooperativas de crédito (CPC). Outras formas de organização diferentes das cooperativas também se fazem presentes no movimento, sob a forma de associações, grupos semicoletivos e grupos coletivos. As cooperativas também estão associadas à Central de Cooperativas de Assentados (CCA), com centrais em nove Estados brasileiros, e a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) (FERREIRA, 2003, p. 82-83).

#### 1.4.2.5 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP)

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) são entidades pertencentes às universidades, formadas por equipes multidisciplinares, compostas por professores, alunos de graduação e de pós-graduação, funcionários, com formação em diferentes áreas, dedicados à “[...] organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal, ideológico na formação política, entre outros” (SINGER, 2003, p. 25).

A primeira ITCP foi criada em 1995 na COPPE/UFRJ, centro de pós-graduação em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através de convênio com a Finep e a Fundação Banco do Brasil, os financiadores. No segundo semestre apoiaram a Cootram, juntamente com a Fiocruz e a UFSM e a partir de 1996 iniciou a formação de cooperativas na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas (SINGER, 2002a). Com o sucesso da ITCP do Rio de Janeiro, as entidades patrocinadoras (Finep, Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida - COEP, a Fundação Banco do Brasil e a Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia - Coppe) resolveram ampliar o número de incubadoras nas universidades, lançando, em 1998, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONIC). A Fundação Banco do Brasil e o Finep estavam dispostos formar mais cinco incubadoras, uma já estava constituída – a da Universidade Federal do Ceará –, e formaram-se mais quatro na Universidade Federal de Juiz de Fora, Federal Rural de Pernambuco, Estadual da Bahia e de São Paulo, que recebem a formação tecnológica inicial da do Rio de Janeiro (SINGER, 2002a).

O número de universidades interessadas em criar incubadoras ultrapassa em muito o fixado pelo PRONIC. Em 2003, foi constituída a ITCP da Universidade Federal de Viçosa e, mais recentemente, no dia seis de outubro de 2004, foi realizada a solenidade de lançamento da ITCP do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), compondo um total de 18 ITCP's espalhadas pelas universidades brasileiras, distribuídas ao longo de 11 Estados de norte a sul (AM, RN, CE, PE, BA, MG, SP, RJ, PR, SC e RS) (CANÇADO, 2004).

A Incubadora de Cooperativas Populares veio preencher uma lacuna vital no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associada, iniciada pela Cáritas e expandida pela ACCMV: a de prestar assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a apurarem as técnicas empresariais, a legalizarem as cooperativas, a buscarem mercados e financiamento etc. (SINGER 2002a).

A partir de 1999, as ITCPs constituíram uma rede que se reúne periodicamente, com o objetivo de “[...] trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária”. (SINGER, 2002b, p. 157). A rede visa realizar trocas de experiências entre as ITCPs e ajuda mútua, tendo em vista estabelecer, em cada universidade, não apenas um

centro de extensão (em que se enquadra a incubação), mas englobar ainda ensino e pesquisa (SINGER 2002a, p. 123).

#### 1.4.2.6 Fundação Unitrabalho

Ainda em 1999, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, organização que presta serviços, nas mais diferentes áreas, ao movimento operário. A Unitrabalho desenvolve desde 1997, um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Um crescente número de núcleos da Unitrabalho em universidades acompanha as cooperativas e dá assistência a elas, numa atividade que, sob muitos aspectos, se assemelha às ITCPs (SINGER, 2002b). À Fundação Unibrabalho estão filiadas mais de 80 universidades à disposição dos trabalhadores e suas organizações de classe. Todas as universidades que possuem ITCPs estão filiadas à Unitrabalho, e existem universidades filiadas interessadas em criar suas incubadoras (SINGER, 2002a).

#### 1.4.2.7 Central Única dos Trabalhadores (CUT)/Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)

Nos primórdios da economia solidária, o movimento operário foi fundamental para a o surgimento das cooperativas em reação à difícil situação em que se encontravam os trabalhadores da época. Hoje, no Brasil, alguns sindicatos, como a CUT, têm ampliado sua preocupação com os trabalhadores, incluindo aqueles fora do circuito formal da economia. Segundo Coraggio (2002), esta iniciativa remete ao movimento operário do início do século passado, quando defendiam a união autônoma dos trabalhadores em reação ao desemprego e à exploração.

A crise do mundo do trabalho que atingiu o País na década de 90 atingiu também frontalmente os sindicatos, que começam a agir pontualmente, priorizando inicialmente a proteção dos direitos trabalhistas, ameaçados de revogação ou flexibilização pelo governo Collor. Em todos os casos de processos de

transformação de empresas falidas ou em vias de falir em autogestões, os sindicatos tiveram que assumir a liderança do processo, muitas vezes ao lado da ANTEAG. O sucesso de diversas cooperativas assim criadas fez com que os sindicatos se empenhassem cada vez mais na luta pela criação de novas cooperativas nos moldes da economia solidária (SINGER, 2002a).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical do Brasil, através da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), criada em 1999 em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), é outra entidade de apoio e fomento que desempenha um papel de destaque no contexto da economia solidária.

A ADS vem difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entres lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da economia solidária, por meio de cursos de pós-graduação em várias universidades, em parceria com a Unitrabalho. Uma de suas atividades prioritárias é a criação de cooperativas de crédito com o objetivo de estabelecer uma rede nacional de crédito solidário, em parceria com o Rabobank, importante banco cooperativo holandês (SINGER, 2002b, p.123).

#### 1.4.2.7 Organizações Não-Governamentais (ONGs)

Ainda em relação às entidades de apoio e fomento, cabe destacar a existência de um expressivo número de ONGs, que têm oferecido apoio aos empreendimentos da economia solidária. Para desenvolver suas atividades, estas organizações buscam apoio dos poderes públicos e da iniciativa privada.

#### 1.4.3 Instâncias governamentais

Outra forma de apoio vem sendo dado por prefeituras de diversas cidades e alguns governos de Estado que têm contratado organizações como ITCPs, ANTEAG, UNISOL e outras entidades de fomento da economia solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas semelhantes, com o objetivo de usar a assistência social como via de acesso para combater efetivamente a pobreza através da organização dos que o

desejarem, em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo (SINGER, 2002b).

O Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vem executando políticas públicas relacionadas ao apoio e fomento a empreendimentos solidários.

Outro exemplo de instância governamental é a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária, composta por representantes de administrações estaduais e municipais e que reúne mais de duas dezenas de representações.

#### 1.4.4 Fóruns

A movimentação para constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária encontra suas origens no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2001). Em 2003, o Fórum é constituído com a função de articular e mobilizar as bases da economia solidária do País em torno de uma Carta de Princípios e de uma Plataforma de Luta, aprovadas nesta ocasião, e fazer a interlocução com o governo, especialmente junto à Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES). Atualmente, o Fórum é composto de 12 organizações e redes que participam da sua coordenação nacional: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST Concrab); ITCP - Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; ADS/CUT - Agência de Desenvolvimento Solidário; UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária e Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED).

#### 1.4.5 Redes

A Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária (RBSES) foi criada em 2000 e lançada durante o primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no ano de 2001. Sua criação foi resultado de um esforço de animação e articulação de várias forças envolvidas e/ou interessadas no desenvolvimento das práticas da economia solidária. É composta por diversas entidades de fomento da economia solidária do Brasil e, atualmente, reúne centenas de pessoas, empreendedores, mediadores, pesquisadores, entidades, tendo a Internet como veículo principal de comunicação. “É uma rede eletrônica que enseja o intercâmbio entre cooperativas e associações produtivas e de consumidores” (SINGER, 2002b, p.124).

### 1.4 PROBLEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Iniciamos este capítulo introduzindo o tema da economia solidária, dentro de uma perspectiva de economia plural. Em seguida, foi apresentada a sua origem na Europa e América Latina, com destaque para o seu percurso no Brasil. O passo seguinte consistiu em buscar um conceito de economia solidária, apresentar traços característicos e principais formas apresentadas. A seguir, será realizada uma problematização em torno do tema, incluindo a reflexão sobre os problemas, limites e desafios que fazem parte da realidade dos empreendimentos da economia solidária. Esta discussão é fundamental para a compreensão da dinâmica da sustentabilidade em tais iniciativas, tema do próximo capítulo.

Do ponto de vista teórico, tem havido uma preocupação muito grande entre os autores que tratam da economia solidária com o aspecto social e político. Segundo Razeto, há uma preocupação ética e doutrinária e uma imensa quantidade de livros que expressa o caráter ideológico da economia solidária. Já se sabe cientificamente como funciona uma organização dentro do modelo capitalista, quais os seus desafios, potencialidades, áreas, subáreas, no entanto, ainda não se tem arcabouço teórico, neste sentido, que dê conta dos empreendimentos da economia solidária.

Para Razeto, a economia solidária é uma economia distinta, que tem uma outra racionalidade. Para este autor, a busca pela a eficiência, seja em reação à satisfação das necessidades, ao uso do conhecimento, do saber ou dos recursos é fundamental e não exclui o caráter solidário dos empreendimentos. Singer (2002b) acrescenta que, para a economia solidária sair dos espaços intersticiais e competir com o capitalismo é preciso que alcance “[...] níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modo de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidário” (SINGER, 2002b, p. 121).

O forte componente ideológico de oposição ao modo de produção capitalista presente em muitas abordagens da economia solidária, pode ser a razão desta maior preocupação da teorização sobre a economia solidária com as relações sociais e políticas entre os participantes e destes com os demais atores do ambiente político, econômico e social, do que propriamente com o processo de racionalização administrativa a que se dedicam mais fortemente as empresas tradicionais. Assim, quando se fala em gestão, fala-se em autogestão, em tomada de decisões conjunta e democraticamente entre os trabalhadores, sobre o uso dos meios de produção e sobre a aplicação dos excedentes financeiros.

De acordo com Moura e Meira (2002), faltam padrões gerenciais adequados, ou seja, existe uma carência de um gerenciamento profissional, com uma teoria própria, sobretudo no que se refere à autogestão (GAIGER, 2003). Costa (2004, p. 38) acrescenta que “[...] não há referência sobre decisões gerenciais eficientes, no sentido do uso de teorias e princípios da administração”.

Além da falta de um modelo gerencial próprio, a baixa qualificação profissional de muitos dos integrantes dos empreendimentos econômicos solidários prejudica a gestão dos seus empreendimentos. Tais carências, em muitos casos, são decorrentes da falta de escolaridade dos membros. Segundo Joaquim Melo, na ASMOCNP, por exemplo, 90% das pessoas não têm o primeiro grau, o que dificulta atividades como o controle gerencial, controle contábil, emissão de recibos, etc. Para Bunchaft e Godim (2004), a falta de experiência administrativa e baixa capacidade gerencial dificultam a gestão dos empreendimentos. Tiriba (2000) também atribui ao conhecimento (tecnológico e teórico-metodológico) a diferenciação real para os trabalhadores, sem o qual a mera posse dos meios de produção não poderia garantir-lhes a libertação da dominação capitalista que eles



estariam buscando (COSTA, 2003). Singer (2002b), neste sentido, destaca o papel da educação para a perenidade das iniciativas de economia solidária.

De acordo com Singer (2002b), a prática da autogestão requer um esforço maior dos trabalhadores em uma iniciativa solidária, visto que, além de se preocupar com suas atividades operacionais, precisam preocupar-se com questões gerenciais, o que, além de não ser uma tarefa fácil diante da carência formativa de muitos membros, requer interesse e compromisso de todos. Ao lado dos ótimos resultados que podem gerar este esforço adicional em relação à produtividade, estão as dificuldades colocadas pelas práticas democráticas, entre elas, a possível maior lentidão no processo decisório (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

Para que a gestão desses empreendimentos seja realizada de forma democrática e autônoma, alguns elementos precisam ser trabalhados, como destacam Jesus et al. (2004) e Singer (2002b): o desinteresse dos sócios em apropriar-se integralmente do seu empreendimento, com todos os direitos e deveres que a prática requer; e a insuficiente formação democrática dos sócios. A estes se soma a insuficiente formação empreendedora (BUNCHAFT, 2004; FSM, 2005).

Uma das dificuldades que se coloca neste sentido é a conciliação, por parte da diretoria e dos cooperados, entre os princípios cooperativistas e as práticas administrativas necessárias para o funcionamento da organização (BUNCHAFT; GODIM, 2004). Em muitos casos, segundo Singer (2002b), não é a direção que sonega as informações, mas os sócios que preferem deixar que a direção decida por eles. A direção, por sua vez, às vezes tende a aceitar tal pedido, principalmente em decisões que possam suscitar conflito entre os sócios, pois é, em geral, mais fácil conciliar interesses e negociar saídas consensuais num pequeno comitê de diretores do que numa reunião mais ampla de delegados, que têm que prestar contas aos colegas que representam. Assim, a lei do menor esforço pode corroer a prática autogestionária (SINGER, 2002b).

Segundo Singer (2002b), como a maioria dos empreendedores se insere na economia solidária enquanto modo de produção, buscando uma forma de se reinserir à produção social e escapar da pobreza, muitos não aproveitam as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como uma exigência coletiva para poder participar da cooperativa. Neste sentido, a busca por renda e a irregularidade de rendimentos podem levar à desagregação do grupo e, conseqüentemente, a uma instabilidade do quadro social (JESUS et al., 2004).

Os problemas constantes no cotidiano interferem na sustentabilidade de empreendimentos da economia solidária. Nas cooperativas populares, por exemplo, um dos problemas é a falta capital de giro (KRAYCHETE, 2000; MOURA; MEIRA, 2002; JESUS et al., 2004; SEI 2004), que dificulta a compra de materiais para produção e comercialização e, por vezes, pode interferir também no custo de produção. Outra dificuldade apontada é a dificuldade em obter acesso ao crédito (KRAYCHETE, 2000; MOURA e MEIRA, 2002; BUNCHAFT, 2004; SEI 2004), tanto pelas características do tomador, muitas vezes excluído do sistema financeiro convencional, como pela insuficiente abrangência de ação das iniciativas de finanças solidárias. Para Singer (2002b), é fundamental o apoio dos serviços financeiros solidários.

No âmbito externo, uma das dificuldades encontradas pelos empreendimentos da economia solidária é o insuficiente número de entidades de apoio que dêem conta do universo de iniciativas que estão surgindo e em funcionamento, que busquem articular valores de ajuda mútua e solidariedade com processo de produção e troca de bens e serviço em uma sociedade fortemente marcada pela competitividade. É fundamental, para a sustentabilidade das iniciativas da economia solidária, uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas do campo político, econômico e tecnológico, tais como universidades, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil (KRAYCHETE, 2000; SINGER, 2002b; CORAGGIO, 2003; BUNCHAFT; GODIM, 2004).

Ainda com relação às entidades de apoio, cabe destacar a necessidade de que assessorias trabalhem a questão técnica, respeitando o conhecimento dos empreendimentos, para a partir daí construir instrumentos que os grupos possam compreender e absorver. Ou seja, é importante articular o conhecimento do grupo com o conhecimento do técnico e criar uma tecnologia que seja acessível pelos membros dos empreendimentos<sup>18</sup>.

A comercialização também é um dos problemas enfrentados pelos empreendimentos que atuam em interface com o mercado, por meio da comercialização de seus produtos e serviços. A SEI (2004) destaca como dificuldades de comercialização: a ausência de experiência, a dificuldade em

---

<sup>18</sup> Esta preocupação foi colocada por participantes de empreendimentos durante o Fórum Social Mundial (2005).

encontrar compradores, a manutenção da periodicidade do fornecimento e a falta de produção em escala para clientes que compram em grande quantidade.

Para Coraggio (2003), é preciso estabelecer um sistema de compras coletivas e de trocas, que viabilizaria a circulação dos bens produzidos e consumidos na economia solidária. A rede de economia solidária tem como um dos objetivos ajudar neste aspecto, porém ainda não é capaz de dar conta da necessidade de comercialização dos empreendimentos. Por isto é preciso que os empreendimentos que produzem bens e serviços permaneçam em uma interface com o mercado capitalista para garantia das suas necessidades materiais, o que não tem sido fácil diante da precária situação em que grande parte dos empreendimentos se encontra.

Outro problema que envolve os empreendimentos solidários é o fato de que, em certos casos, na pressa em conseguir recursos ou subsídios muitas vezes não é feito um estudo de viabilidade nem implementado um processo formativo adequado com uma visão de futuro dos empreendimentos.

Muitos empreendimentos se formam por motivações imediatistas, de curto prazo, como possibilidade de trabalho, acesso a crédito, a políticas públicas, etc. sem uma dimensão estratégica e processos formativos, muitos grupos não mantêm um projeto coletivo e solidário de longo prazo. Além disso, a maioria dos trabalhadores ainda está presa ideologicamente à subordinação e possui precários conhecimentos de gestão e baixíssimo espírito empreendedor. O sucesso dos empreendimentos solidários depende de um processo lento de mudança cultural, de comportamentos, combinado com a capacitação técnica (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000, p. 153).

A pressa também se expressa por meio de pressão por parte dos financiadores e dos associados para obter resultados no curto prazo, desconsiderando todo o tempo que se faz necessário para a implementação eficiente e eficaz de um projeto.

Outro aspecto é a precária rede de articulação das diferentes experiências, dificultando o intercâmbio e o amadurecimento pela reflexão dos erros comuns, dos êxitos e dificuldades (MOURA; MEIRA, 2002).

É importante, para os empreendimentos da economia solidária, a articulação em redes e a participação em fóruns. No entanto, muitas vezes há uma dificuldade financeira para isto, principalmente para integrantes de empreendimentos produtivos, que precisam interromper a produção e comprometer o seu rendimento, para participar de atividades políticas e socializadoras envolvendo empreendimentos

da economia solidária. Caso estes custos adicionais fossem incluídos nos preços dos produtos, a venda dos produtos poderia ser inviabilizada, pois teria um preço de venda superior ao da concorrência<sup>19</sup>.

Alguns aspectos culturais também interferem no desenvolvimento da economia solidária. No âmbito interno, os valores decorrentes do modo capitalista de produção em que a sociedade, e, conseqüentemente, os trabalhadores estão imersos ao longo da vida, fazem com que, muitas vezes, nos empreendimentos solidários, os trabalhadores detenham a posse do meio de produção e, ainda assim, continuem comportando-se como empregados (CORAGGIO, 2002). Ou seja, em tais casos, os membros não se apercebem ou não se comportam como proprietários coletivos de um empreendimento cujo sucesso depende da ação e luta de cada um para os objetivos da organização, uma luta coletiva, sem um patrão para comandar. Este papel, por vezes, fica por conta da diretoria. Mas o processo de mudança é lento e longo.

[...] A experiência tem mostrado que mesmo que houvesse mudança de propriedade dos meios de produção, a cultura não mudaria da noite para o dia [...]. Agora, sabemos que não é assim, que os ritmos da mudança cultural são diferentes e que é muito difícil fazer uma engenharia da mudança cultural (CORAGGIO, 2000, p. 43).

Outro aspecto cultural importante na reflexão sobre os desafios e dificuldades dos empreendimentos da economia solidária é o conflito existente entre os valores que permeiam o ambiente interno da organização e as redes solidárias, e os valores do ambiente externo no qual estão inseridos os empreendimentos. A lógica da economia solidária vive em tensão, diante do cerceamento de seus valores, a que está exposta por conta do contexto capitalista em que sobrevive. Os empreendimentos da economia solidária estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e intercâmbio, de conteúdo eminentemente utilitário, imposta pelos agentes econômicos com os quais se relaciona, e, diante da necessidade de obter uma produtividade competitiva, utilizam-se da base técnica do capitalismo (GAIGER, 2001; COSTA, 2003). Além da competitividade, os empreendimentos enfrentam ainda barreiras tecnológicas, legais, tributárias, comerciais e de escala (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000).

---

<sup>19</sup> A participação dos membros de empreendimentos em Fóruns e redes foi discutido em 28/01/05, no Fórum Social Mundial 2005, durante a oficina Sustentabilidade de Empreendimentos Associativos, Viabilidade Econômica e Gestão Democrática, organizada pela Capina.

Apesar de estar pautada em uma nova economia, centrada no humanismo e na cooperação, na prática os mercados sempre incentivam a batalha entre as pessoas, mesmo quando a compra e venda é entre cooperativas (ARRUDA, 2000). É possível a presença de valores individuais e de competição que não estão em sincronia com a filosofia da economia solidária. Há uma dificuldade em conciliar a satisfação das necessidades enquanto pessoa e pequena coletividade, e, ao mesmo tempo, preocupar-se com os outros empreendimentos e com o sistema como um todo. Além disto, o mercado, para Razeto não precisa ser desconsiderado nem visto como o local onde se vai competir, mas como o local onde se compartilha, onde se realizam as trocas.

Um dos grandes desafios dos empreendimentos da economia solidária é desenvolver a sua capacidade de sobreviver no contexto capitalista e de lidar com as externalidades capitalistas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; GAIGER, 2003).

Para França Filho e Laville (2004), o desafio está em atingir o equilíbrio na gestão da tensão das diversas racionalidades, entre a dimensão instrumental e seus objetivos sociais e políticos, ou seja, a dimensão do projeto que dá sentido ao seu existir. Na economia solidária, convivem em equilíbrio dinâmico diversas dimensões - econômica, social, política, cultural, ecológica, etc. Esta variedade de racionalidades e de dimensões em equilíbrio dinâmico são fundamentais ao entendimento da sustentabilidade neste tipo de prática, tema a ser abordado no próximo capítulo.

## 2 A SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo é dedicado à compreensão da temática da sustentabilidade. Aborda-se, inicialmente, o contexto do surgimento do debate sobre o tema, após o que se busca um conceito geral de sustentabilidade, para, em seguida delinear-lo, no campo da economia solidária. Por fim, é apresentado um quadro analítico contendo parâmetros para a compreensão da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária.

### 2.1. O SURGIMENTO DO TERMO SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um termo cuja origem provém do debate em torno das questões envolvendo o meio ambiente, incitado diante da preocupação com os recursos naturais e sua utilização desenfreada por parte do ser humano. A produção dos bens consumidos pelas sociedades gera poluição ao meio ambiente, danos que acabam atingindo, direta ou indiretamente, a própria humanidade. Mesmo com a poluição e devastação causadas pela produção e consumo destes bens, esta mesma humanidade muitas vezes não abre mão do conforto e da comodidade promovidos por eles (CAMPOS, 2001).

O choque produzido pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima e a descoberta de que o homem havia alcançado suficiente poder técnico para destruir a vida de todo o planeta, aliados a aterrissagem à Lua, que despertou a reflexão sobre a finitude da chamada Espaço Nave Terra, foram alguns dos fatores que levaram a humanidade a se conscientizar da limitação do “capital natureza” e dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente (SACHS, 2002). Os desequilíbrios ambientais causados pelas atividades humanas e o desenvolvimento da ciência ecológica provocaram a discussão sobre a forma de desenvolvimento e a busca de soluções para tais problemas.

A sustentabilidade ecológica é um conceito derivado da ecologia como campo científico, que emerge com grande força e persistência para o interesse público como efeito direto do caráter catastrófico recorrente com o qual a

insustentabilidade ecológica se tem feito sentir, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, diante da expansão das tecnologias de amparo à forma de desenvolvimento dominantes nos países que optaram pela industrialização em grande escala. A sustentabilidade como conceito está ancorada em uma problemática econômica e de recursos físicos esgotáveis, que seria um suporte à sobrevivência da humanidade no futuro dentro do sistema econômico dominante. Líderes comunitários e movimentos populares do mundo inteiro, cientistas sociais e até alguns dos mais bem-sucedidos especuladores financeiros estão começando a perceber que o capitalismo global precisa ser regulamentado e contido, que seus fluxos financeiros precisam ser organizados de acordo com valores diferentes. Alguns dos principais participantes do Fórum Econômico Mundial em Davos, no ano de 2001, “[...] admitiram pela primeira vez que a globalização não terá futuro se não for projetada para incluir a todos, para ser ecologicamente sustentável e para respeitar os direitos e valores humanos” (CAPRA, 2003, p. 223).

A luta ambientalista na sociedade civil organizada iniciou-se durante os anos 60 e se organizou nos anos 70, pressionando os governos contra os absurdos ambientais que ocorriam à época. As ONGs ambientalistas, desde o início, clamavam por mudança radical na forma como nossa sociedade de consumo se desenvolvia. A primeira reação dos governos, em concordância com a classe empresarial, foi no sentido de ajustar o “fim do tubo”, ou seja, ajustar indústrias e cidades, tratando seus efluentes e diminuindo sua carga de poluição despejada na natureza. Esta visão fracassou por não dar conta, entre outras coisas, da questão do desperdício de matéria-prima e de energia (MILANEZ, 2003).

A inserção da dimensão ambiental na agenda internacional, segundo Sachs (2003), foi decorrente da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972. Campos (2001) acrescenta que esta conferência contou com a participação de 113 países, 250 organizações não-governamentais e vários organismos da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta conferência foi considerada um marco, visto que pela primeira vez foram discutidas, além dos aspectos técnico-científicos, questões sociais, políticas e econômicas ligadas ao tema. O termo ecodesenvolvimento, utilizado por Maurice Strong em 1973, surgiu a partir dos debates mundiais sobre a crise ambiental e da cúpula na ONU de Estocolmo em 1972, com o intuito de aliar crescimento econômico à preservação da natureza. Ignacy Sachs também, a partir de 1974,

difundiu o termo na construção de uma outra alternativa de desenvolvimento voltada para a autonomia do desenvolvimento local das populações, especialmente dos países pobres, enfocando as questões da desigualdade social e herança das gerações futuras (MILANEZ, 2003).

Segundo Capra (2003, p. 237), o conceito de sustentabilidade foi criado no começo da década de 1980 por Lester Brown, fundador do instituto Worldwatch<sup>20</sup>, entendendo “sociedade sustentável como aquela que é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras”. O desafio do nosso tempo, para o autor, é justamente criar o que chama de “comunidades sustentáveis”, ou seja, ambientes sociais e culturais onde as pessoas possam satisfazer as suas necessidades e aspirações, sem diminuir as *chances* das gerações futuras.

A preocupação da ONU com o fracasso das ações iniciais em conter a crise a fez criar, em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento como um organismo independente, e encomendar um estudo que foi apresentado em 1987 com o nome de Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland<sup>21</sup>, onde aparece pela primeira vez oficialmente o termo desenvolvimento sustentável (GUARIM, 2002, OLIVEIRA, 2002, CAPRA, 2003; MILANEZ, 2003). Partindo da mesma definição de Brown, o relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, como sendo aquele capaz de “[...] atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (CAPRA, 2003, p. 238). Neste relatório, o desenvolvimento sustentável é visto em seu sentido mais amplo, tendo como alguns dos objetivos encorajar um estado de harmonia entre os seres humanos, incluindo certa coesão social e a harmonia entre o homem e a natureza. Para alcançá-los, o Relatório Brundtland recomenda: retomar o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e

---

<sup>20</sup> Fundado em 1974, o Instituto Worldwatch é uma instituição de pesquisa, que realiza trabalhos envolvendo o desenvolvimento sustentável e socialmente justo. Para mais informações sobre o Instituto Worldwatch, consultar o *site* <[www.worldwatch.org](http://www.worldwatch.org)>.

<sup>21</sup> O Relatório Brundtland foi presidido por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega (GUARIM, 2000; CAMPOS, 2001).



melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões (MILANEZ, 2003).

Em julho de 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CUNUMAD 92), realizada no Rio de Janeiro, é reconhecida a importância de assumir a idéia de sustentabilidade em qualquer programa ou atividade de desenvolvimento (CAMPOS, 2001). Com a realização da CUNUMAD 92 (Rio 92), surge a Agenda 21, um documento consensual que sugere as ações que os países deveriam tomar para que o planeta ingressasse o século 21 de forma sustentável, ressaltando a importância dos governos locais na construção das suas próprias agendas (MILANEZ, 2003).

Segundo Sachs (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta, à sustentabilidade ambiental, a dimensão da sustentabilidade social, que se baseia na solidariedade com relação à geração atual e com a geração futura e impele a buscar soluções vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido a custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. É fundamentado na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos. Campos (2001) e Oliveira (2002) ressaltam que, para Sachs, todo planejamento de desenvolvimento que almeje ser sustentável precisa levar em conta as cinco dimensões de sustentabilidade, que, apesar de separadas, estão imbricadas entre si:

- **Sustentabilidade social:** visa constituir uma civilização com maior equidade em termos de oportunidades e distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos pobres e dos ricos, em busca da qualidade de vida.
- **Sustentabilidade econômica:** deve ser buscada pela alocação e gerenciamento eficiente dos recursos e de um fluxo contínuo de investimentos. “A viabilidade econômica é condição *sine qua non* para que as coisas aconteçam” (SACHS, 2003, p. 12).
- **Sustentabilidade ecológica:** seu alcance pode ser obtido através do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição através da conservação da energia, recursos e da reciclagem.

- **Sustentabilidade espacial:** relaciona-se à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades. Deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.
- **Sustentabilidade cultural:** afirma a busca de raízes endógenas de processo de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Para Milanez (2003), o desenvolvimento sustentável possui quatro facetas: a ambiental, a social, a econômica e a cultural. O termo sustentável, para o autor, está ligado apenas à dimensão **ambiental**, visto que foi o fato de o desenvolvimento atual estar levando-nos ao colapso ambiental que provocou a demanda por um conceito de desenvolvimento sustentável. A segunda faceta é ser **socialmente justo**, visto que, conforme afirma o autor, o modelo atual provoca uma concentração progressiva de riqueza, aumentando as desigualdades sociais. A destruição ambiental faz com que os pobres, além das doenças características da miséria, passem a ter doenças degenerativas em decorrência da poluição ambiental. A terceira faceta é ser **economicamente viável**, ressaltando que esta faceta do desenvolvimento é o meio e não o fim. “Ela deve ser revolucionada em sua ótica na direção da inclusão de muitas atividades produtivas, como as domésticas, de todos os setores da sociedade e de outras formas de interações como os clubes de trocas e as moedas sociais” (MILANEZ, 2003, p. 80). A quarta faceta é que o desenvolvimento deve ser **culturalmente respeitoso**, de forma a, ao contrário do desenvolvimento atual com seu caráter hegemônico, resgatar culturas, que para o autor, são a maior e mais complexa expressão da experiência humana. Fazem parte delas os sistemas de valores, as estratégias de produção, as formas de lazer, as crenças religiosas, as expressões artísticas, científicas, filosóficas e tantas outras coisas que são totalmente co-evolutivas, interdependentes, indispensáveis para a realização das pessoas e expressões diretas do meio onde foram forjadas (MILANEZ, 2003).

Esta perspectiva apresentada por Milanez (2004) se aproxima mais da temática de economia solidária apresentada neste trabalho, que percebe a

economia solidária enquanto economia plural, em que convivem diversas dinâmicas. Nesta economia, o aspecto econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para atendimento das diferentes necessidades humanas, que vão de necessidades materiais a necessidades sociais, políticas, ambientais, culturais, etc. Na economia solidária, convivem diferentes formas econômicas, algumas em interface mais significativa com o mercado, outras compondo um circuito não mercantil (provenientes de subsídios governamentais e não-governamentais e de doações), e não monetário (trabalho voluntário, clubes de troca, mutirões e outras formas de troca/dádiva).

## 2.2 COMPREENDENDO A SUSTENTABILIDADE

Antes de entrar na análise sobre a sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária, faz-se necessária uma maior compreensão do seu significado. A sustentabilidade, de acordo com o Dicionário Aurélio, está associada ao conceito de sustentar, que significa, entre outras definições: suportar; resistir a, conservar; manter; alimentar física ou moralmente, amparar, favorecer; fortificar; impedir a ruína ou a queda de, estimular, suste-se, equilibrar-se; defender-se, resistir, viver, manter-se e conservar-se.

O significado do termo sustentabilidade, portanto, relaciona-se com a idéia de sobrevivência, de manutenção e de conservação, e também com a noção de amparo, de fortificação e de equilíbrio.

Uma ilustração desse significado pode ser obtido recorrendo-se à natureza. Nesta, tal idéia se relaciona com o equilíbrio, entre as espécies, de forma que a sobrevivência do ecossistema depende das inter-relações e interconexões feitas entre os seres vivos e os recursos naturais. Estas conexões e inter-relações, operadas em equilíbrio, são fundamentais para a conservação da vida.

Para Capra (2003), a noção de sustentabilidade está relacionada com a necessidade que impera nas atividades humanas serem realizadas de forma a não acabar com a capacidade da Terra em conservar a vida. As comunidades sustentáveis desenvolvem seus modos de vida no decorrer do tempo, mediante uma interação contínua com outros sistemas vivos, tanto humanos quanto não humanos.

A sustentabilidade não significa uma imutabilidade das coisas. Não é um estado estático, mas um processo dinâmico de coevolução (CAPRA, 2003).

Além disto, Capra (1996) destaca a necessidade de compreender os fenômenos sociais de forma mais completa, abandonando o antigo paradigma que ainda influencia os homens, os líderes de Estado, instituições e empresas, e que interpreta a realidade de modo mecanicista, em unidades isoladas e independentes.<sup>22</sup>

Utilizando o conceito de ecologia profunda, Capra propõe como um novo paradigma para entender a inter-relação entre todos os fenômenos sociais, independente da distância espaço-temporal. Seria a idéia de que os fenômenos sociais gerados pelo homem formam uma rede onde cada fato passado e presente repercute nos fatos do futuro. Além disso, para entender os problemas que afligem o homem no presente, seria necessário percebê-lo como parte de um sistema complexo que inclui questões sociopolítico-econômicas, e vê-lo como um elo da cadeia da natureza. Esta é uma visão holística que recusa a fragmentação da realidade em partes dissociadas. Capra descreve o paradigma ecológico profundo como uma nova visão, uma percepção sistêmica do mundo, em que todos os problemas estão interligados e interdependentes.

A noção de interdependência entre as espécies, dado que, em uma comunidade ecológica, todos os membros estão interligados numa vasta e intrincada rede de relações, é o que Capra chama de teia da vida. Estas relações em um ecossistema propiciam um intercâmbio de energia e de recursos. Enquanto a economia capitalista enfatiza a competição, a expansão e a dominação, a ecologia, assim como a economia solidária, enfatiza a cooperação, a conservação e a parceria. É desse modo que os ecossistemas se organizam para maximizar a sua sustentabilidade (CAPRA, 2002).

A economia solidária contém elementos do novo paradigma social abordado por Capra, uma vez que evidencia a coexistência de lógicas e comportamentos econômicos. Nos empreendimentos da economia solidária, esta coexistência de lógicas faz com que os empreendimentos sejam geridos de um

---

<sup>22</sup> Exemplo dessa fragmentação é “[...]a visão do corpo humano como uma máquina (cada órgão uma peça), visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso material e ilimitado [...]”, a visão do globo dividido em territórios, da humanidade dividida em raças, as cidades divididas em áreas, o conhecimento dividido em áreas/ disciplinas (CAPRA, 1996, p. 25).

modo particular, o que, por sua vez, interfere na forma como se define a sua sustentabilidade. Ou seja, nos empreendimentos da economia solidária, os fatores que influenciam na sua sustentabilidade, do mesmo modo que na natureza, são complementares entre si.

Segundo Milanez (2003), a vida de todas as espécies é uma coisa só e indissociável, cuja qualidade depende da manutenção do equilíbrio das relações entre espécies, que só se dá na forma como se desenvolveu por milhares de anos de evolução conjunta. Para o autor, qualquer tipo de desenvolvimento humano tem que se harmonizar com estas realidades e se inspirar nelas. Ele defende o ponto de vista de que a manutenção da vida do planeta, ou o que poderíamos chamar de sustentabilidade, depende do equilíbrio dinâmico ou da homeostase, noção trazida pela ecologia de que, na natureza, o equilíbrio entre as espécies está em constante ajuste, que se torna possível devido à complementaridade entre as diferentes espécies por ocuparem diferentes funções na natureza. O equilíbrio necessário para garantia da sobrevivência depende da flexibilidade, ou resiliência, fundamental para responder às mudanças ambientais.

Esta noção de homeostase ou equilíbrio dinâmico é importante para a compreensão de que a sustentabilidade na Economia Solidária também depende da inter-relação entre os diversos fatores, agrupados em dimensões complementares que viabilizam a sua existência. Esta mesma relação pode ser percebida na passagem abaixo:

A vida interdependente das espécies é, portanto, um exemplo de desenvolvimento solidário, onde a competição só existe como fonte de seleção de soluções de novos desafios do meio ambiente e visa à harmonização do sistema à mudança e não a vitória ou a concentração de poder como em nossa espécie. Pode-se dizer que a competição natural tem função geradora de novos equilíbrios, portanto, criadora (MILANEZ, 2003, p. 79).

Segundo Milanez (2003), para se chegar a um verdadeiro desenvolvimento sustentável, o desafio seria imitar os sistemas da natureza. Para ele, os ecossistemas da natureza são sistemas sustentáveis, pois eles utilizam energia limpa e renovável, reciclam não desperdiçando nenhum resíduo, cooperam entre diferentes componentes, competem somente para encontrar novos estados de equilíbrio, formam redes produtivas, são absolutamente inclusivos e têm flexibilidade

e capacidade de reorganização. Esta reutilização dos recursos e reaproveitamento, quando se pensa em desenvolvimento, remete ao âmbito local.

Não há como se construir uma economia estável que não seja através de um processo de sustentabilidade, mudando radicalmente a distribuição de riquezas para gerar mercado e a forma de produzir os produtos para poder atender os diferentes mercados com seus diferentes valores. É necessário incentivar cada vez mais a produção local, que, coerente com a cultura, gera empregos locais, economiza transportes, usa materiais locais e desconcentra riquezas e oportunidades (MILANEZ, 2003, p. 82).

Esta busca pelo local, que Costa (2003, p. 29) entende como sendo “[...] um espaço político infranacional onde se desenvolvem ações de articulação social em torno de trações econômicas e/ou culturais e/ou sociais comuns a esse espaço geograficamente limitado”, aproxima-se da concepção de economia solidária ao pensá-la como atividades econômicas que são empreendidas pelas pessoas nas suas comunidades ou em espaços geográficos delimitados. Esta realidade pode ser ampliada através do comércio justo, presente em países da Europa e América do Norte, dos fóruns e das redes.

O objetivo deste tópico foi trazer elementos para a compreensão do conceito de sustentabilidade. No próximo tópico abordaremos o conceito de sustentabilidade para o âmbito da economia solidária, e, na última parte deste capítulo apresentamos um quadro com parâmetros para a análise da sustentabilidade de tais iniciativas.

### 2.3 DELINEANDO A SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para tratar do tema da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária, os autores utilizam diversas terminologias (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2002; GAIGER, 2003; CORAGGIO, 2003, FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), tais como viabilidade, auto-sustentação, sucesso e êxito, que, ainda que não sejam absolutamente iguais, representam uma preocupação real com a sustentabilidade dos empreendimentos.

Para Costa (2003), esta preocupação justifica-se pela condição de fragilidade demonstrada por boa parte dos empreendimentos da economia solidária. Já Gaiger (2003) acredita que tal preocupação se deve ao quadro promissor que a economia solidária apresenta, que trouxe o apoio de ativistas, organizações sociais e órgãos públicos. Em diferentes países, pesquisas mostram que os empreendimentos solidários, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em considerável mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que os habilitam a permanecerem no mercado com perspectivas de sobrevivência (GAIGER, 2003). Outra preocupação presente se refere à natureza e ao significado dos seus traços sociais particulares, de socialização dos bens de produção e do trabalho, que, por sua vez, interferem na gestão do empreendimento e, conseqüentemente, para a sua sustentabilidade.

Refletindo sobre o conceito emprestado da ecologia, que relaciona a sustentabilidade com a capacidade da Terra em sustentar a vida, pode-se relacionar a noção de sustentabilidade, no âmbito dos empreendimentos da economia solidária, com a capacidade que têm destes empreendimentos de se manter, de viver, de conservar-se.

Outra idéia emprestada da ecologia é a interdependência entre os diversos elementos que compõe o meio ambiente da terra, cuja inter-relação e interconexão é fundamental para a sustentação da vida. Existe uma diversidade de fatores que interferem na sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária, cuja imbricação é relevante para a sobrevivência dos empreendimentos.

Mas de que se trata a sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária? Para refletir sobre este relevante tema, é preciso pensar que a sustentabilidade relaciona-se com objetivos e formas de concretizá-los. Se os objetivos são estritamente instrumentais, aspectos instrumentais serão, *a priori*, suficientes para chegar até eles. No entanto, objetivos em que se mesclam aspectos instrumentais, como a receita de vendas, e aspectos substantivos como a emancipação do trabalhador, a socialização e a ação pública, irão requerer recursos relacionados a ambos os aspectos para concretização.

### 2.3.1 Economia solidária e sustentabilidade

Para compreender como se define a sustentabilidade no âmbito da economia solidária, é preciso, inicialmente, o entendimento do projeto a que se propõe, para depois refletir sobre os recursos necessários ao seu alcance.

A idéia de sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária requer a compreensão de que esta economia é distinta do modelo capitalista, e por isto lógicas distintas estão convivendo entre si e interferindo na perenidade das organizações. A economia solidária, como visto no início deste trabalho, insere-se no contexto de uma economia plural, em que convivem aspectos mercantis, não mercantis e não monetários. Assim, para sua gestão e, conseqüentemente, para sua sustentabilidade, aspectos políticos e sociais não podem deixar de serem levados em consideração.

A busca de excedentes é fundamental, principalmente, para empreendimentos que buscam a geração de renda. No entanto, esta acumulação, no âmbito da economia solidária, não constitui um fim em si mesma, mas um meio de alcançar o equilíbrio econômico do empreendimento, e com ele o desenvolvimento humano trazido com o resgate do indivíduo. Para Tiriba (2000), os objetivos vão além da geração de renda. Costa (2003, p. 41) complementa afirmando que:

A escala de medição de sucesso de um empreendimento desse tipo não pode centrar-se exclusivamente na sustentabilidade econômica, mas também na satisfação de necessidades sócio-culturais e ético-morais.

A economia solidária, como foi levantado no primeiro capítulo deste trabalho, apresenta-se como uma possibilidade de reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, em que ocorreu a separação entre os trabalhadores e seus meios de produção, gerando uma alienação e submissão ideológica do proletariado e sua conversão em mercadoria adquirida destinada ao uso do capital (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2002b, CORAGGIO, 2003; GAIGER, 2003). As experiências do que Gaiger (2003, p. 193) chama de “solidarismo econômico” teriam a capacidade de reiteração da consciência alienada, tanto em termos de ação, como em relação à finalidade. Para este autor, a autogestão e a cooperação são acompanhados por uma reconciliação entre o trabalhador e as



forças produtivas as quais ele detém e de que se utiliza, sendo sua satisfação obtida não apenas em relação ao aspecto monetário ou material. Singer (2002b) acrescenta que a autogestão teria como principal mérito não a eficiência econômica, também necessária, mas o desenvolvimento humano que proporciona a seus participantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando o indivíduo mais realizado, autoconfiante e seguro.

O potencial emancipador destas práticas é um dos fatores que devem ser considerados na análise da sustentabilidade de um empreendimento.

Uma das características emancipatórias das alternativas de produção não capitalista consiste no seu potencial para substituir a autocracia típica da produção capitalista – isto é, a autoridade vertical que emana do “patrão” ou do *manager* – pela democracia participativa no interior das unidades de produção. [...] O objetivo é estender o campo de ação da democracia do campo político para o econômico e apagar, dessa forma, a separação artificial entre política e economia que o capitalismo e a economia liberal estabeleceram (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 69).

As cooperativas, uma das diversas formas apresentadas pela economia solidária, além de gerar benefício econômico para os seus membros, extrapolam este benefício para a comunidade em geral, o que é fundamental para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista. Segundo Santos e Rodríguez (2002, p. 37), “[...] as cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico, e, com isso, estendem o princípio de cidadania à gestão de empresas”.

A avaliação do êxito ou do fracasso dos empreendimentos, para Santos e Rodríguez (2002), não pode ser feita sem se levar em conta o caráter holístico dos empreendimentos, devendo incluir tanto as realizações e fracasso na busca de objetivos econômicos quanto os referentes a aspectos não econômicos.

Ainda que a produção seja uma parte essencial das iniciativas porque providencia o incentivo econômico para a participação dos atores, a decisão de empreender um projeto alternativo e a vontade diária de o manter dependem igualmente das dinâmicas não-econômicas – culturais, sociais, afetivas, políticas, etc. – associadas à atividade de produção. Neste sentido, as alternativas são holísticas e seu êxito depende em parte de processos econômicos e não econômicos dentro dela se sustentam mutuamente (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 64).

Ao colocar o lucro como centro, as empresas capitalistas direcionam seus esforços e sua lógica de gestão em busca de objetivos mais instrumentais, como a maximização do retorno sobre o investimento. No entanto, os empreendimentos da economia solidária, por não se buscar apenas o resultado financeiro, que não deixa de ser relevante, incorpora outras variáveis no objetivo do projeto aumentando a complexidade.

Por ser uma associação de pessoas, e não de capital, o objetivo dos empreendimentos da economia solidária passa a não estar apenas relacionado com o retorno do capital investido, mas com resultados de caráter substantivo. Conseqüentemente, a noção de eficiência precisa ser considerada de forma distinta.

Os conceitos e valores associados à noção de eficiência diferem: no caso do capital, requer-se a combinação eficiente de ativos, força de trabalho, insumos e produtos que gerem a máxima taxa exagerada de lucro. No caso do trabalho, requer-se eficiência social: reprodução das melhores condições possíveis, tanto materiais como simbólicas da vida em sociedade (CORAGGIO, 2003, p. 95).

A eficiência dos empreendimentos associativos, assim, não pode ser aferida pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em pequenos ou em médios empresários, mas pela capacidade de assegurarem e ampliarem postos de trabalho de qualidade, condições efetivas de gerenciamento participativo, autônomo e responsável, além de fomentar o surgimento de outros empreendimentos desta natureza. Neste sentido, a lógica do trabalho associativo difere da lógica empresarial e privada que, para a maximização do lucro, persegue a eficiência, a competitividade e a produtividade, mesmo que à custa da destruição de postos de trabalho, da discriminação do trabalho feminino, da eliminação das iniciativas concorrentes e de prejuízos à saúde e ao meio ambiente. É importante, portanto, que as condições que garantem a viabilidade dos empreendimentos solidários sejam pensadas de forma apropriada, posto que a lógica destes empreendimentos é mais complexa do que a busca do lucro (SEI, 2004).

O caráter holístico das iniciativas de economia solidária, levantado por Santos e Rodríguez (2002), deve ser considerado não apenas em relação aos fins a que se propõe (onde encontram seu sentido), mas também em relação aos meios necessários para atingi-los. Em outras palavras, assim como o resultado deve ser analisado levando em conta não apenas o aspecto econômico, para atingir tal

resultado também será necessário uma diversidade de fatores, que fazem com que os empreendimentos sobrevivam na busca pela sustentabilidade.

Muitos dos objetivos são atingidos não apenas através de fontes mercantis, mas também por meio de fontes não mercantis, governamentais por exemplo, e não monetárias, tais como, trabalhos voluntários, mutirões e outras formas de reciprocidade. Por isto a avaliação de um empreendimento deve comportar uma série de fatores além do econômico.

As cooperativas tendem a ser julgadas apenas pelo seu balanço financeiro, dado que a sua saúde financeira é freqüentemente precária e a sua capacidade para coexistir com empresas exclusivamente orientadas para a produção de bens, em uma sociedade de mercado individualista, é com freqüência posta em questão. Contudo, assim como os efeitos sociais e políticos do capitalismo devem ser considerados em qualquer avaliação geral desse modo de produção, precisamos averiguar os benefícios e os custos não monetários das cooperativas para fazer uma avaliação completa do seu funcionamento. Acontece que, além disso, estes efeitos não monetários ou intangíveis são freqüentemente decisivos para entender o seu desempenho no mercado (HIRSCHMAN, apud SANTOS;RODRÍGUEZ, 2002, p. 73).

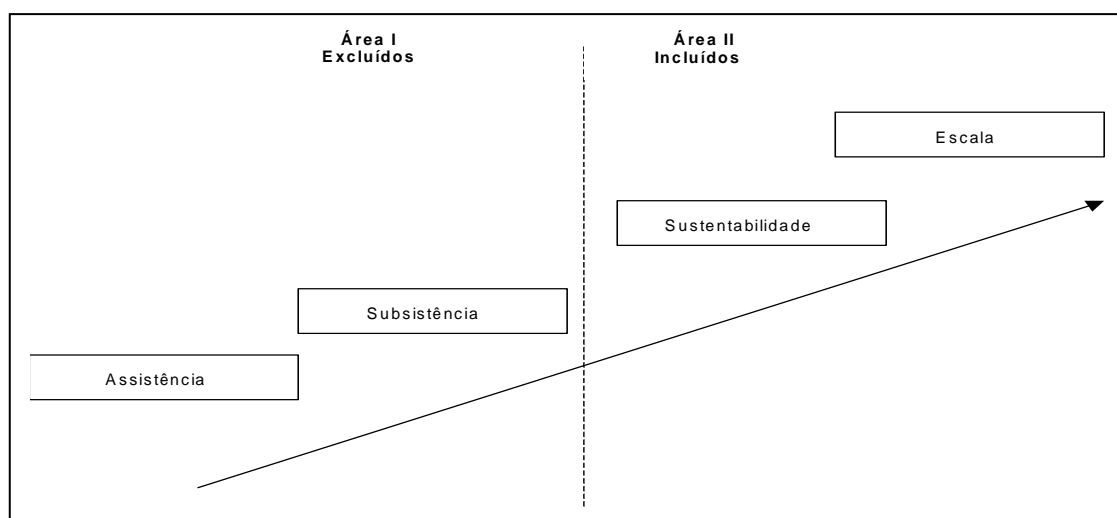
A análise da viabilidade de empreendimentos solidários, para ser eficaz, não se resume aos aspectos estritamente técnicos ou aos cálculos econômicos, envolve também as questões associativas. São estas questões que definem os compromissos e responsabilidades de cada um e do conjunto dos envolvidos no projeto. O bom tratamento dessas questões é uma condição essencial para o sucesso do empreendimento (SEI, 2004).

A tentativa de considerar uma das variáveis isoladamente e tentar maximizá-la, em detrimento das outras, pode levar a um desequilíbrio do empreendimento e comprometer sua existência. O princípio da sustentabilidade do todo só pode repousar na sustentabilidade conjunta das partes. Há que considerar, além dos aspectos materiais e econômicos, um conjunto de elementos que envolvem aspectos políticos, sociais e culturais.

### 2.3.2 Assistência, subsistência, sustentabilidade e escala

Ainda buscando a compreensão da sustentabilidade no âmbito da economia solidária cabe destacar uma distinção entre assistência, subsistência, sustentabilidade e escala financeira feita por Joaquim Melo<sup>23</sup>.

Figura 2 – Assistência, subsistência, sustentabilidade e escala



As pessoas que estão no nível de “assistência” são pessoas em condição de miséria, em que impera a desilusão e a falta de perspectivas de conseguir manter-se dignamente. Algumas já nem querem trabalhar por acreditar que não têm condições para tanto. Diante da sua condição de exclusão tão acentuada, a solidariedade nem sempre se faz presente, visto que a luta do dia-a-dia é pela sobrevivência. No caso do Banco Palmas, por exemplo, pessoas como estas recebem crédito para atividades informais, tais como vender cerveja em festas, vender doces, etc. Tais pessoas ainda não participam de uma economia solidária,

<sup>23</sup> Esta informação foi obtida na oficina sobre produção, ministrado por Joaquim Melo, diretor do Banco Palmas durante a Caravana Solidária. Esta caravana foi uma visita realizada à ASMOCONP, organizada por instituições relacionadas com a economia solidária na Bahia – cooperativas, associações, fomentadores, pesquisadores e universidade – com o objetivo de conhecer a emblemática experiência do Banco Palmas, no Ceará. Para disseminação desta experiência foi feito um seminário apresentando o que foi visto e, além disto, foi elaborado um texto intitulado “Sistematização dos relatos na Caravana Solidária Pós Evento”, com os depoimentos dos participantes e na transcrição da oficina de finanças ministrada por Sandra Magalhães e de produção, ministrada por Joaquim Melo.

<sup>24</sup> Quadro apresentado no seminário ministrado por Joaquim Melo, diretor do Banco Palmas, durante a Caravana Solidária em setembro de 2004.

pois suas atividades assumem um caráter individual e estão voltadas para sua sobrevivência, ou seja, inserem-se em uma “reprodução simples” da vida.

Uma das formas para sair desta situação é a associação de pessoas. Como lembram Jesus et al. (2004), as pessoas podem atender a suas necessidades e carências mais facilmente em grupo do que individualmente. Coraggio (2003, p. 95), por sua vez, observa que “[...] por uma leitura mais pragmática: as maiorias necessitam cooperar e associar-se para sobreviver e, logicamente, para viver melhor”. É a substituição da luta pela vida pela união pela vida<sup>25</sup>.

Na experiência do Banco Palmas, segundo Joaquim Melo, para sair da “assistência” para a “subsistência” existe um esforço para a elaboração do mapa de produção e consumo, visando identificar o que já vem sendo produzido no grupo da “assistência” que pode passar para o grupo da “subsistência” e ser produzido de forma organizada. Desta forma, são agregados os “grupos setoriais”. Há um estímulo por parte do Banco Palmas para que grupos que produzem o mesmo produto se unam. Para isto, as pessoas passam pela Palmatech (escola comunitária de economia solidária), onde aprendem sobre economia solidária. Os grupos formados operam, portanto, em consonância com os princípios da economia solidária.

Empreendimentos solidários que ainda estão no nível que Joaquim Melo denomina “subsistência”, como os grupos setoriais mencionados acima, não têm como nascer sustentáveis, precisando ser subsidiados para se manter funcionando e caminhar para o nível de sustentabilidade. A produção, muitas vezes, é artesanal e esporádica. Nesta faixa, os produtores estão ainda em um nível que não conseguem ter uma produção ou atividade estável, com escala, que forneça rendimentos constantes e que garanta a sua sustentabilidade. Ou seja, nesta faixa as pessoas, por exemplo, não têm capacidade de pagar juros de mercado, pois inviabilizaria a sua atividade ou a sua produção, fazendo com que retornassem ao nível de miséria. Se permanecerem muito tempo neste nível (por acomodação ou outra razão), pode haver uma desagregação, levando as pessoas a retornarem para a forma individual de produção e comercialização. É nesta faixa de subsistência que

---

<sup>25</sup> Afirmação feita por Coraggio na oficina: La economía solidária, una propuesta de economía al servicio de las personas, proposta pelo Grupo Red de Economía solidária del Peru, realizada em 28/01/05, durante o Fórum Social Mundial 2005.

se encontra a maior parte dos empreendimentos da economia solidária da Região Metropolitana de Salvador.

A falta de apoio neste momento pode fazer com que os empreendimentos não dêem o resultado esperado para os seus membros, que muitas vezes só contam com isto para se manter, o que faz com que muitos acabem desistindo e buscando outras formas de sustento. Segundo Jesus et al. (2004), a irregularidade de rendimentos causa uma instabilidade no quadro social em virtude da desagregação do grupo. Isto interfere na gestão e na sustentabilidade dos empreendimentos em virtude de fatores como a falta de continuidade nas atividades produtivas e gerenciais e a falta de coesão grupal.

No nível de sustentabilidade, os empreendimentos já apresentam uma certa regularidade de produção e de rendimento. Neste nível, os empreendimentos teriam alcançado uma eficiência econômica, que permite vislumbrar promissoras perspectivas para o empreendimento e garantir o sustento financeiro regular de seus membros. Esta eficiência econômica não prescinde das questões sociais e políticas características da economia solidária. A escala seria o passo seguinte, quando os empreendimentos teriam uma produção em larga escala.

A importância deste exemplo está na percepção da necessidade de se pensar na sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária de uma forma particular, pois ela, a sustentabilidade, dependerá de uma série de fatores para ser alcançada, entre eles, o próprio subsídio externo para a alavancagem dos empreendimentos. Assim, o empreendimento solidário não há que nascer sustentável. O caminho para o alcance da sustentabilidade é longo e dependerá de uma diversidade de fatores.

A sua viabilidade, o crescimento e a troca de qualidade dependeria de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento. [...] a viabilidade das organizações econômicas populares transcende aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas no campo político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais, etc. (KRAYSHETE, 2000, p.37).

### 2.3.3 A sustentabilidade

Para Costa (2003), a questão da sustentabilidade das iniciativas de economia solidária passa obrigatoriamente pela sua eficiência econômica e conseqüente perpetuação. Para ele, os autores do modelo de organização da Economia Popular Solidária estariam deixando de lado o rigor administrativo, acreditando que os mecanismos de autogestão e de decisões coletivas dessem conta da complexidade gerencial dos empreendimentos mais solidários.

Segundo Singer (2002b), para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor deste, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modo de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidário.

De acordo com Razeto<sup>26</sup>, o movimento carece do aspecto econômico, que é necessário para que os empreendimentos sejam auto-suficientes. Os empreendimentos da economia solidária precisam ser vistos como economia que se distingue da teoria econômica clássica, pela pluralidade de lógicas em questão. O pensar no econômico não faz com que se deixem de lado os valores da economia solidária, e é fundamental para a sobrevivência dos empreendimentos, interferindo, de certa forma, até mesmo na estabilidade do quadro social e na coesão do grupo.

É importante ainda resgatar o conceito proveniente da antropologia econômica, para lembrar que o econômico aqui não está sendo considerado apenas no aspecto mercantil, mas também no não mercantil e no não monetário. E que a sustentabilidade nestes empreendimentos se define pelo conjunto destes aspectos aliados a aspectos sociais e políticos. Este conjunto é fundamental, tanto para se definir a sustentabilidade, como para se alcançá-la.

Retomando ao conceito de economia plural discutida na primeira parte deste trabalho, onde se buscou, com o aporte de Polanyi, desvendar os princípios do comportamento econômico que convivem na dimensão de funcionamento do

---

<sup>26</sup> Esta informação foi obtida na oficina “La economía solidaria, una propuesta de economía al servicio de las personas”, proposta pelo Grupo Red de Economía Solidaria del Perú, no espaço I 108, realizada em 28/01/05, no FSM 2005. Luis Razeto Migliano é um autor chileno que tem diversas publicações sobre cooperativismo e economias alternativas. Outras referencias do autor presentes ao longo do texto foram obtidas na mesma oficina.

mundo real, percebe-se que na economia solidária convivem dimensões que não se relacionam exclusivamente com a esfera mercantil. Também se fazem presentes nos empreendimentos da economia solidária, influenciando na sua sustentabilidade, a esfera não mercantil, entendida como as atividades não relacionadas com o mercado, funcionando sob uma lógica redistributiva, e a esfera não monetária, operando sob uma lógica de reciprocidade, como mutirões, por exemplo.

Segundo França Filho e Laville (2004), é justamente quando se inverte a subordinação da racionalidade substantiva à instrumental que aparecem as maiores dificuldades. Assim, para os autores, é fundamental para a perenidade dos empreendimentos de economia solidária o equilíbrio entre as diversas dimensões: econômica, social, política, cultural, ecológica, etc. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Assim, a sustentabilidade para estas práticas também precisa ser percebida como uma sustentabilidade plural, em que convivem uma pluralidade de lógicas e fatores.

A sustentabilidade neste estudo, diante do que foi exposto, é entendida como a capacidade de os empreendimentos se manterem em funcionamento cumprindo os objetivos a que se propõem, em consonância com a filosofia da Economia Solidária. Está relacionada não apenas com o resultado financeiro ou com a capacidade de obter um faturamento dentro do empreendimento que seja suficiente para cobrir as despesas operacionais e remunerar regularmente os seus participantes. Mas relaciona-se também com o resultado político e social das suas ações, e com uma diversidade de fatores que interferem na sua viabilidade e no seu projeto político.

Tais fatores estão profundamente imbricados, no entanto, para que fosse possível estudá-los e perceber a sua implicação para a gestão, e, por conseguinte, para a sua sustentabilidade, fez-se necessário agrupá-los em dimensões de análise. Tais dimensões compõem um quadro analítico que é discutido a seguir.



## 2.4 PROPOSTA DE UM QUADRO ANALÍTICO

Com o intuito de propor alguns parâmetros para a compreensão da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária, construímos um quadro analítico, com os diversos fatores agrupados em dimensões de análise. Para esta construção, foram utilizados os elementos que caracterizam a economia solidária, incluindo os traços característicos e a problematização do tema, além de conceitos provenientes da discussão sobre a sustentabilidade abordados no presente capítulo.

Existem, para França Filho e Laville (2004), cinco grandes traços que permitem caracterizar uma iniciativa como sendo de economia solidária: pluralidade de princípios econômicos; autonomia institucional; democratização dos processos decisórios; sociabilidade comunitário-pública; finalidade multidimensional. Estes traços característicos, somados às principais limitações e desafios levantados pelos autores que abordam o tema da economia solidária, levando em conta ainda a perspectiva da economia solidária enquanto economia plural em uma perspectiva da antropologia econômica, em conjunto com os outros aspectos relativos à economia solidária, tais como contexto, tipo de organização e dificuldades, fornecerão subsídios para a compreensão da sustentabilidade e suas possíveis dimensões.

É fundamental que as iniciativas de economia solidária mantenham um equilíbrio entre a troca mercantil, a forma redistributiva e a reciprocidade. Se a troca mercantil prevalece, a organização pode deixar de lado o seu projeto social e se tornar semelhante a uma instituição privada capitalista. Caso prevaleça a forma distributiva, isto pode gerar uma dependência demasiada da instituição com os financiadores, comprometendo possivelmente a sua autonomia. Caso prevaleça a reciprocidade, podem faltar recursos monetários, a ponto de levar a organização a fechar as portas.

Apesar do caráter holístico dos empreendimentos da economia solidária (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005), onde convivem em equilíbrio dinâmico uma série de fatores definindo sua sustentabilidade, tais fatores foram agrupados em dimensões de análise: econômica, social, política e gestão. Tais dimensões, mesmo

apresentadas separadamente, estão profundamente imbricadas. O conjunto de dimensões e indicadores compõe o que chamamos de quadro analítico.

Diante da diversidade de fatores em interação no complexo fenômeno da economia solidária, a idéia do quadro analítico é agrupar os parâmetros propostos para compreensão do que representa a sustentabilidade nesta economia com o intuito de favorecer a análise. Deste modo, é possível analisar a implicação de cada dimensão na sua sustentabilidade.

Quadro 4 – Quadro Analítico para Estudo da Sustentabilidade

DIMENSÃO	COMPONENTES	INDICADORES
<b>Econômica</b>	Mercantil	Venda produtos/serviços
	Não mercantil	Subsídios governamentais (nível institucional)
		Subsídios não governamentais (nível institucional)
		Doações monetárias (nível individual)
	Não monetário	Trabalho voluntário
		Doações não monetárias
Práticas recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)		
<b>Social</b>	Construção do vínculo Associativo	Padrão de sociabilidade
		Grau de coesão social
<b>Política</b>	Nível interno	Grau de democracia interna
		Grau de comprometimento
	Nível institucional	Existência de ação pública
		Grau de autonomia institucional
<b>Gestão</b>	Infra-estrutura	Acesso aos meios de produção
		Acesso a tecnologias gerenciais
		Acesso a espaço físico
	Conhecimento	Habilidade técnica
		Habilidade gerencial
	Formação geral (sociopolítica)	

#### 2.4.1 Dimensão econômica

Para compreensão da dimensão econômica da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária, é importante retomar o conceito de economia plural discutido no primeiro capítulo deste trabalho. Nesta perspectiva, originária da sociologia econômica e da antropologia econômica, ocorre uma desconstrução da visão da economia restrita ao mercado. Tal como Polanyi (2000)

defende, existem outros princípios do comportamento econômico presentes em nossa sociedade.

A economia mercantil está associada ao cálculo utilitário, tendo o mercado como agente que governa as atividades de agentes independentes, de troca de bens e serviços, em competição, conduzindo eventualmente a um equilíbrio entre oferta e demanda. A redistribuição governa a produção apropriada por uma autoridade, que a armazena e distribui e tem como elemento motivador da ação humana a obrigação executada por meio de regras que impõem encargos aos que produzem. A reciprocidade governa a troca de dívidas entre os membros da sociedade com o intuito de criar ou reforçar laços sociais. Segundo Polanyi (2000), o homem é historicamente um ser social e suas ações são resultado de interesses sociais. A domesticidade governa a produção domiciliar produzida e distribuída entre os membros do grupo familiar. É uma forma de reciprocidade limitada a um grupo fechado. O rearranjo destes princípios abriu caminho para o pensar em três pólos de criadores e consumidores de riquezas. A noção de economia plural não representa uma economia contra o mercado, mas uma economia que acrescenta ao mercado outros comportamentos econômicos, com outros princípios. A economia plural é composta de: economia mercantil, economia não mercantil (estatal-redistributiva) e economia não monetária (que reagrupa a economia recíprota e a economia doméstica). Para França Filho e Dzmira (2004, p. 144), a “[...] hibridação de economias é o que permite, em muitos casos, a sustentabilidade e a perenidade dos projetos criados”.

Neste trabalho, a dimensão econômica compreende os recursos financeiros ou não financeiros obtidos pelas organizações que interferem na sua sustentabilidade. Relaciona-se com um dos traços característicos das iniciativas da Economia Solidária identificado por França Filho e Laville (2004) – a pluralidade de princípios econômicos. Ou seja, nestes empreendimentos existe a presença de fontes diversas de recursos: do mercado através da venda de produtos ou prestação de serviços; das várias formas de subsídio oriundas de organizações governamentais e não-governamentais e recursos proveniente de fontes recíprocas. Sendo assim, a dimensão econômica possui três componentes para sua compreensão: o mercantil; o não mercantil e o não monetário.

#### 2.4.1.1 Componente mercantil

O componente mercantil reflete a relação do empreendimento com o mercado, tendo como indicadores para análise a receita proveniente da **venda de produtos e/ou serviços**, e sua importância para cobrir as despesas do empreendimento e remunerar seus integrantes.

A comercialização é considerada por muitos autores como uma das dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos da economia solidária (KRAYCHETE, 2000; MOURA E MEIRA, 2002; SINGER, 2002b; BUNCHAF, 2004; SEI, 2004). Tendo em vista que tais receitas dependem de uma comercialização realizada de forma eficiente, para uma análise mais profunda, faz-se necessário compreender as principais dificuldades que se colocam neste sentido, tais como a ausência de experiência, a dificuldade de encontrar compradores e de manter a periodicidade do fornecimento, a falta de escala de produção para clientes que compram em grande quantidade, a exigência de prazos para pagamento por parte dos clientes, a dificuldade em cumprir prazos de entrega, falta de capital de giro, etc.

Ainda que as dimensões política e social sejam de fundamental importância para a sustentabilidade em um empreendimento da economia solidária, os grupos precisam, diante da sua condição de extrema fragilidade, desenvolver rapidamente a sua dimensão econômica como um fator relevante para mantê-los unidos (COSTA, 2003; JESUS et al., 2004; SEI, 2004).

#### 2.4.1.2 Componente não mercantil

O componente não mercantil reflete os diversos recursos monetários recebidos pelos empreendimentos, que não são provenientes das suas relações mercantis. Representa os recursos monetários provenientes de pessoas físicas ou jurídicas entregues às iniciativas sob forma de doação ou alguma outra forma de parceria institucional. Para sua compreensão, foram analisados três indicadores: subsídios governamentais (nível institucional); subsídios não-governamentais (nível institucional) e doações de pessoas físicas (nível individual).

Os **subsídios governamentais** representam recursos provenientes de organizações da esfera pública, como, por exemplo, secretarias de estado, prefeituras e empresas públicas. Os **subsídios não-governamentais** refletem os recursos monetários provenientes de organizações da sociedade civil, tais como fundações e institutos, ONGs, igrejas, etc. As **doações monetárias** de pessoas físicas são recursos provenientes de pessoas físicas e não de organizações.

Os recursos que fazem parte do componente não mercantil de análise, apesar de se referirem a recursos monetários, muitas vezes se convertem em bens materiais ou não materiais pelas entidades de apoio e fomento gestoras dos recursos destinados aos empreendimentos apoiados. Ou seja, os empreendimentos, de fato, recebem estes recursos já transformados em bens. São exemplos de uso de tais recursos: capital de giro para as operações; bolsa-auxílio para os membros do grupo; transporte; assessoria técnica (contábil, legal, gestão, marketing e comercialização, viabilidade, etc.); qualificação profissional, técnica e gerencial; e formação sociopolítica em temas como autogestão, cooperativismo, cidadania, economia solidária.

Um dos aspectos fundamentais para o funcionamento dos empreendimentos da economia solidária, é o apoio externo (KRAYCHETE, 2000; SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2002; CORAGIO, 2003; BUNCHAFT, 2004; FSM, 2004; SEI, 2004). No caso das cooperativas populares, o apoio é de grande importância, tanto para o seu surgimento ou início em operação, quando se situam ainda no nível de subsistência, até o momento que atinjam a sustentabilidade.

#### 2.4.1.3 Componente não monetário

O componente não monetário representa as diferentes modalidades de solidariedade que se fazem presentes nos empreendimentos da economia solidária e que interferem na sua sustentabilidade. Muitos empreendimentos se mantêm em operação graças a apoios não monetários que recebem. Tais atividades interferem na dinâmica da organização do empreendimento, ou seja na sua gestão, e, por conseguinte, na sua sustentabilidade. Para compreender este componente, alguns

indicadores foram levantados para análise: trabalho voluntário; doações não monetárias e práticas recíprocitárias.

O **trabalho voluntário** compreende as atividades realizadas por indivíduos espontaneamente no empreendimento, por se identificarem com uma causa.

As **doações não monetárias** são doações feitas por indivíduos ou instituições, de forma permanente ou temporária, de bens, imóveis ou móveis, máquinas, veículos, utensílios, matéria-prima, tecnologia ou qualquer outro elemento que contribua para a sustentabilidade da organização.

As **práticas recíprocitárias** são atividades realizadas de forma individual e/ou coletiva em prol do outro ou da coletividade, tais como ações comunitárias, mutirões e demais formas de troca/dádiva.

#### 2.4.2 Dimensão social

Nos empreendimentos da economia solidária, a elaboração das atividades encontra-se imbricada nas relações sociais. Aspectos sociais internos, como a construção dos próprios vínculos sociais, interferem decisivamente na gestão dos empreendimentos, e, conseqüentemente, na sua sustentabilidade.

Nesse tipo de prática, os vínculos mútuos são responsáveis pela definição do processo social de trabalho e de produção (GAIGER, 2003). Em outras palavras, as relações sociais determinam as relações de trabalho (CORAGGIO, 2003). Os laços sociais podem, por exemplo, estabelecer os padrões para alocação de recursos (FONTES, 2003).

A atividade econômica, destarte, não consegue se dar separada do tecido social, ou, dito de outro modo, o econômico é encrustado no social. Segundo Andion (2001), tanto a disponibilidade de meios financeiros como a reciprocidade e as relações de proximidade parecem constituir elementos essenciais para a perenidade em organizações do tipo solidário.

Para França Filho e Dzmira (2004), a hibridação de economias presente na economia solidária também ocorre no campo das relações entre os membros:

Do mesmo modo em que se observa uma hibridação de economias, hibridam-se igualmente diferentes tipos de relações - laços – no seio destas associações. O êxito destas iniciativas econômicas parece paradoxal, e está estreitamente ligado às relações de interconhecimento, na maioria da vezes almejadas, antes de tudo por elas mesmas (FRANÇA FILHO e DZMIRA, 2004, p. 145-146).

Para a compreensão da dimensão social da sustentabilidade de empreendimentos da Economia Solidária, analisa-se o componente construção do vínculo associativo através dos seguintes indicadores: padrão de sociabilidade e grau de coesão social. O objetivo é compreender como este vínculo interfere no funcionamento da organização e na sua sustentabilidade.

#### 2.4.2.1 Construção do vínculo associativo

A natureza do vínculo é um componente que reflete o tipo de vínculo estabelecido pelos integrantes do empreendimento, e de que modo este vínculo influencia na sustentabilidade. Para sua análise, recorreremos a dois indicadores: o padrão de sociabilidade e o grau de coesão social.

O vínculo associativo é o que diferencia os empreendimentos da economia solidária das empresas capitalistas. Isto interfere na forma de gerir o empreendimento e na própria sustentabilidade. As questões levantadas para o estudo deste componente visam apontar se o vínculo é mais contratual formal ou pessoal informal e se é mais cooperativo ou competitivo.

O **padrão de sociabilidade** é um indicador que reflete o tipo de sociabilidade que predomina no grupo – primária, secundária ou um misto – e de que forma o tipo de sociabilidade interfere na sustentabilidade da iniciativa.

A sociabilidade primária tem, como princípio básico, a lealdade (GODBOUT, 1999). Representa os vínculos constituídos de forma espontânea, fruto de um desejo de estabelecer uma relação social com o outro, que é considerado em sua personalidade (SALAZAR, 2004). A sociabilidade primária predomina no âmbito das relações de proximidade, como as relações de família, de amizade, comunitárias, de vizinhança. Já a sociabilidade secundária é um tipo de interação estabelecida através de papéis e funções desempenhados, que se sobrepõem aos

aspectos da personalidade do indivíduo (SALAZAR, 2004). Este tipo de sociabilidade aproxima-se de relações profissionais.

O padrão de sociabilidade tem relação com a natureza do vínculo estabelecido entre os integrantes de um grupo, que pode ser, de um lado, mais contratual formal, profissional, e, de outro mais informal, pessoal. O tipo de sociabilidade e a natureza dos vínculos interferem na sustentabilidade de forma paradoxal. Um tipo de vínculo pessoal pode, por um lado, ser a motivação necessária para que as pessoas façam parte do empreendimento e estejam engajadas na busca da sustentabilidade. Por outro, pode comprometer a sustentabilidade do empreendimento pela falta de profissionalismo dos seus integrantes, o que é possível observar através de fatores como baixa produtividade, falta de assiduidade, alto nível de absenteísmo, falta de participação, etc.

Esse indicador se relaciona com um dos traços apontados por FRANÇA FILHO; LAVILLE (2004) e abordados no capítulo anterior, que é a “sociabilidade comunitário-pública”, com base no qual afirma-se que tais iniciativas possuem um modo de sociabilidade peculiar, ao mesclarem padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais. Em tais empreendimentos, ao lado da forma profissional e impessoal, está a forma mais comunitária, definindo a dinâmica interna do empreendimento.

Outro indicador para análise do componente construção do vínculo associativo é o **grau de coesão social**, que tem um papel relevante na sustentabilidade de empreendimentos da economia solidária.

O nível de coesão apresentado pelo grupo tem interferência no modo como se opera processo o produtivo interno e toda a dinâmica organizacional. É possível que um grupo mais coeso empenhe-se mais no trabalho e na busca pelos objetivos coletivos<sup>27</sup>. Por outro lado, grupos que apresentem uma coesão baixa podem influenciar negativamente na dinâmica organizacional e a busca pela sustentabilidade.

Com relação à coesão social, é um fator determinante para o sucesso de qualquer atividade exercida pelos indivíduos integrantes de um grupo, de

---

<sup>27</sup> Albuquerque et al. (2004, p. 234) utilizam-se de Bar-Tal (1996) para caracterizar os requisitos necessários à transposição de um coletivo para a um grupo: 1) os integrantes se definirem como membros do grupo; 2) que compartilhem as mesmas crenças grupais; 3) que exista alguma atividade coordenada entre os membros. Além disto, acrescentam como elementos essenciais a existência de objetivos comuns, normas sociais estabelecidas e respeitadas, e uma ideologia compartilhada.



forma que um grupo coeso tem mais chances de manter-se unido e com uma vasta história de êxito. Nesse sentido, um grupo é diferenciado de outros devido à coesão, pois quanto maior a coesão, maior será a comunicação existente entre seus membros, a produtividade e a satisfação, entre outros aspectos (ALBUQUERQUE et al., 2004, p. 235).

Para Fontes (2003), a intensidade dos laços sociais afeta tanto o recrutamento como o processo de retenção do grupo, e, por outro lado, laços sociais fracos comprometem a participação.

### 2.4.3 Dimensão política

Uma dos elementos que distinguem os empreendimentos de economia solidária é a sua dimensão política. Em tais iniciativas, seus membros são responsáveis pela gestão, realizada de forma democrática e participativa. Assim, o empreendimento se converte em um local “[...] de expressão da cidadania e de aprendizagem da democracia” (FRANÇA FILHO; DZMIRA, 2004), o que reflete o seu valor político.

A dimensão política da sustentabilidade está relacionada com a forma de ação política da organização, tanto interna como externamente. Para sua análise, consideram-se dois componentes, um no nível interno e outro no nível institucional.

#### 2.4.3.1 Componente no nível interno

Para análise da dimensão política no âmbito interno da organização, são analisados dois indicadores: o grau de democracia interna e o grau de comprometimento.

O **grau de democracia interna** apresentado pelos empreendimentos de economia solidária interfere na sustentabilidade. A gestão democrática se relaciona com outro traço característico apontado por França Filho e Laville (2004), que é a democratização dos processos decisórios. Nestas iniciativas, o mecanismo

de decisão interna é baseado na participação democrática dos seus associados, sendo a gestão feita pelos próprios membros.

A gestão realizada de forma democrática pode tornar o processo de tomada de decisões mais lento (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002) e as atividades realizadas na organização menos eficientes, impactando no resultado da organização. Por outro lado, pode fazer com que as pessoas se sintam mais engajadas e se empenhem mais, afetando positivamente a sustentabilidade organizacional.

Um grande desafio do trabalho associativo é alcançar a eficiência através de processos democráticos, tendo por critério não apenas o retorno econômico mas, também, o aumento da participação nos debates e decisões, com conhecimento de causa, de todos os envolvidos no processo (SEI, 2004, p. 27).

Outro indicador levantado é o **grau de comprometimento**, que permite analisar o quanto os indivíduos estão ou não comprometidos com os objetivos do grupo, e que impacto traz para a sustentabilidade.

O nível de comprometimento tem relação direta com a participação e a cooperação, afinal, é possível que apenas os que apresentarem um certo grau de comprometimento participem efetivamente da gestão da organização e cooperem em busca dos objetivos do grupo.

Para Gaiger (2003), a cooperação é importante para os resultados do empreendimento, que são percebidos não apenas sob o ponto de vista econômico, mas também em relação à qualidade de vida dos trabalhadores. Para ele, a dignidade e equidade obtidas por meio do trabalho produtivo nestes empreendimentos tornam os trabalhadores mais motivados e interessados, o que resulta em uma maior rendimento do trabalho associado.

A cooperação mostra-se capaz de converter-se no elemento motor de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos de ganhos extra econômicos. [...]. O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais (GAIGER, 2003, p. 192).

#### 2.4.3.2 Componente no nível institucional

O segundo componente presente na análise da dimensão política da sustentabilidade está no nível institucional, representando a ação ou a interação da iniciativa com o meio ambiente externo. Os indicadores para mensuração deste componente são três: a existência de ação pública, o nível de articulação em redes, e o grau de autonomia institucional.

A existência de ação pública é um indicador que tem por objetivo possibilitar a análise sobre a atuação da iniciativa no espaço público em que se situa, ou seja, a sua forma de ação na realidade na qual está inserida, e o que isto representa para a sustentabilidade. Significa ampliar a reflexão política do nível interno para o ambiente externo à organização.

Na economia solidária, os empreendimentos convertem-se em um locus para discussão dos problemas públicos comuns. Através da ação pública, a organização encontra meios para se tornar sustentável em função dos debates que cria, da participação nas questões do bairro.

Este indicador se relaciona com um dos traços apontado por França Filho e Laville (2004) que é a “finalidade multidimensional” destes empreendimentos, ou seja, ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se num espaço público. Isto significa que ela representa as relações entre as iniciativas e a comunidade, a sociedade ou com o mundo que a cerca.

Refletindo de um ponto de vista mais instrumental, é possível que a legitimidade na realidade em que atua, interfira na sustentabilidade de um empreendimento, visto que, agindo em prol da comunidade e sendo reconhecida, organização pode obter em contrapartida sua cooperação, direta ou indireta.

O **nível de articulação em redes** é outro indicador importante para análise da sustentabilidade, pois o êxito de empreendimentos depende da sua capacidade de estabelecer parcerias e articulações, características da economia solidária.

Segundo Capra (2003, p. 242), “[...] uma empresa sustentável estaria inserida numa ecologia das empresas, na qual os subprodutos de uma empresa

seriam os recursos de outra”. Entretanto, considera-se aqui não apenas a interação entre as organizações, mas também com os consumidores, formando uma rede solidária que se ajude mutuamente. O objetivo é verificar se a organização se articula em redes, e como isto afeta a sustentabilidade.

Diante do seu caráter contra-hegemônico e do fato de serem empreendidas muitas vezes por setores marginalizados, os empreendimentos de economia solidária freqüentemente são frágeis e precários, e, conseqüentemente, precisam se inserir em redes de cooperação e de apoio mútuo para alcançar sua sustentabilidade (SANTOS; RODRÍGEZ, 2002)

Sendo assim, as redes de apoio mútuo, compostas por sindicatos, ONGs, fundações e outras organizações alternativas, são fundamentais para a sobrevivência das iniciativas. O dilema decorrente disto, colocado por Santos e Rodríguez (2002), é como sobreviver quando o apoio externo findar. Isto pode ser observado em relação a algumas cooperativas que sobrevivem à custa do esforço do incubador em obter financiamento e, concluída a incubação, não são capazes de dar prosseguimento às atividades desempenhadas pela instituição que a apóia.

Se o empreendimento ficar sozinho ele morre, se o empreendimento ficar isolado ele morre. Tem que se organizar em movimento, seja com outro empreendimentos. Se ele não se articula em redes, se articular com outros empreendimento, ele morre.<sup>28</sup>

O complexo cooperativo de Mondragón, de acordo com Santos e Rodríguez (2002), é um exemplo prático, reconhecido mundialmente como o modelo de economia cooperativa. Iniciado em 1965, pertence a 30.000 trabalhadores e é composto por 109 fábricas, cadeia de supermercados, banco e universidade. As razões do êxito deste empreendimento (sobrevivência e expansão) estão relacionadas com as redes de apoio (entre cooperativas e com empresas, por exemplo), bem como ao esforço constante para tornar as cooperativas competitivas no mercado global. Mondragón representa uma economia regional cooperativa porque as cooperativas de produção, consumo, crédito e educação que integram o complexo estão intimamente ligadas através de laços múltiplos de mútua dependência (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002). Algumas das estratégias utilizadas incluem, por exemplo, a redistribuição de parte dos lucros das cooperativas de maior

---

<sup>28</sup> Depoimento de um membro da Catende – PE, durante oficina intitulada “Sustentabilidade de empreendimento associativos viabilidade econômica e gestão democrática”, realizada no Fórum Social Mundial 2005, tendo como Organização proponente a Capina, em 28/01/2005.

sucesso para aquelas que atravessam alguma dificuldade temporária e a rotação de pessoal experiente. Além disto, o complexo está em constante pressão para criar novas cooperativas e postos de trabalho, o que exige constante inovação e melhoria nos níveis de produtividade. Isto é feito com o intuito, inclusive, de evitar o crescimento desenfreado das cooperativas. Então, os fatores-chave para a sobrevivência são: “descentralização e colaboração entre cooperativas associadas em rede”; “fidelidade ao princípio de participação democrática no interior da cooperativa” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 40).

A **autonomia institucional** é outro indicador utilizado para análise do nível institucional da sustentabilidade. Segundo França Filho e Laville (2004), a autonomia institucional é um dos traços que caracterizam os empreendimentos solidários, que significa a não subordinação das iniciativas ao controle de outras instituições e a gestão própria e independente.

Isso, entretanto, não exclui a possibilidade de parceria ou arranjos institucionais de cooperação, desde que a autonomia seja preservada. A autonomia se relaciona diretamente com a autogestão, visto que representa a manifestação autêntica do poder de decisão dos integrantes das organizações em relação aos mais diferentes assuntos relacionados a seu empreendimento. É uma espécie de liberdade que a organização tem, por meio de seus membros, de deliberar sobre os seus assuntos. A independência faz parte da autonomia, relacionando-se com a não dependência da organização em relação a outras organizações. A autonomia interfere na sustentabilidade das organizações na medida em que a sua falta influencia nas decisões internas e no funcionamento das organizações.

Fontes (2003), ao estudar a sustentabilidade em associações localizadas em uma comunidade de baixa renda, estabeleceu uma relação entre a capacidade de manutenção da vida dos sistemas vivos discutida no âmbito da ecologia e a autonomia da comunidade para o atendimento de suas próprias necessidades:

Sustentabilidade [...] refere-se à possibilidade de um desenvolvimento sem prejuízo aos recursos existentes, quer dizer, uma possibilidade de completar o ciclo de reprodução mantendo-se relativamente estáveis as condições ambientais. Nesta análise, empregamos esse conceito para expressar algo como “autonomia” da comunidade em relação a outros atores da sociedade civil. Não significa uma posição isolada, excluindo-se a possibilidade de interlocuções e alianças com outros atores fora da comunidade, mas a possibilidade de a comunidade desenvolver ações que lhe garantam uma

reprodutibilidade independente de apoio ou suporte externo (FONTES, 2003, p. 161).

Para Jesus et al. (2004), o fato de um empreendimento ter um processo de formação endógeno ou exógeno interfere diretamente na autonomia que o empreendimento irá apresentar, seja ele proveniente de massa falida ou não. O que acontece é que os empreendimentos que tiverem uma origem induzida apresentam menos autonomia do que os que tiveram uma origem endógena.

A busca pela autonomia passa necessariamente pela qualificação dos trabalhadores, tanto na esfera técnica relativa ao domínio dos seus processos produtivos peculiares, quanto na esfera administrativa e gerencial, relativa à capacidade de gestão, de planejamento, de organização interna e de articulação externa do empreendimento (COSTA, 2003). No entanto, para atingir um nível de conhecimento completo, que possibilite uma gestão autônoma, é imprescindível, além da capacitação técnica/gerencial, a formação social e política.

A autonomia também tem relação com a dependência do empreendimento em relação aos recursos externos e o papel do financiador na gestão do empreendimento e nas suas decisões. O apoio externo, diante da fragilidade dos empreendimentos, muitas vezes é fundamental para a o seu surgimento, para a sua existência e para que percorram o longo caminho em busca da sustentabilidade.

A observação de empreendimentos associativos revela que estes possuem dificuldades e fragilidades. Muitas vezes, a sua existência depende da presença ou apoio de uma única pessoa ou instituição, o que leva ao risco de recriar, no interior do grupo, relações que reforçam antigos e novos laços de dependência. Em outros casos ressentem-se, exatamente, da ausência de pessoa ou instituição que os auxilie no atendimento de alguma necessidade básica, difícil de ser contornada pelo grupo sozinho. Uma mudança de qualidade dos empreendimentos da economia solidária depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento. Esta transformação transcende aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico (SEI, 2004).

#### 2.4.4 Dimensão gestão

A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária tem relação direta com o modo como os empreendimentos são geridos. Um dos traços que caracterizam a economia solidária é que, em suas iniciativas, a gestão é realizada de forma democrática e autônoma pelos próprios integrantes dos empreendimentos, a autogestão. Este processo político organizacional, tem como pressupostos, a propriedade coletiva dos meios de produção, a singularidade do voto, a democracia, a cooperação e a equidade social (JESUS et al., 2004).

A gestão no âmbito dos empreendimentos da economia solidária apresenta uma interface técnica, política e social, o que demonstra que nela estão presentes elementos que extrapolam a dimensão meramente instrumental. Para o funcionamento e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária, faz-se necessária a presença de uma capacidade efetiva de gestão, sendo

[...] a gestão entendida como a condição de fazer funcionar as atividades meio e as atividades-fim com eficiência e eficácia, isto é, atentando para os aspectos de tempo, de tecnologia, de qualidade do produto ou do serviço, de relação com fornecedores e clientes, de custo, de benefício para o indivíduo e para o coletivo, entre outros (JESUS et al., 2004, p. 274).

A questão da sustentabilidade dessas iniciativas passa obrigatoriamente pela sua eficiência econômica e conseqüente perpetuação. Para Costa (2003), os autores do modelo de organização da Economia Popular Solidária estariam deixando de lado o rigor administrativo, acreditando que os mecanismos de autogestão e de decisões coletivas dessem conta da complexidade gerencial dos empreendimentos mais solidários.

Percebe-se, então, a importância em se destacar a gestão como uma dimensão de análise da sustentabilidade em empreendimentos de economia solidária. Para análise desta dimensão e da sua importância na sua sustentabilidade, foram levantados dois componentes: infra-estrutura e conhecimento.

#### 2.4.4.1 Infra-estrutura

A infra-estrutura reflete os recursos físicos necessários para a gestão dos empreendimentos. Este componente permite a análise dos recursos materiais utilizados e identificam a sua influência na sustentabilidade. Para análise deste componente, utilizam-se três indicadores: acesso a meios de produção; acesso a tecnologias gerenciais e acesso a espaço físico.

O **acesso aos meios de produção** é fundamental para o processo produtivo do empreendimento, e, conseqüentemente, tem influência direta na sustentabilidade. Através deste indicador, observa-se o acesso a máquinas e equipamentos apropriados para produção.

As técnicas utilizadas para a produção e a própria tecnologia utilizada nos empreendimentos interferem diretamente na qualidade dos produtos e serviços oferecidos, e, por conseguinte, para a sustentabilidade do empreendimento, visto que irão interferir na troca mercantil e na troca não mercantil realizadas pela organização. Em função disto, a comercialização pode ser facilitada ou dificultada na rede solidária e no mercado em geral, o que, por sua vez, irá interferir na consolidação da iniciativa. A qualidade está relacionada com a habilidade dos produtores em relação à tecnologia disponível na organização, bem como à própria tecnologia que pode estar apropriada ou não ao propósito da iniciativa.

O **acesso a tecnologias gerenciais** é importante para a gestão e para o estabelecimento de controles gerenciais. Um exemplo de tecnologia gerencial é a utilização de planilhas eletrônicas para o controle do fluxo de caixa, permitindo uma análise da dinâmica de entradas (receitas) e saídas (despesas) de recursos da organização, e a tomada de decisões em direção à sustentabilidade.

Isto é importante não apenas para as iniciativas em interface direta com o mercado, visto que em toda organização existem atividades administrativas e/ou operacionais que podem ser melhoradas por meio de uso de tecnologias apropriadas. Um exemplo ilustrativo aconteceu no Banco Palmas, onde a assistente financeira, por falta de conhecimento técnico, fazia o controle financeiro manualmente. Com a ampliação dos seus conhecimentos como usuária de computador, passou a usar o *Word*, um editor de texto que, apesar de não ser ainda a ferramenta adequada, representava um avanço em relação ao modo realizado



anteriormente. Continuando o processo de aprendizado, ela passou a utilizar um programa de planilha eletrônica adequado para as suas atividades.

Já o **acesso a espaço físico** é um indicador que visa apontar se os empreendimentos possuem um local apropriado para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, seja sob a forma de posse, empréstimo, comodato, aluguel, etc.

Essa infra-estrutura, para ser utilizada de forma que contribua para a sustentabilidade do empreendimento, requer conhecimento, outro componente da dimensão gestão abordado em seguida.

#### 2.4.2 Conhecimento

O conhecimento (técnico, gerencial, sóciopolítico) é um componente de primordial importância para a sustentabilidade de iniciativas de economia solidária. É a diferenciação real para os trabalhadores, sem a qual a mera posse dos meios de produção não poderia garantir-lhes a sustentabilidade (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2000; TIRIBA, 2000; COSTA, 2003).

Para análise do componente conhecimento, foram destacados três indicadores: habilidade técnica produtiva; habilidade gerencial e formação geral (sociopolítica).

O indicador **habilidade técnica produtiva** permite o olhar sobre a capacidade técnica que os membros têm para elaborar produtos e serviços para serem oferecidos ao mercado em geral. Produtos e serviços de qualidade são fruto da junção entre meios de produção apropriados e conhecimento técnico para utilizá-los.

O indicador **habilidade gerencial** destaca o conhecimento em técnicas de gestão nas diferentes áreas, tais como gestão da produção, gestão administrativo-financeira e gestão comercial. A habilidade gerencial é essencial para que o empreendimento possua uma forma de gestão autônoma, sem interferência de agentes externos.

A aplicação de determinados métodos administrativos, sejam eles de planejamento, de controle ou de organização, é explicitamente instrumental, no

sentido de garantir o desenvolvimento de um processo de trabalho eficiente e construído com a finalidade de viabilizar economicamente a iniciativa. Ao mesmo tempo, esta mesma viabilização econômica assume contornos substantivos na medida em que ela representa a sustentabilidade não só na dimensão econômica do empreendimento, mas também de todos os laços sociais e políticos que estão implicados na economia solidária (COSTA, 2003).

Outro indicador para análise do componente conhecimento é a **formação geral (sociopolítica)** dos seus membros. A importância deste indicador reside no fato de que a sustentabilidade do ponto de vista da gestão não depende apenas de infra-estrutura e habilidade técnica/gerencial, que consideramos pré-requisitos. A formação político-ideológica, envolvendo o desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e empreendedora, é fundamental para o alcance da sustentabilidade.

A análise da viabilidade de empreendimentos solidários, para ser eficaz, não se resume aos aspectos estritamente técnicos ou aos cálculos econômicos, envolve também as questões associativas. São estas questões que definem os compromissos e responsabilidades de cada um e do conjunto dos envolvidos no projeto. O bom tratamento destas questões é uma condição essencial para o sucesso do empreendimento (SEI, 2004).

O tipo de comportamento ou postura adotado pelos membros da iniciativa tem interferência na gestão e na sustentabilidade. É possível que comportamentos mais cooperativos, proativos e empreendedores favoreçam a gestão dos empreendimentos e sua sustentabilidade. Por outro lado, comportamentos regidos pelo individualismo, competição, passividade e pela cultura heterogestionária podem influenciar negativamente na gestão dos empreendimentos e, conseqüentemente, na sua sustentabilidade.

Singer (2002b) destaca o papel da educação para a perenidade das iniciativas de economia solidária. É fundamental para desenvolver nos membros, atitudes mais solidárias, cooperativas, democráticas e protagonísticas. Tal processo não se faz de forma rápida, requerendo o que Coraggio (2000, p. 43) denominou “engenharia da mudança cultural”.

As atividades de capacitação podem ser oferecidas por instituições como entidades de apoio/fomento, universidades e poderes públicos. Cabe aqui destacar o papel do acompanhamento cotidiano da assessoria no processo

formativo dos integrantes de empreendimentos econômicos solidários. É que, para além da formação recebida por meio de oficinas, dinâmicas, cursos, experiência prática quotidiana, com suas dificuldades e desafios, é um processo de aprendizado complementar realizado no dia-a-dia do empreendimento. Muitas vezes, a própria participação numa iniciativa destas contribui para a formação política e profissional do integrante.

A questão técnica, no entanto, não prescinde do respeito ao conhecimento dos empreendimentos, pois a partir daí podem ser construídos instrumentos compreensíveis pelos grupos. Ou seja, é importante articular o conhecimento do grupo com o conhecimento do técnico de instituições de apoio e fomento, constituindo uma tecnologia acessível aos membros dos empreendimentos.

A combinação das lógicas de mercado (reprodução do capital) e da solidariedade (divisão) interfere na viabilidade do empreendimento. Assim, na construção da sustentabilidade dos empreendimentos, devem ser incorporados conhecimentos científicos de diversas áreas, tais como direito, contabilidade, psicologia, sociologia, etc.

Apesar de terem sido apresentadas de forma separada, a gestão dos empreendimentos da economia solidária sofre influência das diversas dimensões presentes no quadro analítico, ainda que de forma diferente em cada empreendimento em um determinado período. Assim, o que define a sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária é a articulação entre lógicas e dimensões.

Aspectos culturais estão presentes em cada dimensão de análise e, por esta razão, optamos por não tratá-los de forma separada. Ou seja, a dimensão cultural apresenta um caráter transversal, perpassando cada dimensão de análise. A existência de valores solidários interfere em cada componente do quadro de análise, influenciando, por conseguinte, no modo como o empreendimento é gerido.

### 3 APLICAÇÃO DO QUADRO ANALÍTICO EM TRÊS COOPERATIVAS POPULARES DE SALVADOR

Neste capítulo, utilizamos o quadro analítico proposto no Capítulo 2 para observar como se define a sustentabilidade na realidade de três cooperativas populares de Salvador. Para isto, apresentamos cada cooperativa, seguida da análise à luz das várias dimensões, componentes e indicadores que compõe o quadro analítico. Por fim é apresentado um quadro com os resultados gerais em termos de ganhos para os cooperados e o quadro analítico contendo a síntese dos elementos encontrados em cada cooperativa popular pesquisada.

#### 3.1 COOPERATIVA MÚLTIPLA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ENGENHO DOCE (COOPAED)

A Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos Engenho Doce (COOPAED), é uma cooperativa popular ainda em fase de legalização, que fornece alimentos para eventos e mantém duas cantinas em duas unidades da Universidade Salvador (UNIFACS). Suas atividades tiveram início em 2004, a partir de um projeto de geração de renda para a comunidade do Engenho Velho da Federação<sup>29</sup>, bairro circunvizinho a uma das unidades desta universidade. Tal projeto foi empreendido pelo Escritório Público de Pesquisas e Apoio ao Desenvolvimento Local e Regional (EPADE)<sup>30</sup>, um grupo de pesquisa em atividade na UNIFACS, que procura estimular a criação e desenvolvimento de iniciativas de economia solidária que promovam trabalho e renda a pessoas de comunidades carentes.

---

<sup>29</sup> Não existem dados oficiais do IBGE sobre o perfil socioeconômico que caracteriza o Engenho Velho da Federação, visto que tais informações sobre este bairro estão misturadas com informações de bairros mais nobres em sua vizinhança.

<sup>30</sup> Antes do EPADE, o Escritório Público de Arquitetura e Engenharia (EPAE), já estava desenvolvendo nesta comunidade atividades de consultoria gratuita nas áreas de arquitetura e engenharia.

Este formato produtivo assumido pela COOPAED tem origem em um momento muito anterior, quando uma mãe de santo, a Mãe Elza, do terreiro de candomblé Obatoni, diante da grande realidade de violência e tráfico que vitimava os jovens da comunidade da Baixa da Égua, localizada dentro do bairro Engenho Velho da Federação, começou a buscar alguma alternativa de geração de trabalho e renda para estes jovens. A iniciativa começou com seis integrantes, dois dos quais permanecem ainda hoje. O grupo conta com 14 integrantes atualmente.

Fruto da articulação entre o EPADE e a iniciativa de Mãe Elza, a COOPAED passa a funcionar comercializando produtos típicos da sua comunidade inicialmente, na parte externa da Unifacs, sem infra-estrutura adequada de apoio. Em fevereiro de 2004, foi disponibilizada pela Unifacs, por intermédio do EPADE, sem ônus de aluguel, energia e água, uma cantina na Federação<sup>31</sup> (prédio 1) para que fossem fabricados e comercializados os produtos. Isto representou um grande avanço em termos de infra-estrutura física, mas um problema se colocou para os cooperados: a falta de equipamentos essenciais para o seu funcionamento, tais como refrigeradores e fogão para a fabricação e armazenagem dos produtos. Aos poucos, a COOPAED foi conseguindo equipar o espaço, através de empréstimos, doações e trabalho.

Com o tempo, foi sendo necessário ajustar o tipo de produto ofertado à real demanda dos clientes. Posteriormente, a UNIFACS disponibilizou mais duas cantinas, uma em outro prédio da UNIFACS no bairro da Federação<sup>32</sup> (prédio 2) e outra no campus de Amaralina, que estão em operação atualmente, ao contrário da primeira (prédio 1), que foi desativada por falta de público consumidor<sup>33</sup>.

A COOPAED se encontra, no nível de subsistência, visto que seus ganhos são irregulares, e não há ainda uma perspectiva sólida em relação ao futuro do empreendimento. O valor recebido através da comercialização não é suficiente para pagar suas despesas e garantir uma renda regular para os integrantes. A maior parte do que ganham vem sendo reinvestido no próprio empreendimento em

---

<sup>31</sup> O Prédio de aulas 1 é localizado na Avenida Cardeal da Silva, 132, Federação, Salvador - Bahia.

<sup>32</sup> O prédio de aulas 2 é ao lado do prédio de aulas 1

<sup>33</sup> Neste prédio, funcionam atividades administrativas e de coordenação, sem um fluxo constante de alunos.

matéria-prima para produção, produtos para comercialização e compra de equipamentos e utensílios.

### 3.1.1 Dimensão econômica

#### 3.1.1.1 Componente mercantil

No caso da COOPAED, a receita obtida por meio das vendas dos produtos nas duas cantinas que administra é suficiente para pagar suas despesas, mas não para garantir um rendimento regular para cada cooperado, apesar de terem à sua disposição um mercado consumidor constituído principalmente pelos alunos, funcionários e professores da UNIFACS. Apenas quando atua fornecendo alimentos para eventos, sua outra linha de atividade, é que COOPAED consegue gerar alguma renda para os cooperados, mas isto acontece esporadicamente. Porém, quando necessário, é comum se retirar dinheiro da cooperativa para atender a emergências de qualquer dos cooperados que precise em um dado momento.

Uma série de fatores interfere no custo dos produtos da COOPAED. Os recursos disponíveis para as compras do dia são provenientes das vendas realizadas no dia anterior. A falta de capital de giro faz com que as compras sejam realizadas diariamente e em pequena escala, e nas proximidades da cooperativa, com preços mais elevados, fazendo com que os custos sejam maiores do que se fosse comprado em maior quantidade em um local como o próprio Engenho Velho da Federação. No caso da cantina do Rio Vermelho, a dificuldade em transportar os materiais a serem utilizados para comercialização e produção, é outro fator que determina a opção pela compra nas redondezas do prédio onde está instalada. Além da falta de materiais em grande quantidade, a falta de equipamentos adequados, tais como refrigeradores e fogão apropriados e em bom estado de conservação, por vezes limita a produção e armazenagem, o que interfere no custo dos produtos, pois faz com que se tenha que produzir várias vezes no dia em pequenas quantidades. A falta de equipamentos adequados para produção e armazenagem interfere ainda na própria venda, devido à eventual falta de produtos para comercialização. Outro

elemento que interfere na rentabilidade dos produtos é a escolha da matéria-prima de qualidade, prezando pelo bem estar e satisfação dos seus clientes.

Outro aspecto que afeta o resultado obtido pela COOPAED e, conseqüentemente, a sua sustentabilidade, é a falta de planejamento e organização que por vezes acontece. Por exemplo, certa ocasião, a COOPAED fechou uma proposta para fornecimento de coquetel para um evento e uma das cooperadas comprou um material que não estava contratado, ocasionando prejuízo para a cooperativa.

É possível que a COOPAED, com o número de cooperados que possui para duas cantinas, não seja capaz de se tornar sustentável apenas comercializando neste ambiente. Em outras palavras, é possível que o mercado atendido pelas duas cantinas não seja capaz de gerar ganhos suficientes para pagar suas despesas e remunerar dignamente seus cooperados. Daí a necessidade de ampliar sua atuação na linha de fornecimento de alimentos para eventos.

### 3.1.1.2 Componente não mercantil

- Subsídios governamentais

A COOPAED já recebeu subsídio governamental através do “Projeto Piloto da Cooperativa de Lanches”, financiado pela Petrobrás, executado a partir de fevereiro de 2005, que tem como objetivo gerar renda para moradores da comunidade do Engenho Velho da Federação e prevê subsídios como apoio técnico, formação profissional, investimento em equipamentos e utensílios, bolsa para os cooperados e recurso para a formalização da cooperativa.

Apesar de estar sendo importante para a consolidação da COOPAED, alguns problemas na sua operacionalização foram apontados. Do momento entre a elaboração, a aprovação e a execução do projeto, quase um ano se passou. Quando o projeto foi enviado, a cooperativa ainda não existia e, quando foi iniciada a execução, a cooperativa já estava em operação há quase um ano. Se antes era necessário realizar um trabalho de mobilização, quando se iniciou o projeto, o grupo já estava em operação. O projeto de incubação foi aprovado com o intuito de montar a cooperativa e equipá-la mas quando foi iniciada a sua execução, a COOPAED já

existia, ainda em fase de legalização, e ainda demandava investimento. Uma das necessidades atuais não prevista no projeto, por exemplo, é o capital de giro.

- Subsídios não governamentais

No início das atividades produtivas do grupo que viria a se tornar a COOPAED, foram obtidos alguns empréstimos de instituições como a EPADE e o Sindicato dos Bancários e da comunidade do Engenho Velho da Federação.

- Doações monetárias individuais

Os restritos recursos para colocar em funcionamento a COOPAED foram provenientes dos próprios membros e de alguns integrantes da EPADE, que algumas vezes doaram ou emprestaram algum valor para atender às necessidades mais urgentes do grupo.

### 3.1.1.3 Componente não monetário

- Trabalho voluntário

A COOPAED conta com a colaboração de membros das comunidades, entre eles, amigos e familiares dos cooperados, que ajudam a cooperativa quando necessário, por acreditarem no empreendimento. É o que os cooperados chamam de “apoio”. Por exemplo, no caso de uma encomenda muito grande, em que a capacidade produtiva da cooperativa não é capaz de atender, o apoio entra em ação ajudando no que for preciso, recebendo ou não remuneração em troca.

- Doações não monetárias (móveis, equipamentos, utensílios)

A dimensão não monetária foi decisiva para o início e a continuidade das atividades da COOPAED, a começar pelas instalações cedidas pela Unifacs, sem ônus para a cooperativa<sup>34</sup>. Junto com as instalações cedidas, veio um outro elemento fundamental: o público-alvo representado pelos alunos, professores e

---

<sup>34</sup> A COOPAED tem isenção do pagamento da energia, água e aluguel, que, só da cantina da Amaralina, é orçado em R\$ 800,00.



funcionários. Outro apoio decisivo foi o oferecido pelo Terreiro Obatoni, que permitiu a utilização do seu espaço para as atividades iniciais, doando materiais, utensílios e equipamentos. Outros terreiros também ajudaram a cooperativa, por exemplo, emprestando ou cedendo utensílios, disponibilizando seus refrigeradores para armazenagem, cedendo eventualmente o seu espaço para produção. Uma das cooperadas afirmou que os terreiros foram os que se preocuparam primeiro com a questão da violência e dos jovens no bairro e apóiam a iniciativa.

A COOPAED recebeu apoio semelhante da comunidade, que a percebe como uma referência, uma iniciativa que oferece capacitação aos jovens da comunidade numa perspectiva de geração de trabalho e renda e que atua nas questões locais. Até mesmo os comerciantes do bairro colaboram através da doação de frutas e verduras. As doações em alimentos muitas vezes são entregues aos cooperados que mais necessitem naquele momento e, ocasionalmente, a pessoas carentes da comunidade.

- Assessoria técnica (contábil, legal, gestão)

O EPADE forneceu assessoria técnica no início das atividades da COOPAED em 2004. Depois foi interrompido, retornando em fevereiro de 2005. Além disto, a COOPAED contou com a ajuda jurídica do Sindicato dos Bancários para a elaboração do estatuto.

- Práticas recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)

Na COOPAED, existem algumas pessoas designadas de “apoio” que, quando necessário, ajudam a cooperativa no que se fizer necessário, principalmente quando acontecem encomendas ou algum evento especial, podendo, a depender dos recursos da cooperativa, ser remuneradas ou não. Estas pessoas foram essenciais nos momentos cruciais da cooperativa, em que se precisou de ajuda para alguns trabalhos, o que, conseqüentemente, vem sendo fundamental para a sua sobrevivência e para a busca pela sustentabilidade.

### 3.1.2 Dimensão social

#### 3.1.2.1 Componente construção do vínculo associativo

- Padrão de sociabilidade

Na COOPAED, o vínculo estabelecido é mais pessoal do que profissional, o que, segundo depoimento, ajuda nas atividades da cooperativa, uma vez que o forte vínculo pessoal das pessoas as une e as faz se sentirem participantes de um grupo que se ajuda mutuamente. As pessoas tendem a cooperar mais entre si, o que contribui para a sustentabilidade. O relato de um de seus membros integrante reflete esta postura:

As meninas que entraram depois não entendiam porque a gente ‘tava’ sempre chamando um ao outro de companheiro, não pelo nome. Quando ela não entendia, ela dizia que era coisa do agreste, coisa do interior. Aí ela viu que era o grupo todo, um chama o outro de companheiro, um chama o outro de amigo. Aí até ela começou a chamar as pessoas e aprendeu. Ela aprendeu que, além de ver o trabalho, de ver o financeiro, o que mais motiva a pessoa é tá um ajudando o outro (Coordenadora Financeira).

A escolha de membros para ingressar na COOPAED é criteriosa, sobretudo em relação a características comportamentais e de caráter. Isto reflete na composição do grupo e na sua coesão. A confiança é um dos valores mais importantes para o grupo. A falta desta ou a quebra já foi motivo de exclusão de duas cooperadas.

- Grau de coesão social

Na COOPAED, infere-se que o grau de coesão social é alto e que há um forte sentimento de pertencimento ao grupo. Estes aspectos fazem com que ocorram maior empenho e dedicação na busca pelos objetivos da cooperativa, vista como um empreendimento coletivo que depende da contribuição de cada um no todo. Isto interfere possivelmente para o alcance da sustentabilidade. Os laços sociais são de fundamental importância para as pessoas e fazem com que se sintam amparadas nos mais diferentes aspectos profissionais e pessoais. Um exemplo dado pelo grupo foi uma situação em que um cooperado adoeceu e tiraram dinheiro do movimento do dia para comprar remédio para ele, fato que fez os outros cooperados

se sentirem amparados uns pelos outros reciprocamente, pois sabiam que, na mesma condição teriam com quem contar. As decisões tomadas dentro da cooperativa funcionam, assim, sob uma lógica diferenciada, em que não apenas o econômico é considerado. Tal lógica influencia no padrão de alocação dos recursos e na sustentabilidade.

### 3.1.3 Dimensão política

#### 3.1.3.1 Componente no nível interno

- Grau de democracia interna

Na COOPAED, infere-se que o processo interno é democrático e as decisões buscadas por meio de consenso, e, quando não é possível, por votação, requerendo metade mais um voto para decisão. As atividades mais rotineiras podem ser levadas adiante sem passar necessariamente por decisões coletivas. Mas decisões mais sérias, como a exclusão de um membro, ou decisão de um representante para viagem, é necessário fazer mais de uma reunião, ocasionalmente três reuniões, para que a decisão seja tomada após bastante reflexão. Um risco que se coloca neste tipo de processo decisório é que acabe tornando-se lento, prejudicando a dinâmica organizacional e o alcance da sustentabilidade. Os conflitos existem, mas procura-se resolvê-los ou no momento em que ocorrem ou em reuniões coletivas.

- Grau de comprometimento

Infere-se que, na COOPAED, os cooperados apresentam um bom nível de comprometimento. Como disse uma cooperada: “Não dá para enfrentar tudo isso e dizer que não é comprometido. Então, pra mim, isso que eles fazem é a prova que tem objetivo na vida. Eu avalio de 0 a 10 como 10”.

### 3.1.3.2 Componente no nível institucional

- Existência de ação pública

A COOPAED se preocupa bastante com a comunidade e, em contrapartida, o reconhecimento da comunidade contribui decisivamente para a sua sustentabilidade. Tal apoio da comunidade é reflexo da ação positiva que tem realizado, representando uma possibilidade de se constituir em uma ocupação que a comunidade precisava para seus jovens. A COOPAED representa uma alternativa de geração de trabalho e renda e de capacitação profissional e política para os jovens, incentivando a sua participação nas questões do bairro. Um dos exemplos da ação pública da cooperativa aconteceu recentemente, durante o período de fortes chuvas na cidade, quando o empreendimento ajudou as vítimas de desabamento no bairro doando alimentos e promovendo campanha de doação. Esta ação interfere diretamente na sustentabilidade da organização, que conseguiu se manter durante quase um ano através do apoio decisivo da comunidade, através de doações de equipamentos e utensílios, trabalho e espaços cedidos ocasionalmente. Como disse uma integrante da COOPAED:

Se não tivesse existido [o projeto] nem por isto deixaria de existir a cooperativa porque o trabalho de base é feito dentro da comunidade. Qualquer problema que acontece com a cooperativa mobiliza todo mundo e todo mundo ajuda. Poderia ter já um *freezer* hoje, de segunda mão, mas teria, que a comunidade já teria dado. Tudo que a comunidade sabe que está vendendo e que está em bom estado fala: ó, não quer comprar não que tá bom. E se a gente disser que quer, a gente pega na hora e vai pensar em pagar depois. Agora, paga. É por isso que a cooperativa tem uma ação boa porque não deve nada a comunidade. E tem uma ação muito positiva (Coordenadora Geral).

A COOPAED busca, além de gerar renda para os cooperados, expandir os benefícios para outros moradores do bairro. Por exemplo, dois dos instrutores da capacitação profissional, realizada por meio do projeto da Petrobrás, foram selecionados no bairro. Além disto, tenta-se, na medida do possível, realizar as compras no bairro. No entanto isto nem sempre é possível em virtude do deslocamento e da limitação de capital de giro que faz com que se compre em pequenas quantidades e nas proximidades da cantina, à medida que os produtos vão sendo vendidos e precisam de reposição.

O apoio da comunidade tem sido decisivo ao funcionamento da COOPAED. Um dos exemplos emblemáticos na sua história aconteceu em um evento em que fecharam uma encomenda de 2.000 litros de suco, sem ter refrigeradores para armazenagem nem liquidificadores para produção. Alguns terreiros do bairro emprestaram os liquidificadores e disponibilizaram espaço nos seus refrigeradores para estocagem, o que foi feito também por muitos moradores.

O apoio à cooperativa vem de diversas instituições, tais como os terreiros, as associações de bairro e a igreja. Uma das associações, por exemplo, está reformando sua sede e disponibilizará, depois de concluída a reforma, um espaço fixo com cozinha para a cooperativa. Uma cooperada afirmou:

A cooperativa hoje trabalha dentro da UNIFACS mas não é da UNIFACS, não é da EPADE, é da comunidade do Engenho Velho da Federação. E isso é muito forte pra gente. Por que o Engenho Velho foi criado por causa das raízes negras. Foram os quilombos que vieram pra aqui, foram os negros que veio pra aqui formar este todo. Então é muito ligado com o candomblé. O Engenho Velho tem mais ou menos 30 terreiros. Cada rua praticamente tem um. E eles trabalham aqui dentro não só com o candomblé, trabalham com o social [...] (Coordenadora Geral).

Mas a preocupação com o ambiente externo não se refere apenas à comunidade, mas também ao consumidor dos seus produtos. Ainda com as limitações existentes, na COOPAED há uma grande cuidado em relação à qualidade dos produtos que são vendidos e com o bem-estar do consumidor, o que interfere na escolha do material a ser utilizado na produção dos alimentos e, conseqüentemente, nos custos e no resultado financeiro.

- Nível de articulação em redes

A COOPAED, ao longo da sua existência buscou articular-se com outras organizações, o que foi crucial para sua sobrevivência. Isto aconteceu durante o período em que esteve sem assessoria. Como disse uma integrante:

A gente conseguiu provar que sem assessoria a cooperativa conseguiu se firmar e chegar até aqui. E isso é muito importante porque tem cooperativas que, quando a assessoria deixa ela cai, eles se desmotivam e param. E a gente sem assessoria conseguiu fazer muito mais. Provou uma capacidade que nem a gente sabia que tinha. De buscar os parceiros, buscar pessoas para ajudar, o que não sabia buscava outra pessoa, ia pra a Coopertane, ia pro Fórum, buscava a ADS. Acabou pegando parceiros como a CESI, como o sindicato, como a ADS, como a Abong, porque o que não sabia fazer buscava alguém que sabia. Então, se tivesse ficado só com eles

[assessoria], não tinha ido buscar outros parceiros. E hoje a cooperativa tem um grande número de amigos (Coordenadora Geral).

- Grau de autonomia institucional

A COOPAED, durante o período em que esteve sem assessoria, tinha uma grande autonomia em relação às suas ações. Um dos membros, ao ser questionado sobre a relação entre o período com e sem assessoria, disse: “O que teve de bom foi que trouxe para o grupo mais maturidade e caminhar com as próprias pernas, mas o ruim foi que às vezes a gente se sentia igual a criança abandonada”. Tal situação fez com que o grupo ficasse forte e lutasse por conseguir manter o empreendimento na perspectiva de uma sustentabilidade futura.

Com a volta da assessoria da EPADE, algumas dificuldades de adaptação foram sentidas pelo grupo da COOPAED, visto que passaram a ter mais de perto uma pessoa que os orientasse e chamasse a atenção dos seus erros, buscando a profissionalização e a melhoria das suas atividades. Isto fez, por exemplo, com que alguns membros saíssem por não poderem dedicar-se regularmente à cooperativa, gerando uma certa instabilidade. As diversas mudanças decorrentes da presença do gestor social do EPADE interferiram no grupo. Um dos cooperados afirmou em entrevista:

Uma vez eu comentei com as meninas que eu não sei como o projeto está nos ajudando. E cheguei a duvidar disso. Porque como a gente tinha muita autonomia, tinha muita, hoje em dia tem menos, e sinto que o grupo tá assim, meio fora da adaptação, perdeu um pouco o chão. Antes tinha convicções firmes [...]. Os meninos tinham uma segurança muito grande no que diziam e no que faziam. Hoje em dia muitos ficam calados com a presença de [assessor da EPADE] porque não tem segurança no que tá dizendo. Acha que pode tá dizendo errado e prejudicar o grupo (Coordenadora Geral).

Tal processo foi sendo revertido gradativamente, através de muito diálogo, muitas reuniões para uma adaptação entre a assessoria e a cooperativa. Como disse um integrante, “Hoje para mim [a COOPAED] é um grupo [...] que continua unido, tem mais firmeza e quer ser profissional, decidiu o que é que quer”. Este fato evidencia a necessidade de adaptação entre a cooperativa e o incubador.

### 3.1.4 Dimensão gestão

No que se refere à capacidade efetiva de gestão da COOPAED, observou-se que, apesar de seus cooperados terem conseguido levar adiante as atividades da cooperativa por quase um ano, período no qual esteve sem assessoria constante, ainda se faz necessário treinamento técnico e gerencial. Isto interfere na dinâmica organizacional, pois os cooperados não são capazes ainda de gerir plenamente o seu empreendimento. No entanto, as limitações não são apenas técnicas e gerenciais, mas da própria infra-estrutura do empreendimento.

#### 3.1.4.1 Infra-estrutura

- Acesso aos meios de produção

A COOPAED não conta com todos os meios de produção necessários para suas atividades. Ocasionalmente, alguns utensílios e equipamentos são tomados por empréstimo de pessoas da comunidade, familiares e de membros da EPADE.

Muitos dos utensílios de produção que possuem não estão em bom estado de conservação, pois foram comprados usados. Com o financiamento do projeto aprovado pela Petrobrás, estão sendo comprados novos utensílios e equipamentos.

A falta de equipamentos adequados, como dito anteriormente, tem interferência nos custos da cooperativa e na sustentabilidade, pois, diante da limitada capacidade de produção e armazenagem, é preciso produzir diversas vezes ao dia em pouca quantidade e, por vezes, falta produtos para a comercialização.

- Acesso a tecnologias gerenciais

Ainda não são utilizados na COOPAED controles eletrônicos (como planilhas) para controle financeiro, que é realizado manualmente. Isto dificulta a análise financeira para propor ajuste e buscar a sustentabilidade.

- Acesso a espaço físico

A COOPAED tem, sob a forma de empréstimo, duas cantinas da UNIFACS. Isto é fundamental para a busca pela sustentabilidade, visto que, se não existisse este espaço cedido, no nível de subsistência em que se encontram, não teriam como se manter em operação.

### 3.1.4.2 Conhecimento

- Habilidade técnica

É necessário também mais conhecimento técnico para a produção de alimentos a serem comercializados, visto que ainda existem produtos que precisam ser comprados prontos para consumo, de diversos fornecedores, tais como moradores do bairro e de outras cooperativas e empresas, podendo representar um custo maior do que se fosse produzido internamente.

Em relação ao atendimento ao cliente, apesar de buscarem oferecer-lhe produtos de qualidade, por vezes pecam pela falta de profissionalismo, reproduzindo um modo de agir típico do ambiente doméstico no ambiente profissional. Isto acontece, por exemplo, quando determinado cooperado fica descalço na cantina, ou sem proteção na cabeça, com vestimentas impróprias para o desempenho de sua função, como se estivesse no seu ambiente domiciliar<sup>35</sup>. Outra postura não profissional se manifesta quando não oferecem produtos adequados em função da sua limitação de infra-estrutura física e esperam uma compreensão do cliente sobre isto, como em uma ocasião em que ofereceram em um evento na UNIFACS sucos na temperatura ambiente por insuficiência de equipamentos de refrigeração. Algo que preocupa é a postura de algumas pessoas de esperar a compreensão do cliente para as suas limitações e status de empreendimento solidário, justificando assim suas falhas. Isto prejudica a interface da cooperativa com o universo mercantil, uma vez que pode afetar sua credibilidade perante os clientes, trazendo conseqüências para a sua sustentabilidade.

---

<sup>35</sup> Através do projeto, foram compradas fardas apropriadas.



- Habilidade gerencial

Na COOPAED, ainda existe carência formativa em termos de gestão, sobretudo em relação à parte financeira. Observamos que os controles financeiros ainda são feitos de forma manual, em papéis e cadernos, o que demanda mais tempo do que se fossem informatizados. Além disto, ainda em relação ao aspecto financeiro, na COOPAED ainda há uma dificuldades no cálculo dos preços dos produtos e no controle financeiro, sobretudo em relação aos gastos, o que prejudica a sustentabilidade e viabilidade da cooperativa. A Coordenadora Financeira afirmou: “a gente sabe que gasta menos do que agente ganha. Porque o cachorro quente com suco a gente vende por R\$ 1,50 e aí fora é R\$ 1,00”. Esta passagem mostra que, ao invés de calcular o custo do produto e, depois, definir o preço e compará-lo com o do mercado, o parâmetro utilizado à priori é o mercado, desconsiderando a análise do custo da matéria-prima.

O processo de informação na COOPAED, em relação ao financeiro, é feito quinzenalmente em reuniões. As demais informações são passadas por telefone ou através dos recados colocados na geladeira e do livro de ocorrência. Além disto, por serem vizinhos, os cooperados, quando necessário, se comunicam no próprio bairro.

Em relação à organização do trabalho, na COOPEAD, algumas decisões que envolvem todo o grupo, como a escala de trabalho da semana, são decididas coletivamente em reuniões. Não existe um planejamento prévio do trabalho do dia, em termos de divisão de tarefas, que são realizadas à medida que os cooperados chegam ao empreendimento. Os cooperados trabalham um turno diário, para que possam, no outro turno, desenvolver alguma atividade remunerada fora da cooperativa, uma vez que o empreendimento ainda não consegue remunerar regularmente a mão-de-obra dos cooperados. No início desta pesquisa, o horário de trabalho era feito em função da disponibilidade de cada um, mas, com o início do projeto da Petrobrás, foi buscada uma maior regularidade e organização dos horários, com o intuito de distribuir melhor o trabalho. Neste processo, algumas pessoas que não podiam cumprir um horário regular e que, apesar de contribuir da sua forma particular, sobrecarregavam os outros membros, acabaram afastando-se por não poder dedicar o tempo que havia sido decidido pelo grupo.

Visando definir alguns pontos essenciais para o relacionamento interpessoal, foram estabelecidas regras de convivência, que ficam afixadas na parede das cantinas.

Apesar da carência ainda existente em termos de habilidade gerencial, muitos avanços foram conquistados por meio de cursos. O fato de fazer parte de uma cooperativa tem proporcionado a muitos dos integrantes da COOPAED a oportunidade de participar de cursos a que fora desta não teriam acesso ou não poderiam pagar. Recentemente, por exemplo, tiveram curso, através do Programa Nacional de Qualificação (PNQ)<sup>36</sup>, de design e informática. Além disto, a EPADE, sempre que possível, viabiliza a participação dos membros da COOPAED em cursos. O mesmo vem acontecendo por meio da Secretaria da Economia, Emprego e Renda do Município de Salvador (SEMPRE), cujos cursos são oferecidos pelo Fórum Baiano de Economia Solidária e divulgados em seguida<sup>37</sup>. Como disse um cooperado:

Teve um ano que a gente sente que passou por uma grande escola. E que o dinheiro não paga o aprendizado. Porque se a gente fosse 'tá' pagando curso por aí para tomar não teria condições de tomar. E o que aprendeu este ano todo, quem sair hoje monta qualquer negócio e toma conta. É só botar em prática tudo que aprendeu (Coordenadora Geral).

- Formação geral (sociopolítica)

Na COOPAED, além dos ganhos em termos profissionais, os ganhos em termos de formação sociopolítica foram destacados por alguns cooperados. Tal formação contribui positivamente para a gestão do empreendimento da economia solidária e para sua sustentabilidade, uma vez que, caso seus membros não compreendam o que é cooperativismo, o que é trabalhar coletivamente e não se empenhem neste sentido, a experiência pode fracassar pela própria falta de dedicação. Como disse um cooperado:

Ganhei aprendizado, ganhei muitos amigos. Antes eu nem sabia o que vinha a ser economia solidária. Eu sabia o que era cooperativismo mas não sabia o que era montar uma cooperativa. Antes eu trabalhei em comércio, em lojas, em casa de família e nunca tinha trabalhado em grupo. Aprendi

<sup>36</sup> Maiores informações sobre o PNQ podem ser obtidas no site <http://www.mte.gov.br/Trabalhador/QualProf/Conteudo/Introducao.asp>

<sup>37</sup> Estes cursos poderiam ser classificados, no quadro de análise, como subsídios não governamentais (no caso da EPADE) e como subsídios governamentais (no caso da SEMPRE e do PNQ). No entanto, optamos por discuti-los aqui para destacar a importância da capacitação para a gestão, e, conseqüentemente para a sustentabilidade dos EES.

muito sobre economia solidária e consumo ético. Tanto que minha mãe fica louca lá em casa comigo vendo o que pode ou não comprar. O grupo é fundamental na minha vida. Antes eu me sentia aluada. Não só o conhecimento com o grupo, mas com o mundo aí fora. [...] 'Tá' participando de reuniões fora. Ter a responsabilidade de ir falar pelo grupo (Coordenadora Financeira).

Outros aspectos que contribuíram para a formação dos membros da COOPAED foram as viagens a outros estados, a participação em fóruns, atividades a que, se ficassem na comunidade isolados, não teriam acesso. Isto motiva o grupo a continuar e batalhar pela sustentabilidade, em seu componente mercantil. Até mesmo o pensar político foi exercitado pela participação neste empreendimento. Segundo a Coordenadora Geral, “a maioria não gostava de política. Tinha abominação de política. Mas percebeu que para ter inserção você precisa saber entender de política. Para você buscar os seus direitos e conseguir conquistar, tem que se envolver politicamente”. A COOPAED tem hoje pessoas de diversas entidades religiosas da comunidade, tais como cristãos, católicos e do candomblé, mas a pauta das discussões não gira em torno da religião, mas de questões relativas a trabalho social e a política.

### 3.2 COOPERATIVA DE CONFECÇÃO DA COMUNIDADE DE PLATAFORMA (COOPERCONFEC)

A Cooperativa de Confecção da Comunidade de Plataforma (COOPERCONFEC) é uma cooperativa de costureiras localizada em São Bartolomeu, área do Bairro de Plataforma, região do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Sua atividade produtiva concentra-se em duas linhas: uma de facção<sup>38</sup>, em que os clientes levam peças já pré-cortadas para costura; e a outra de fabricação de produtos completos, em que a cooperativa é responsável por todo o processo, desde a modelagem até a compra da matéria prima, corte e costura.

Já havia, nesta região, uma movimentação por conta do clube de mães, fruto de uma iniciativa da Igreja Católica da Paróquia São Brás de Plataforma,

---

<sup>38</sup> Facção é um tipo de produção em que o produtor recebe do seu cliente as peças para costurar já cortadas, para realizar a junção e o acabamento.

que disponibilizava um espaço nas suas dependências para as o grupo, que estava sem atividade regular.

Em 1998, a partir de uma iniciativa do PANGEA em parceria com a Secretaria de Trabalho e Ação Social da Bahia (SETRAS) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi executado o projeto de Educação Cooperativista e Tecnologias de Autogestão, que introduziu conceitos básicos de cooperativismo na comunidade de São Bartolomeu. Posteriormente, foi desenvolvido, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, o Projeto Ecoscambio, com financiamento da União Européia. Tal projeto teve como objetivo estimular ações que buscam contribuir para a afirmação de um modelo de desenvolvimento sócio-econômico, ambientalmente sustentável, em regiões de periferia urbano-marginais. Este novo estímulo possibilitou a identificação e a definição de um grupo que já apresenta características de coesão e habilidade inicial em técnica de costura (BUNCHAFT, 2004).

Através do Projeto Ecoscambio, foi possível viabilizar apoio técnico (estilista, modelista, encarregada de produção), matéria-prima para produção, capacitação em técnicas de costura, lanche e os custos de instalação e alguns equipamentos, além da reforma do espaço disponibilizado pela igreja. Naquela época conseguiram realizar algumas vendas, mas não suficientes para remunerar as integrantes do grupo.

Com o término do projeto Ecoscambio, a equipe do Pangea que assessorava o grupo se afastou, fazendo com que as costureiras tivessem que ficar à frente do seu empreendimento e buscar, por meio de relações mercantis, recursos para cobrir as despesas do empreendimento. No entanto, as vendas que realizavam não forneciam os recursos necessários para, além de cobrir as despesas, remunerar regularmente as integrantes do grupo. Além de não ter clientes com demanda suficiente, as costureiras não tinham ainda agilidade necessária na produção, pois apenas haviam concluído o curso de costura e estavam costurando há aproximadamente seis meses. A falta de um rendimento regular fez com que as pessoas passassem a buscar outras fontes de renda. Muitas precisavam ajudar no orçamento doméstico e outras eram chefes de família.

Com o tempo, isto causou uma grande instabilidade no grupo, que foi perdendo membros gradativamente. A irregularidade de trabalho e renda foi relatada como motivo relevante para esta evasão, restando, no entanto, algumas (5 das 30 que havia inicialmente) que acreditavam que a experiência traria resultados positivos. Esta esperança relaciona-se com a realidade destas mulheres negras, em situação de pobreza, em média com baixa escolaridade e em uma idade em que os empregos formais tornam-se cada vez mais difíceis.

- Primeiro ano de incubação

Em 2001 o Pangea apresentou para a Fundação Telefônica o projeto “Cidadania, valorização social e geração de trabalho e renda em bases associativistas para mulheres de baixa renda do estado da Bahia” (BUNCHAFT, 2004), cuja execução foi iniciada em janeiro de 2002. O processo de incubação incluía o desenvolvimento de atividades de capacitação em habilidades específicas (técnicas de costura), habilidades de gestão (curso de formação em cooperativismo) e habilidades básicas (cidadania, projeto de vida, identidade pessoal e coletiva, etc.), com o objetivo de propiciar e fortalecer a integração do grupo e contribuir para o modo coletivo de produção. Para a sua execução, contou-se com uma equipe constituída de um coordenador geral, uma estilista e modelista, uma administradora, uma pedagoga, uma encarregada de produção e uma psicóloga social (BUNCHAFT, 2004). Estas pessoas, nesta fase, eram responsáveis pela gestão do empreendimento e não havia participação das cooperadas<sup>39</sup>.

O grupo que, antes do início da incubação, já apresentava uma produção inicial em pequena escala, teve ampliada a sua capacidade produtiva, incorporou novas costureiras, recebeu novas máquinas, mudou para um espaço maior alugado, obteve projeção na mídia e iniciou uma trajetória de fixação de sua imagem no mercado. Nesta mesma época, o grupo registrou-se legalmente como Cooperativa de Confecção da Comunidade de Plataforma – COOPERCONFEC.

---

<sup>39</sup> Apesar de contarem com computadores, estes não eram utilizados para registrar a movimentação financeira, cujo controle era feito pela pessoa designada pelo incubador, através de anotações em pedaços de papel. Com isto, muitas informações dependiam dela ou simplesmente se perdiam, dificultando um controle efetivo. A informatização destes registros começou a ser feita a partir de 2003, e em 2004 são plenamente implantados, na cooperativa, os sistemas de controle gerencial, sob orientação do incubador.

Um aspecto a ser sublinhado em relação à COOPERCONFEC é a preocupação, desde o início, com sua inserção no mercado, com o objetivo de gerar renda para as cooperadas. Para isto, foram feitas pesquisas de mercado e estudos de viabilidade.

Em setembro de 2002, a COOPERCONFEC foi convidada pelo Shopping Center Lapa para abrir sua semana de moda, a CENTER LAPA FASHION MIX, com o apoio da Telebahia Celular que patrocinou toda a confecção dos modelos apresentados pela Cooperativa no desfile. Com ampla cobertura de mídia, o evento obteve como resultado direto o apoio do Shopping Center Lapa que disponibilizou uma loja para a “São Bartolomeu”, sem ônus de aluguel e condomínio, cuja reforma foi patrocinada pela Telebahia Celular.

De acordo com Bunchaft (2004), o destaque na mídia fez com que a cooperativa recebesse o apoio de entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), e pelo Serviço Nacional de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), que começaram a colaborar através de divulgação e capacitação. Neste sentido, foi oferecido pelo SEBRAE, ineditamente a uma organização popular em base solidária, o Programa de Atualização Tecnológica para Microempresas (PATME).

- Segundo ano de incubação

Em 2003, a Fundação Telefônica renovou o financiamento do projeto por mais um ano. A equipe do incubador foi modificada, mantendo o mesmo coordenador geral e contando com uma equipe composta de um gerente operacional, um administrador da área financeira e comercial, um encarregado de produção, um estilista, um consultor na área de cooperativismo, uma modelista e uma cooperada (eleita pelo grupo como Secretária) para desempenhar a função de assistente administrativo-comercial, “[...] que trabalhava em parceria com o administrador contratado pela incubadora” (BUNCHAFT, 2004, p. 67). Até então, a equipe do incubador vinha assumindo a gestão do empreendimento, sem a participação ativa das cooperadas. Algumas vezes, esta participação restringia-se à assinatura de cheques e serviços de banco. A partir deste ano, começa a haver uma maior participação das cooperadas, na figura da presidente e da secretária, na gestão do empreendimento.

Em fevereiro de 2003, foi inaugurada a “São Bartolomeu”, que tinha como objetivo escoar a produção das cooperadas e expor peças de estilistas

baianos de vanguarda, parceiros da cooperativa. No entanto, a loja não obteve êxito como canal de escoamento da produção. Como disse a presidente da COOPERCONFEC, “a loja era mais marketing. Eu não considero a loja como sendo da cooperativa. A loja nunca deu resultado financeiro para a cooperativa”. O maior valor da loja estava no que representava em termos institucionais, pois dava visibilidade ao shopping e aos envolvidos no projeto: a cooperativa, o incubador e o financiador.

Em outubro de 2003, com o patrocínio da VIVO (antiga Telebahia Celular), a COOPERCONFEC participou novamente do CENTER LAPA FASHION MIX, onde apresentou sua coleção primavera-verão e realizou o lançamento da sua grife – São Bartolomeu – marca que valoriza a região do Parque São Bartolomeu, área de grande riqueza histórica e ambiental.

- Terceiro ano de incubação

A parceira com a Fundação Telefônica<sup>40</sup> e o Instituto VIVO, renovada novamente em 2004, possibilitou à Cooperativa a ampliação e modernização de seu maquinário, bem como sua consolidação no mercado soteropolitano e o acompanhamento técnico às costureiras. Neste ano, um fato importante é a mudança da sede antiga alugada para a sede própria, financiada pelo Banco Mundial.

A equipe do Pangea no projeto foi mais uma vez reformulada neste ano, passando a ser constituída de um administrador, uma assistente social, um responsável pelo marketing e um responsável pela capacitação, além do coordenador que se manteve. Em seguida, mais uma reformulação: o coordenador e o administrador de cooperativas permanecem e os demais integrantes deixam de participar do projeto.

Neste ano, são implementados sistemas gerenciais, tais como o controle de produção, de remuneração e controle bancário. Tais controles, apesar de serem implementados pelo gestor social do Pangea, têm como responsável pela execução a secretária da cooperativa, que atua na área administrativo-financeira do empreendimento. A presença cotidiana do Pangea propicia aos cooperados uma espécie de formação através da prática da gestão.

---

<sup>40</sup> No Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa 2004 foi divulgado o investimento realizado pela Telefônica São Paulo na COOPERCONFEC no valor total (2004) de R\$ 350.000.

Neste ano, as cooperadas passam a contribuir para a previdência social<sup>41</sup>, como autônomas, e com o valor descontado da sua remuneração.

- Quarto ano de incubação

Em 2005, o projeto não foi renovado, e, conseqüentemente, passaram a ocorrer mudanças na cooperativa. Apesar de todo o processo formativo e do acompanhamento técnico do PANGEA, a COOPERCONFEC ainda não estava preparada para o término da incubação. A possibilidade de não conseguirem cobrir os custos fixos, anteriormente pagos pelo projeto, fez com que passassem a se preocupar mais com a sustentabilidade econômico–mercantil da cooperativa. Temendo não conseguir pagar suas despesas, a cooperativa buscou incorporar novas cooperadas visando o aumento de produção e, conseqüentemente, do faturamento e reduziram as despesas. A incorporação de novas cooperadas e a busca pelo aumento de produção tiveram conseqüências como, por exemplo, a saída de algumas cooperadas e problemas no cumprimento de prazos de entrega.

A cooperativa está inserida no mercado com um número de clientes que demandam mais do que a cooperativa é capaz de atender. O quadro de clientes é composto principalmente por serviços de facção, atividade esta que representa 95% do faturamento da Cooperativa. Este fato exige elevada produtividade para se obter renda satisfatória<sup>42</sup>. Apesar de contarem com uma clientela potencial, o que produzem e comercializam ainda não é suficiente para pagar suas despesas, pois a produtividade das cooperadas, em geral, é baixa, principalmente devido a fatores como a falta de assiduidade e o absenteísmo.

Durante este longo caminho percorrido pela COOPERCONFEC, passaram pela cooperativa cerca de 50 integrantes. Atualmente, a cooperativa conta com 21 cooperadas. Destas: 3 vieram dos projetos anteriores à incubação; 4 da turma de 2002 da incubação; 2 da turma de 2003 e 2 de 2004; as demais entraram em 2005.

É importante sublinhar que as equipes do incubador, sobretudo nos primeiros anos do projeto, tiveram uma postura de assumir a gestão do

---

<sup>41</sup> Através da Previdência Social, o trabalhador que contribui passa a ter direito a renda quando perde a capacidade de trabalho, seja pela doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário, ou mesmo a maternidade e a reclusão. Para mais informações, consultar a página <[www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)>.

<sup>42</sup> Entendemos por renda satisfatória a equivalente, no mínimo, a um salário mínimo (R\$ 300,00 atualmente).



empreendimento, o que muitas vezes gerava conflitos com alguns cooperados. Esta postura foi mudando ao longo do tempo, mas ainda assim as cooperadas ainda não conseguem realizar a gestão do seu empreendimento plenamente.

### 3.2.1 Dimensão econômica

#### 3.2.1.1 Componente mercantil

Na COOPERCONFEC, as costureiras conseguem obter renda por meio da venda de produtos e serviços de facção. Ao contrário de muitos empreendimentos, a cooperativa não tem problemas com a captação de clientes, que reconhecem a excelente qualidade dos seus produtos e serviços. No entanto, a taxa administrativa<sup>43</sup>, que advém do ganho proveniente da mão-de-obra do produto em comercialização, não é suficiente para cobrir as despesas da cooperativa, em grande parte pagas até então pelo financiador. Este empreendimento está operando ainda no nível de subsistência, mas se aproximando da sustentabilidade.

A COOPERCONFEC está inserida em um mercado competitivo, que exige preços baixos. Uma das dificuldades apontadas neste sentido é a impossibilidade de realizar compras em grande quantidade em seus fornecedores, obtendo ganhos de escala que reduziriam o custo do produto e garantindo uma maior sobra para a cooperativa.

Um dos maiores problemas da comercialização na COOPERCONFEC é o cumprimento do prazo de entrega, algo comum a muitos empreendimentos de economia solidária. O principal motivo para isto é a falta de assiduidade das cooperadas, visto que é comum a incidência de faltas e atrasos. De acordo com uma das cooperadas, isto não seria o motivo suficiente para o não cumprimento dos prazos junto a clientes, já que poderia ser compensado por um esforço adicional em outros horários, desde que houvesse o compromisso com o prazo. Mas este compromisso não existe por parte de algumas cooperadas, que não se apropriaram do empreendimento. Conseqüentemente, o grupo como um todo acaba sendo

---

<sup>43</sup> A taxa administrativa, que representa 20 % do valor da mão-de-obra, é o valor destinado à manutenção da cooperativa.

prejudicado, pois a maior parte da produção é em série e, se a parte de uma cooperada não é cumprida, a cooperada responsável pelo processo seguinte acaba tendo o seu trabalho prejudicado, ou pela demora em receber a peça, ou por ter que desempenhar a tarefa da primeira. Outros fatores que contribuem no atraso na entrega são os problemas com a organização da produção, em relação à coordenação das etapas de fabricação do produto.

De acordo com o Pangea (2003), a remuneração das cooperadas do COOPERCONFEC foi importante para que as associadas pudessem entender o potencial que a Cooperativa possui para a geração de renda, mantendo-as coesas e permitindo que auferissem rendimentos que, diante ao seu nível econômico anterior, foi significativo para a composição de sua renda doméstica. No entanto, a rotatividade das cooperadas durante todo o processo, desde 2002, mostra que, apesar de relevante para a estabilidade do quadro social, a renda não é por si só suficiente para que as cooperadas continuem no empreendimento ou para que o grupo seja coeso.

### 3.2.1.2 Componente não mercantil

- Subsídios governamentais

A COOPERCONFEC não tem contado com subsídios governamentais, com exceção de um Programa de Atualização Tecnológica para Microempresas (PATME) do tipo modernização tecnológica da produção, fornecido pelo Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), em novembro de 2002.

- Subsídios não-governamentais

Na COOPERCONFEC, os recursos financeiros obtidos para seu funcionamento vieram de projetos financiados pela Fundação Telefônica e pela TeleBahia Celular. As cooperadas nunca tiveram acesso ao projeto nem ciência dos valores disponibilizados, administrados exclusivamente pelo Pangea.

Grande parte das máquinas e equipamentos foi adquirida através do projeto financiado pela Fundação Telefônica - "Cidadania, valorização social e geração de trabalho e renda em bases associativistas para mulheres de baixa renda do estado da Bahia" - aprovado em 2002 e renovado em 2003 e 2004.

Através do projeto financiado pela Fundação Telefônica, foram oferecidas às integrantes da COOPERCONFEC formação técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em habilidades específicas (técnicas de costura), atividades de capacitação em habilidades de gestão (curso de formação em cooperativismo) e habilidades básicas (cidadania, projeto de vida, identidade pessoal e coletiva, etc.), com o objetivo de propiciar e fortalecer a integração do grupo e contribuir para o modo coletivo de produção (BUNCHAFT, 2003). Segundo Bunchaft (2004), a alocação de recursos neste projeto contemplou o aperfeiçoamento profissional e o aumento de produtividade, a capacitação gerencial, ações de comercialização, além de um trabalho em relação às questões de cidadania e auto-estima.

Outra ação realizada através dos subsídios não governamentais na COOPERCONFEC foi a assessoria técnica, algo de fundamental importância para os empreendimentos da economia solidária. Através do projeto aprovado pela fundação telefônica, a COOPERCONFEC contou durante três anos com a assessoria de uma equipe do PANGEA.

A formação técnica da equipe, ao longo destes 4 anos, sofreu alterações. Além disto, houve uma grande rotatividade de pessoas da incubadora, por vezes para desempenhar o mesmo papel. Durante estes anos, a postura da equipe do Pangea, em relação às cooperadas foi variável. Inicialmente, havia uma postura de centralização de atividades por parte da equipe, que não permitia a participação das cooperadas na gestão do seu próprio empreendimento, o que, por vezes, gerava conflito membros da cooperativa. Esta postura foi mudando com o tempo. Algumas possibilidades existem para tal fato: características de caráter pessoal ou formativo dos integrantes da equipe do Pangea, que tendiam a concentrar ou dividir a gestão com os cooperados; avanços em relação ao estágio de desenvolvimento da cooperativa, pois é possível que no início das atividades, quando ainda estava ocorrendo o processo de capacitação, as cooperadas ainda não possuíssem a capacidade de gerir seu empreendimento; maior conscientização dos cooperados; e mudança do direcionamento do Pangea.

A partir de meados de 2003 e ao longo de 2004, as cooperadas foram estimuladas continuamente a assumirem a gestão do seu empreendimento.

A presença do incubador no cotidiano do empreendimento, até que alcance o nível de sustentabilidade, é importante para a aplicação do processo

formativo recebido pelos cooperados na prática. Para que esta inserção contribua para a ampliação e consolidação do conhecimento, é imprescindível que seja feita de forma participativa. Como disse o Gestor do Pangea,

O fato de ter passado por um processo formativo e pelo projeto, com a atuação de um gestor no dia a dia fez com que elas hoje estivessem aptas a se desenvolverem e seguirem sozinhas. Se elas não tivessem aprendido, a [secretária da COOPERCONFEC] nunca iria criar uma planilha. Nunca iria ter este controle. A contabilidade nunca iria ficar certa. Elas viram que é muito melhor se elas tiverem controle do que se alguém controlar para elas. A informação é delas. Aliás, é de algumas delas, de uma minoria (Gestor Social do Pangea).

- Doações monetárias individuais

Não foram identificadas na COOPERCONFEC.

### 3.2.1.3 Componente não monetário

- Trabalho voluntário

Na COOPERCONFEC, não foi identificado este tipo prática.

- Doações não monetárias (móveis, equipamentos, utensílios)

Em termos de doações, a cooperativa recebeu a sua sede através do Banco Mundial.

- Práticas recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)

Na COOPERCONFEC, não foi identificado este tipo de prática.

### 3.2.2 Dimensão social

#### 3.2.2.1 Componente construção do vínculo associativo

- Padrão de sociabilidade

Na COOPERCONFEC, apesar de todo o processo formativo, um dos problemas apontados é a existência de pessoas que ainda não assimilaram a forma

organizacional cooperativa. Ou seja, há cooperadas que ainda não se sentem como proprietárias de um empreendimento coletivo, e, com isto, responsáveis por seu sucesso ou fracasso. Existem pessoas com diferentes tipos de inserção no grupo. Algumas estão lá, por exemplo, com o objetivo de se satisfazerem no âmbito das relações, e, destarte, a remuneração assume um papel secundário. Isto leva a uma série de conseqüências, sobretudo em relação ao compromisso com o trabalho e com prazos. Como disse um das cooperadas, “elas não vê que estão livres do chicote do patrão”. Por um lado, este formato faz com que achem que podem agir como bem quiserem, por não poderem ser demitidas, o que prejudica a produção. Por outro lado, algumas gostariam de ter um fixo por mês, como acontece nas empresas, independente da produção. Isto interfere na produtividade, e no rendimento das cooperadas – por vezes a pessoa não produz porque ganha pouco e ganha pouco porque não produz, como disse uma cooperada:

Com esses horários que a pessoa tem começa a ganhar pouco, ai chega no final do mês e o salário é pouquinho, ai vai se desmotivando por ela mesmo e acaba deixando. Chega no final do mês, ah o meu dinheiro só deu isso?! Mas agente ganha por produção. Se eu não fizer não vou ganhar (Encarregada de Produção).

O tipo de vínculo pessoal prejudica a dinâmica organizacional, sobretudo por dificultar o processo de cobrança entre os membros. Ou seja, as relações pessoais acabam estimulando, neste caso, o não trabalho e o paternalismo.

Por outro lado, uma das cooperadas afirmou que o lado profissional se manifesta em relação ao controle de qualidade, quando uma cooperada recebe uma peça errada e devolve para consertar, na linha de produção que é seqüencial, ao invés de passar adiante.

- Grau de coesão social

Na COOPERCONFEC, o grau de coesão grupal quando se trata de problemas das cooperadas, tanto pessoais quanto profissionais, mostrou-se alto diante da predisposição das cooperadas em auxiliar no que for possível umas às outras.

No entanto, considerando a rotatividade, o absenteísmo e a falta de pontualidade, percebe-se que o grupo não tem uma coesão alta, já que isto prejudica a cada cooperada e à cooperativa como um todo. Como disse a encarregada de produção, “ajudar o grupo é contribuir dessa forma também, sendo assíduo, participativo, tendo compromisso com o geral, inclusive com os clientes que ficaram esperando o produto no dia certo”.

Segundo o Gestor Social do Pangea que atua na COOPERCONFEC, a cooperativa é uma “panela gigante”, composta de amigas e familiares umas das outras. Isto dificultou a entrada de cooperadas novas por diversas vezes. Na visão do gestor, elas são extremamente amigas umas das outras, e reagem em defesa de alguma que ele tenha repreendido. Para ele, uma pequena parte do grupo é coeso, mas no geral as costureiras não têm coesão. As pessoas têm como objetivos auferir renda ou ocupar o tempo, numa espécie de “terapia ocupacional”.

Anteriormente, havia uma grande resistência por parte das cooperadas à entrada de novas integrantes, por não fazerem parte do histórico de luta da cooperativa, sobretudo das fundadoras, que haviam passado por uma grande batalha para chegar aonde chegaram. Esta resistência foi quebrada apenas no início de 2005, após o término do projeto, devido ao risco de a cooperativa não conseguir cobrir suas despesas. Assim, diante da necessidade de aumentar a produção, e, conseqüentemente, o faturamento, foram incorporadas novas integrantes.

### 3.2.3 Dimensão política

#### 3.2.3.1 Componente no nível interno

- Grau de democracia interna

Em relação à democracia interna, na COOPERCONFEC algumas decisões passam por todo o grupo, como, por exemplo, para a implementação de regras, horários, prazos de produção, mas existem outras, relacionadas com a gestão do empreendimento, que são tomadas pelas gerentes e encarregadas, como, por exemplo, a distribuição da produção.

Se não tiver os testas de ferro para determinar algumas funções a coisa embola. Então tem que ter as pessoas. Hoje projeto cobre [a remuneração dos dirigentes cooperados], amanhã com certeza isto vai ter que existir, a gente vai ter que remanejar alguns valores, que não seja um valor real, mas que seja um valor que cubra um pouco essa organização, pois se não, não dá para sobreviver (Presidente).

Para que a gestão tenha a agilidade que o mercado requer, é necessário que os seus gestores tenham certo poder de decisão para gerir o empreendimento. Na COOPERCONFEC, percebemos que, isto, de certo modo, já vem ocorrendo. Na prática, não são todas as pessoas que se envolvem e buscam as informações da cooperativa.

- Grau de comprometimento

Na COOPERCONFEC, o grau de comprometimento varia. Existem as cooperadas que são mais e as que são menos comprometidas, o que se reflete na produtividade, e, conseqüentemente, na sustentabilidade. Como disse uma das cooperadas,

Se não tiver compromisso não tem o produto pronto. Se você não entrega o produto também não tem dinheiro. Tem que ter compromisso para produzir. Se a gente não produzir não vai ter dinheiro para manter a cooperativa, para cobrir os custos (Encarregada de Produção)

### 3.2.3.2 Componente no nível institucional

- Existência de ação pública

A COOPERCONFEC não atua na comunidade, com exceção de uma ocasião em que doou camisas para um grupo de jovens do bairro. Existem duas visões da cooperativa no seu entorno, uma positiva e uma negativa. Por um lado, a cooperativa é vista de forma positiva pela comunidade, como um exemplo, no qual ninguém acreditava no início, mas que vem dando resultados positivos. Por outro lado, o modelo cooperativo, em que se ganha por produção, faz com que muitas pessoas se afastem e critiquem a cooperativa pelo bairro.

- Nível de articulação em redes

A COOPERCONFEC é filiada ao Sindicato do Vestuário (SINDIVEST), que ocasionalmente convida as cooperadas a participar de cursos. Em 2003, inseriu-se nas discussões da Rede de Melhoria da Competitividade da Indústria Têxtil (RETEX), mas as principais ações da RETEX voltavam-se para a compra de matéria-prima em uma escala grande, o que era inviável para a cooperativa. A cooperativa também aproximou-se do Bansol<sup>44</sup> na época que um dos técnicos do Pangea era membro da organização. Já produziu peças para uma associação e uma creche da comunidade.

A Loja São Bartolomeu<sup>45</sup>, cujo espaço foi cedido à COOPERCONFEC pelo Shopping Center Lapa, está aberta para venda de produtos ligados à moda e decoração de outras cooperativas e associações que não dispõem de canal de comercialização. Neste sentido, algumas parcerias foram firmadas com organizações de cunho social, como a Cooperativa Juvenil de Serviços Turísticos de São Bartolomeu (COOPERTUR) e a COOPARTES, ambas incubadas pelo Pangea, que têm nesta loja um dos poucos canais de comercialização, mas que ainda não tem contribuído para as vendas destas cooperativas.

- Grau de autonomia institucional

Na COOPERCONFEC, as cooperadas afirmaram ter autonomia para decidir sobre as atividades da cooperativa, mas, para a tomada de algumas decisões costumam consultar o gestor social do Pangea em busca de um parecer. Em relação às vendas e administração dos recursos destas proveniente, as cooperadas decidem. Em relação aos projetos de apoio, os recursos são administrados pelo Pangea, sem a participação das cooperadas. O contato com clientes é feito pelas cooperadas. Como ainda não conseguem gerar receita que seja suficiente para cobrir seus custos operacionais, as cooperadas acabam sendo ainda dependentes do Pangea e isto reflete na autonomia. É como a Presidente afirmou: “não somos totalmente independentes porque a gente precisa, né? E quando a gente precisa não é independente”.

---

<sup>44</sup> O Bansol é uma iniciativa destinada ao fomento da economia solidária, que envolve professores e estudantes da Escola de Administração da UFBA.

<sup>45</sup> Em junho de 2005 o Shopping Center Lapa solicitou o espaço ocupado pela São Bartolomeu. Com isto, a loja foi fechada em seguida e os cooperados que lá trabalhavam incorporaram o grupo produtivo da cooperativa.



Duas das razões apontadas para essa dependência são o medo e o comodismo, já que é mais fácil recorrer a quem detém o conhecimento técnico apropriado do que se utilizar a experiência e conhecimento adquirido ao longo do tempo.

É importante ainda destacar que ao longo do processo de incubação, iniciado em 2002, passaram pelo projeto inúmeras pessoas, ou seja, houve uma grande rotatividade de técnicos. Também a postura adotada pelo Pangea variou. Houve tempos, sobretudo nos primeiros momentos, em que as cooperadas se envolviam com a gestão do empreendimento. Segundo depoimentos, nos primeiros anos de incubação, as equipes do Pangea, apesar de solicitadas, não davam abertura à participação. Muitas vezes, a sala da administração até mesmo ficava fechada, inibindo o acesso e a participação. Isto começou a mudar em meados de 2003 e, em 2004, com a entrada de uma nova equipe, as cooperadas avançaram muito em termos da gestão do seu empreendimento. A parte financeira começou a ser realizada, de fato, pela Secretária da cooperativa, a princípio, em conjunto com o técnico do Pangea, agora, com a sua assessoria, e ela passou a ser estimulada constantemente a assumir esta responsabilidade, apesar de todos os receios e limitações que apresenta. Já a parte produtiva, as próprias cooperadas hoje são responsáveis pela produção, sob a orientação de cooperadas que assumiram os papéis de gerente de produção e de encarregada de produção. Como disse uma cooperada:

Transparência em relação ao que é , porque é o nosso nome. Antes tinha um evento e elas se arrumavam e iam. Hoje elas questionam. Tem que saber o que é direito, se será bom para a cooperativa. Hoje tem muito mais autonomia. Ele [gestor do Pangea] ouve a opinião delas e elas ouvem nossa opinião (Secretária).

Segundo o gestor social do Pangea, o processo formativo e a ação de uma assessoria são importantes para que a cooperativa se organize e se estruture visando uma autonomia e independência futura.

### 3.2.4 Dimensão gestão

#### 3.2.4.1 Infra-estrutura

- Acesso aos meios de produção<sup>46</sup>

A COOPERCONFEC tem um parque de máquina de excelente qualidade, em quantidade suficiente para todas as cooperadas trabalharem e atenderem a uma demanda maior do que a que vêm atendendo atualmente.

Se suas máquinas e equipamentos disponíveis fossem utilizados em plena capacidade, possivelmente a sua produção seria suficiente para garantir a sustentabilidade econômico-mercantil do empreendimento. No entanto, isto não acontece por causa da baixa produtividade das cooperadas.

- Acesso a tecnologias gerenciais

Do ponto de vista de ferramentas gerenciais, estas são utilizadas para controle de produção, conciliação bancária, faturamento e demais registros necessários para o controle financeiro e produtivo da cooperativa, todos informatizados.

- Acesso a espaço físico

A COOPERCONFEC é proprietária da sua sede, localizada em São Bartolomeu, um espaço amplo capaz de alojar todas as máquinas, a administração e a mesa de corte.

#### 3.2.4.2 Conhecimento

A rotatividade das cooperadas, ao longo dos quatro anos de existência da COOPERCONFEC, tem gerado conseqüências para a formação técnica, gerencial e sociopolítica das cooperadas.

- Habilidade técnica

Do ponto de vista técnico, as cooperadas possuem um relativo domínio das técnicas de costura. Seus produtos têm bom reconhecimento no meio da confecção. O problema apontado é a baixa produtividade, causada por fatores como atrasos, absenteísmo, falta de comprometimento. Além disto, existem algumas cooperadas que não têm conhecimento técnico suficiente e acabam por despendar mais tempo para produzir determinada peça. A baixa produtividade compromete a sustentabilidade do empreendimento, visto que, no final, registra-se um faturamento aquém do necessário para cobrir suas despesas.

Um aspecto presente na COOPERCONFEC, que tem interferência na gestão da cooperativa e na sua sustentabilidade, é o fato de a cooperativa adotar, como um dos critérios para entrada de novos cooperados, a habilidade prévia em costura. Isto reflete uma preocupação com a produtividade e o resultado da cooperativa.

- Habilidade gerencial

Na COOPERCONFEC, as cooperadas são responsáveis pela gestão do empreendimento, mas ainda precisam da assessoria do gestor social Pangea, para algumas atividades, sobretudo em relação a algumas questões gerenciais financeiras e contábeis, apesar da postura adotada pelo gestor social de capacitá-las para que assumissem a gestão. Tal postura reflete, segundo as cooperadas, uma insegurança, medo e comodismo, por terem alguém com maior conhecimento à sua disposição. É possível que caso o incubador se afastasse definitivamente, as cooperadas conseguiriam gerir seu empreendimento.

A partir de janeiro de 2005, com o término do projeto executado pelo Pangea que dava suporte financeiro às despesas da cooperativa, as costureiras de São Bartolomeu amadureceram muito, pois tomaram consciência da necessidade de gerir efetivamente o seu empreendimento e obter, por meio da comercialização, sua sustentabilidade do ponto de vista econômico-mercantil. As cooperadas começaram a perceber que algo que já vinha sendo discutido ao longo do processo de incubação – que a cooperativa um dia teria que “caminhar com as próprias pernas” – aconteceu. Isto gerou um processo de amadurecimento forçado e a percepção de que, se não agissem, perderiam o seu empreendimento por falta de recursos para

---

<sup>46</sup> Mais informações sobre os meios de produção desta cooperativas, ver inventário em Anexo.

pagar as despesas. Visando aumentar a produção e, conseqüentemente, a taxa administrativa (utilizada para cobrir as despesas), as costureiras começaram a receber novas cooperadas (algo a que anteriormente tinham grande resistência), algumas egressas de uma fábrica de onde foram demitidas, outras costureiras do bairro sem ocupação fixa. A entrada de costureiras novas com alto ritmo de produção, trazido de experiências de trabalhos anteriores, tornou perceptível a baixa produtividade das costureiras da COOPERCONFEC, gerando conflitos que levaram à saída de algumas, tanto antigas como novas.

Essa preocupação, no entanto, não foi assimilada por todas, visto que ainda existem pessoas que não estão comprometidas e que contribuem negativamente para a produtividade da COOPERCONFEC. Isto tem como conseqüência direta a impossibilidade de aumentar a comercialização dos produtos e serviços da cooperativa, e, conseqüentemente, a sua taxa administrativa, que ainda não é suficiente para pagamento das suas despesas. Por conseguinte, o alcance da sustentabilidade é dificultado.

A organização do processo de trabalho é decidido pelas cooperadas. No caso de produção, quando recebe uma encomenda, a gerente de produção verifica o valor da mão-de-obra, retira a taxa administrativa (20%), valoriza, recolhe o valor do acabamento (10%) e o resto é repartido pelas diversas atividades, a depender do grau de complexidade. A decisão sobre qual atividade cada cooperada realizará é tomada pela encarregada de produção, em função da respectiva habilidade técnica. Para resolver conflitos ocorridos em virtude da distribuição da produção, foram estipuladas regras, como por exemplo o horário de distribuição.

A gerente da produção afirmou não ser possível assegurar de forma precisa os prazos de entrega dos produtos confeccionados pelas costureiras. Uma das causas apontadas são as especificidades de cada produto. No entanto, o maior motivo para esta dificuldade em relação aos prazos consiste na produtividade irregular das cooperadas, que, por sua vez, é causada por fatores como habilidade técnica deficiente de algumas, falta de agilidade, falta de assiduidade, conversas excessivas durante a produção, não cumprimento de horários e falta de compromisso em relação aos prazos de entrega. Tal comportamento, prejudica a relação mercantil da cooperativa, e, conseqüentemente a sustentabilidade do ponto de vista econômico.

Isto reflete a falta de comprometimento de algumas cooperadas que não se sentem como donas do empreendimento, comprometidas com a produção. Algumas cooperadas não se preocupam com a produção mas com a presença física, muitas vezes irregular, na cooperativa, seja ela para fazer algo produtivo ou não (socializar-se por exemplo). Uma cooperada afirmou: “talvez porque agente precise entender melhor o que é a cooperativa ser da gente”. Além disto, muitas cooperadas nunca tiveram uma experiência formal de trabalho, com horário fixo ou vieram de uma vida de dona de casa, ou seja, fora do ritmo que o mercado ou o cliente necessitam. Como consequência da baixa produtividade e dos problemas de prazo, a COOPERCONFEC acaba atendendo a menos encomendas do que poderia e gerando um faturamento aquém do necessário para pagar suas despesas, que giram em torno de R\$ 2.000 por mês.

A organização e a existência de regras é importante para a gestão da cooperativa, e, conseqüentemente para a sua sustentabilidade. O fato de não poderem ser demitidas, é, para algumas, o motivo para não seguir as regras estabelecidas em termos de horário e de trabalho, desmotivando o grupo como um todo. Como disse uma cooperada:

Desmotiva até quem quer cumprir o horário porque se a produção não sai pega para quem trabalha, pra quem não trabalha pra todo mundo, porque no final do mês o dinheiro vai ser o mesmo. Tem gente dizendo que se não mudar ela não vai ficar, que chega no final do mês e a produção fica no salão e assim não dá pra ganhar. A parte dela ta feita mas e a minha que não ta feita? (Encarregada de Produção).

Uma questão a ser refletida, no caso da COOPERCONFEC, é por que as costureiras, tendo máquinas e equipamentos de excelente qualidade, conhecimento técnico para operá-las, sede própria, e clientes à disposição, simplesmente não fazem o seu trabalho da forma que poderiam, garantindo maiores ganhos para si e para o seu empreendimento? Ou seja, as costureiras da COOPERCONFEC têm a posse dos meios de produção, têm escoamento para esta produção, mas sua produção fica aquém do seu potencial. As entrevistas revelaram que possivelmente uma das razões é o fato de que as costureiras não assumiram plenamente o empreendimento como seu, com as responsabilidades e compromissos que isto requer. O que elas produzem é suficiente para atender às suas demandas pessoais, mas não para garantir o faturamento necessário para a cooperativa. É importante destacar que este comportamento não pode ser

generalizado por todo o grupo, mas gera conseqüências no resultado do empreendimento como um todo.

- Formação sociopolítica

Durante o período do projeto, foi oferecida às cooperadas a formação em habilidades básicas, contemplando temas como cidadania, projeto de vida, identidade pessoal e coletiva, cooperativismo, etc., com o objetivo de propiciar e fortalecer a integração do grupo e contribuir para o modo coletivo de produção. No entanto, o que se percebe, hoje, é que falta ao grupo uma certa coesão, comprometimento, sentimento e objetivo coletivo. Isto tem reflexos na sustentabilidade, principalmente quando se observam a baixa produtividade das cooperadas, a impontualidade e o absenteísmo.

### 3.3 A COOPERATIVA DOS JOVENS ARTESÃOS DO VALE DE PITUAÇU (COOPARTES)

A Cooperativa dos Jovens Artesãos do Vale de Pituaçu (COOPARTES) é uma cooperativa, ainda em fase de legalização, formada por 19 jovens afro-descendentes habitantes de bairros pobres do Miolo de Salvador<sup>47</sup>, com faixa etária entre 18 e 25 anos, em sua maioria mulheres, que atua no ramo de artesanato utilizando fibras naturais e material reciclado.

O processo embrionário para formação do que hoje se denomina COOPARTES data de 2001, quando foi implementado pelo Pangea, em parceria com outras ONGs de Salvador, o projeto “Jovens Escolhas em Rede com o Futuro”, na região do Miolo de Salvador, com o financiamento do Instituto Credicard. Este projeto, apesar de não ter como finalidade inicial a constituição de uma cooperativa, já representou um passo importante para a formação da atual COOPARTES, por propiciar a alguns dos jovens que fariam parte da futura cooperativa, uma formação em diversos conteúdos, tais como: Comunicação/Expressão; Identidade Cultural; Acompanhamento Vocacional; Planejamento/Gestão (PANGEA, 2004).

---

<sup>47</sup> O Miolo de Salvador é composto de 5 bairros: Pau da Lima, São Marcos, Vila Nova, Sussuarana Nova e Velha

Em 2002, o Pangea, com financiamento do Instituto Credicard, através do projeto Jovens Empreendedores Associados (JEA), iniciou um trabalho com a juventude da região do Alto Vale de Pituaçu, no chamado "Miolo" da cidade de Salvador. Diante de uma grande demanda por parte de jovens da comunidade, foi necessário fazer um processo seletivo em três etapas, para identificação de jovens que atendessem aos critérios previstos: a) tinham entre 17 e 21 anos; b) cursavam o ensino fundamental ou haviam concluído o segundo grau (em 2003 todos cursavam a partir da 8ª série); c) Tinham interesse em desenvolver as habilidades artísticas; d) eram dotados de espírito de liderança ou potenciais para desenvolvê-lo; e) tinham interesse em participar de curso formativo (PANGEA, 2004).

O projeto Jovens Empreendedores Associados (JEA), portanto, iniciou-se, em 2002, e foi renovado em 2003. A cada ano, uma turma diferente. Este trabalho educativo tinha como objetivo formar jovens protagonistas, capazes de atuar como agentes de transformação de sua realidade. Neste processo, de aproximadamente dois anos, foram realizadas oficinas de Identidades e Cultura, Comunicação e Expressão, Sexualidade, Orientação Vocacional, Planejamento e Gestão, Informática, Habilidades para o Mundo do Trabalho, Associativismo e Cooperativismo, além de laboratórios de aprendizagem de técnicas e praticas específicas de Reciclagem, Gestão Ambiental e Artesanato.

Através do processo formativo, os jovens começaram a desenvolver, utilizando e reciclando fibras naturais, objetos de decoração, com a orientação de um profissional de design. Foram produzidas, então, as primeiras luminárias, feitas com palhas da costa e papel de fibra, e, posteriormente fabricados também porta-retratos e bloquinhos utilizando papéis reciclados e papeis de fibra.

A partir da demanda por uma inserção no mundo do trabalho e da renda, os jovens que desejaram pôr em prática o que aprenderam ao longo de todo o processo formativo, constituíram grupos de produção e começaram a comercializar os artefatos fabricados.

O projeto Jovens Empreendedores Associados (JEA) acabou em 2003, mas alguns jovens continuaram em seus grupos produtivos. Aos jovens que vieram do processo formativo do Juventude de Vale e do JEA, incorporaram-se jovens que passaram pelo processo formativo do Consórcio Social da Juventude<sup>48</sup> executado

---

<sup>48</sup> O Consórcio Social da Juventude é uma das ações do Programa Primeiro Emprego do Governo Federal, direcionado a jovens entre 16 e 24 anos, e que, em virtude de suas condições

pelo Pangea. No encerramento das atividades do consórcio, foi feito o lançamento da COOPARTES, que ainda está em fase de legalização.

Em junho de 2004, ocorre uma mudança do Espaço Educativo, onde recebiam capacitação e produziam, para outra sede alugada, cujo valor de aluguel e condomínio, de R\$ 280,00, sempre foi pago pelo Pangea.

No período em que a COOPARTES esteve sem projeto, alguns jovens se afastaram, sobretudo pela falta de renda, mas outros permaneceram pelo espaço de socialização que o empreendimento representa e por acreditarem que a experiência poderia dar resultados, constituindo-se em uma alternativa para a geração de renda.

Em 2005, foi aprovado pela Fundação Kellog o projeto “Jovens Empreendedores Comunitários – viabilizando uma inclusão afirmativa”<sup>49</sup>, que prevê o apoio a cooperativas, e uma das escolhidas é a COOPARTES. A execução foi iniciada em março de 2005. A partir deste mês, a COOPARTES passa a contar com a assessoria diária de um gestor social do Pangea.

Alguns parceiros vêm colaborando com o grupo desde o processo formativo. O Shopping Aeroclub Plaza Show, desde 2002, vem disponibilizando sem ônus, entre os meses de novembro e dezembro, um espaço para que os produtos sejam comercializados, iniciativa que tem servido de estímulo aos jovens empreendedores desde a época do processo formativo. No início de 2005, a COOPARTES selou uma importante parceria com uma rede de lojas de decoração da cidade, a Ambiente Móveis, para a qual foi lançada uma coleção exclusiva de luminárias para serem vendidas na rede de lojas a partir de maio de 2005.

---

socioeconômicas, têm maior dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho. Seu objetivo é capacitar e preparar os jovens para se inserirem no mundo do trabalho, oferecendo aulas de ética, cidadania e meio ambiente, inclusão digital, noções de empreendedorismo, apoio à elevação da escolaridade e oficina de capacitação profissional. Os jovens têm direito ainda ao recebimento de uma bolsa de R\$ 150 por mês e, em contrapartida, prestam serviços comunitários. Os Consórcios são formados por entidades e/ou movimentos da sociedade civil organizada, com afinidades e interesses comuns. Em Salvador e Região Metropolitana, as atividades do consórcio foram iniciadas em 22 de março de 2004, contando com 20 Organizações Não-Governamentais (entre elas o Pangea), e tendo a Avante – Educação e Mobilização Social como entidade âncora, com a pretensão de atingir um público de 1.500 jovens. Mais informações consultar o *site* <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)> e <[www.estacaodajuventude-ba.org.br](http://www.estacaodajuventude-ba.org.br)>.

<sup>49</sup> Este projeto não foi disponibilizado para análise durante a pesquisa.



A COOPARTES, além dos produtos do catálogo, produz objetos sob encomenda, desde que estejam de acordo com a sua concepção de produto, que envolve fibras naturais e material reciclado<sup>50</sup>.

### 3.3.1 Dimensão econômica

#### 3.3.1.1 Componente mercantil

A COOPARTES, apesar de produzir desde o processo formativo como grupo de produção, no formato de cooperativa, ainda em fase de legalização, tem apenas um ano. Assim, diferentemente da COOPERCONFEC que já tem uma clientela firmada, a COOPARTES está batalhando pela sua inserção no mercado, com o objetivo de gerar renda para os jovens envolvidos. Isto significa dizer que a cooperativa ainda não obtém receita de vendas regular que seja suficiente para garantir uma renda média para os cooperados e pagar suas despesas, financiadas em parte pelo Pangea, que vinha, desde meados de 2004, pagando as despesas de aluguel, e emprestando, quando necessário, recursos para compra de matéria-prima através de um dos coordenadores. O empreendimento encontra-se, diante deste quadro, no nível de subsistência.

A falta de renda, durante o período em que esteve sem apoio de projeto, fez com que, na COOPARTES, da mesma forma que na COOPERCONFEC, muitas pessoas se afastassem da cooperativa. Além disto, muitos pais, que vêem os filhos indo diariamente ao empreendimento e voltando para casa sem retorno financeiro, acabam incentivando os filhos a se afastarem e procurarem um trabalho formal. Esta posição não é unânime, pois existem pais que preferem que o jovem esteja se envolvendo com algo positivo, que contribui para sua formação pessoal, política e profissional do que ficar em casa sem atividade. Alguns jovens apenas

---

<sup>50</sup> Já foram realizadas vendas a clientes como a Detem Química S/A; a cenografia do filme Viva o Povo Brasileiro e a Fundação Kellog (350 blocos de papel). Além disto, vem participando de exposições e feiras em diversos locais da cidade de Salvador, tais como Clube Baiano de Tênis (2002), praça do Campo Grande, o Parque da Cidade e a Estação de Trem da Calçada.

permanecem na cooperativa pela falta de oportunidade no mercado formal de trabalho.

Durante a fase crítica, em que permaneceu sem projeto, as pessoas apenas passavam rapidamente pela COOPARTES, mas não produziam, até mesmo pela falta de matéria-prima em consequência da falta de recurso. Ocasionalmente, os jovens conseguiam realizar um trabalho temporário que lhes fornecesse alguma renda e não hesitavam em se afastar da cooperativa pelo tempo necessário, como aconteceu com duas integrantes do conselho administrativo da cooperativa, que se afastaram repentinamente por um mês e por quinze dias, respectivamente, em virtude de uma oportunidade de trabalho. Estes afastamentos prejudicam a gestão da cooperativa, uma vez que subitamente, a qualquer momento, algum membro pode afastar-se para fazer um “bico”, deixando suas atividades de lado e gerando um ambiente instável na cooperativa, prejudicando, ainda, a coesão grupal e, conseqüentemente, impactando negativamente a sustentabilidade do empreendimento.

Outras dificuldades encontradas na comercialização são: falta de capital de giro, dificuldade de inserção no mercado, falta de divulgação, inclusive na comunidade, espaço de difícil acesso, falta de legalização que impede uma maior divulgação e prejudica quando a cooperativa vende para clientes que exigem nota fiscal.

Apesar dessas dificuldades, existem alguns aspectos que contribuem para que a COOPARTES siga seu caminho em busca da sustentabilidade. Os produtos são fabricados artesanalmente e com qualidade. Além disto, apesar de uma certa instabilidade no quadro social gerada pela falta de renda, quando é fechada uma encomenda, os jovens se empenham ao máximo para cumprir o prazo, trabalhando, se necessário, em finais de semana, feriados, à noite, de madrugada. No entanto, já aconteceu de, apesar de todos os esforços, não conseguirem entregar a produção, o que indica que havia, na época, uma falta de conhecimento sobre a capacidade produtiva da cooperativa.

Os jovens da COOPARTES acreditam que o empreendimento representa uma possibilidade de renda regular futura, sendo este um dos motivos apresentados para que continuem no empreendimento. Como uma cooperada afirmou, “Estou vendo que pode dar certo e por que não investir em algo que pode dar certo?”. Além disto, existem ganhos não financeiros auferidos pelos jovens da

COOPARTES, que os fazem permanecer no empreendimento, batalhando por uma sustentabilidade futura, o que será discutido quando abordarmos a dimensão não monetária.

### 3.3.1.2 Componente não mercantil

- Subsídios governamentais

Na COOPARTES, não se foi observada a presença de subsídios governamentais. A exceção pode ser feita com relação a existência de alguns jovens que participaram do processo formativo do “Consórcio Social da Juventude”, do governo federal.

- Subsídios não-governamentais

No caso da COOPARTES, ao longo de 2004, a cooperativa contava com o Pangea para pagamento do seu aluguel e eventuais compras de materiais. Já em março de 2005, foi iniciada a execução do projeto aprovado pela Fundação Kellog, que tem como objetivo fomentar a formação de cooperativas, sendo uma delas a COOPARTES. Além disto, é fornecida uma bolsa de R\$ 50,00 para cada jovem participante do projeto, que precisa estar presente na cooperativa ao menos um turno por dia. A perspectiva de financiamento da Fundação Kellog deu um novo incentivo aos jovens da COOPARTES, sem apoio constante por quase um ano<sup>51</sup>.

Na COOPARTES, o apoio inicial para mobilização dos jovens, antes da formação da cooperativa, contou com recursos do projeto financiado pelo Instituto Credicard, que deu formação aos jovens durante aproximadamente dois anos (2002 e 2003), durante os quais foram realizadas oficinas de Identidades e Cultura, Comunicação e Expressão, Sexualidade, Orientação Vocacional, Planejamento e Gestão, Informática, Habilidades para o Mundo do Trabalho, Associativismo e Cooperativismo, além de laboratórios de aprendizagem de técnicas e práticas específicas de Reciclagem, Gestão Ambiental e Artesanato. Deste processo, surgiram as pessoas que formariam a futura COOPARTES, organizada em meados de 2004. Em 2005, a formação tem sido feita, na prática, pelo gestor social do

Pangea que fornece assessoria à cooperativa. Para muitos jovens, a COOPARTES representa a sua primeira experiência de trabalho, o que, em um mercado de trabalho em que se exige sempre experiência anterior, tem sido uma das justificativas dadas para que os jovens continuem na iniciativa.

Os equipamentos de produção vieram do projeto do JEA, financiado pelo Instituto Credicard, ainda no processo formativo dos jovens que, posteriormente, iriam compor a COOPARTES.

- Doações monetárias individuais

Não foi identificado este tipo de prática na COOPARTES.

### 3.3.1.3 Componente não monetário

- Trabalho voluntário

Não foi identificada este tipo de prática na COOPARTES.

- Doações não monetárias (móveis, equipamentos, utensílios)

Não foi identificada na COOPARTES este tipo de prática.

- Práticas recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)

Não foi identificada este tipo de prática na COOPARTES.

### 3.3.2 Dimensão social

#### 3.3.2.1 Componente construção do vínculo associativo

- Padrão de sociabilidade

---

<sup>51</sup> Não tivemos acesso ao projeto financiado pela Fundação Kellogg.

Na COOPARTES, também há um misto no tipo de sociabilidade presente na cooperativa, aproximando-se mais de um modo primário. Esta forma apresentada ocasionalmente atrapalha as atividades na cooperativa, principalmente no que se refere à cobrança. Muitas vezes, os cooperados não cobram da mesma forma as pessoas com as quais possuem laços de amizade mais fortes, ou seja, o tratamento depende do laço de amizade estabelecido. Como disse uma cooperada: “O que o meu amigo faz não é igual ao que o outro faz”.

A COOPARTES ocasionalmente se assemelha ao ambiente doméstico dos jovens, devido à reprodução de modos de agir típicos deste ambiente no local de trabalho. Além disto, o espaço representa, por vezes, um ambiente para socialização apenas. Exemplo disto foi a retirada uma televisão de lá por falta de atividade e os cooperados disseram que, muitas vezes, tinham ali uma abertura que não tinham em casa, levando amigos nos finais de semana para assistir a filmes. No entanto, no cotidiano da cooperativa, a televisão atrapalhava pois, às vezes, as pessoas ficavam assistindo a programas, deixando de produzir ou comprometendo a qualidade do produto.

- Grau de coesão social

Na COOPARTES, muitos cooperados afirmaram que a cooperativa é como uma família, e que os laços de amizade firmados internamente são uma motivação para que continuem no empreendimento. Existe também uma identificação entre os membros, como disse uma cooperada: “É que todo mundo sendo jovem passa pelas mesmas dificuldades, a gente se apega às pessoas, a gente vê o problema da outra. Porque é mais fácil falar com as pessoas daqui do que falar com outras pessoas mais velhas”.

O sentimento de pertencimento um grupo também é uma das fortes motivações para que estejam neste empreendimento. Para alguns dos jovens da COOPARTES, é importante fazer parte de algo. No entanto, o grupo como todo não pode ser considerado coeso, em função dos subgrupos existentes lá dentro. Mas quando o grupo precisa se mobilizar por alguma circunstância, como uma encomenda urgente por exemplo, ele se mobiliza. Uma cooperada disse “É que eu acho que na hora o dinheiro fala mais alto”.

A existência de subgrupos provoca conflitos internos e desarmoniza o grupo, sendo esta uma das razões apontadas pelo grupo como um dos entraves ao

progresso da COOPARTES. Durante o período de estudo, foi possível observar que estes conflitos ocorrem sobretudo pela falta de atividade de produção. Quando os jovens ficam ociosos na cooperativa, por falta de material, por falta de encomenda, acabam tendo tempo disponível para observar e criticar certas coisas ou comportamentos que, quando estão produzindo, passam despercebidos. Nesta ocasião, o lado profissional prevalece, visto que deixam de se importar com as afinidades em busca de cumprir o compromisso firmado com o cliente.

### 3.3.3 Dimensão política

#### 3.3.3.1 Componente no nível interno

- Grau de democracia interna

Na COOPARTES, muitas decisões são tomadas coletivamente, tornando, o processo decisório ocasionalmente mais lento e trazendo consequência para a sua sustentabilidade. Apesar de contar com uma estrutura administrativa composta de presidente, secretário, diretor de produção e diretor comercial, eleitos democraticamente, muitas vezes decisões e ações que poderiam ser implementadas neste âmbito, são levadas para o grupo, causando lentidão ou não resolução. A ação do gestor social do Pangea buscou fazer com que a gerência tomasse consciência e assumisse plenamente as suas atribuições, tomando decisões sobre aspectos gerenciais de sua competência. A maioria dos cooperados tem consciência do ambiente democrático e busca participar do processo de decisão na cooperativa.

Apesar de questionarem, de correrem atrás dos seus direitos, como uma cooperada afirmou, e este é um dos ganhos relacionados, na COOPARTES, alguns cooperados afirmaram que as pessoas ficam acomodadas esperando alguém para falar o que fazer, faltando iniciativa. Além disto, por vezes, esta liberdade de expressão acaba sendo usada ao extremo e muitas coisas desnecessárias são ditas, gerando conflitos.

- Grau de comprometimento

Os cooperados da COOPARTES, do mesmo modo que na COOPERCONFEC, por vezes confundem a ausência de patrão com a falta de compromissos, e com a ausência de regras e normas a serem obedecidas, o que prejudica o funcionamento e a sustentabilidade das cooperativas.

Inferimos que o nível de comprometimento, na COOPARTES, é variável. É que, em muitos casos, as pessoas ficam acomodadas, esperando alguém que ordene o que fazer. Ou seja, falta iniciativa, o que compromete a busca pela sustentabilidade. Ao mesmo tempo, muitas vezes o discurso de que “todos mandam”, faz com que não sigam as orientações passadas. Uma das cooperadas ressaltou a necessidade de cada um fazer a sua parte para poder cobrar dos outros o mesmo. Esta situação se reverte apenas quando tem uma encomenda para entregar com prazo estipulado.

### 3.3.3.2 Componente no nível institucional

- Existência de ação pública

A comunidade de Pau da Lima, onde se localiza a COOPARTES, não conhece a cooperativa. Os moradores vêem os jovens passarem com a camisa da cooperativa, mas não sabem do que se trata. Além disto, a cooperativa não desenvolve nenhuma atividade de apoio à comunidade, que, por sua vez, não ajuda a cooperativa. Por exemplo, a cooperativa sempre precisa de tronco de bananeira existente nas redondezas para fabricação de papel de fibra, mas por vezes tem dificuldade em conseguir. Se a comunidade fosse envolvida, poderia doar este material, que muitas vezes é jogado fora pelas pessoas. Os produtos produzidos pela COOPARTES não são, em sua maioria, acessíveis aos moradores do bairro. Como disse um dos cooperados: “A realidade é outra. A pessoa ganha um salário mínimo, e não vai deixar de comprar feijão para comprar uma luminária”.

- Nível de articulação em redes

Apesar de a COOPARTES ter participado de fóruns como o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, e de algumas poucas reuniões do Fórum Baiano de

Economia Solidária, não é muito articulada com outras organizações sendo necessário um maior empenho neste sentido.

A COOPARTES comercializa alguns produtos na loja São Batorlomeu, da COOPERCONFEC. Outro parceiro é o Aeroclube, que em final de ano, desde 2003, disponibiliza uma loja para venda de materiais da cooperativa. Além disto, em fevereiro de 2005, foi firmada, com a rede de Lojas Ambiente Móveis, uma importante parceria, através da qual os produtos serão comercializados nas lojas com os preços praticados pela cooperativa, incidindo apenas no valor dos produtos as despesas de venda como embalagens, por exemplo.

- Grau de autonomia institucional

No caso da COOPARTES, o empreendimento depende do incubador para pagar suas contas e a bolsas dos cooperados. Esta dependência tem reflexos na autonomia do grupo.

### 3.3.4 Dimensão gestão

#### 3.3.4.1 Infra-estrutura<sup>52</sup>

- Acesso aos meios de produção

Os membros da COOPARTES detêm a posse dos equipamentos de produção. Ocasionalmente faltam recursos para compra de matéria-prima.

- Acesso a tecnologias gerenciais

Em relação a tecnologias gerenciais, são utilizadas planilhas de Excel para registrar o fluxo de caixa, a remuneração, o resultado mensal, e para o cálculo dos custos dos produtos. Este controle é importante para a busca pela sustentabilidade.

---

<sup>52</sup> Mais informações sobre os meios de produção da cooperativa, ver inventários em Anexo.



- Acesso a espaço físico

A COOPARTES utiliza um espaço alugado pelo Pangea, que não é adequado para suas atividades, pois apresenta grande umidade e infiltrações por ocasião de chuvas, o que compromete a produção e a armazenagem dos produtos. Nestas condições, por vezes, os produtos são danificados, ocasionando prejuízo para a cooperativa.

### 3.3.4.2 Conhecimento

- Habilidade técnica

Na COOPARTES, em termos de conhecimento técnico produtivo, pode-se afirmar que os cooperados possuem o conhecimento necessário para produzir produtos de qualidade e, quando entra um cooperado novo, são capazes de lhe ensinar o ofício. A identificação com o trabalho artístico foi uma das razões apontadas para estarem na cooperativa. Como disse uma cooperada:

Aprendi a ter mais responsabilidade, ser mais administrativa, trabalhar em grupo, porque eu era uma pessoa muito individualistas, colocar minha criatividade, porque eu gosto muito de criar.

No entanto, a falta de identificação com determinado produto pode fazer com que as pessoas não desempenhem tão bem o seu trabalho. O reconhecimento pelo trabalho realizado também é gratificante para os jovens da cooperativa, e serve de estímulo para que continuem.

- Habilidade gerencial

Na COOPARTES a gestão do empreendimento, desde a sua formação, vem sendo realizada pelos cooperados. Organizacionalmente, a COOPARTES tem um corpo diretivo responsável pelas atividades administrativas da cooperativa, que vem desempenhando suas atividades, mas que ainda precisa de acompanhamento e formação. A partir de março de 2005, a cooperativa passou a contar com um gestor do Pangea trabalhando diariamente para a cooperativa. Os problemas relacionados anteriormente, em relação ao comprometimento, interferem na gestão da cooperativa e, conseqüentemente, na sua sustentabilidade. Segundo um dos

cooperados, se houvesse pessoas com mais iniciativa, a cooperativa avançaria mais.

- Formação sociopolítica

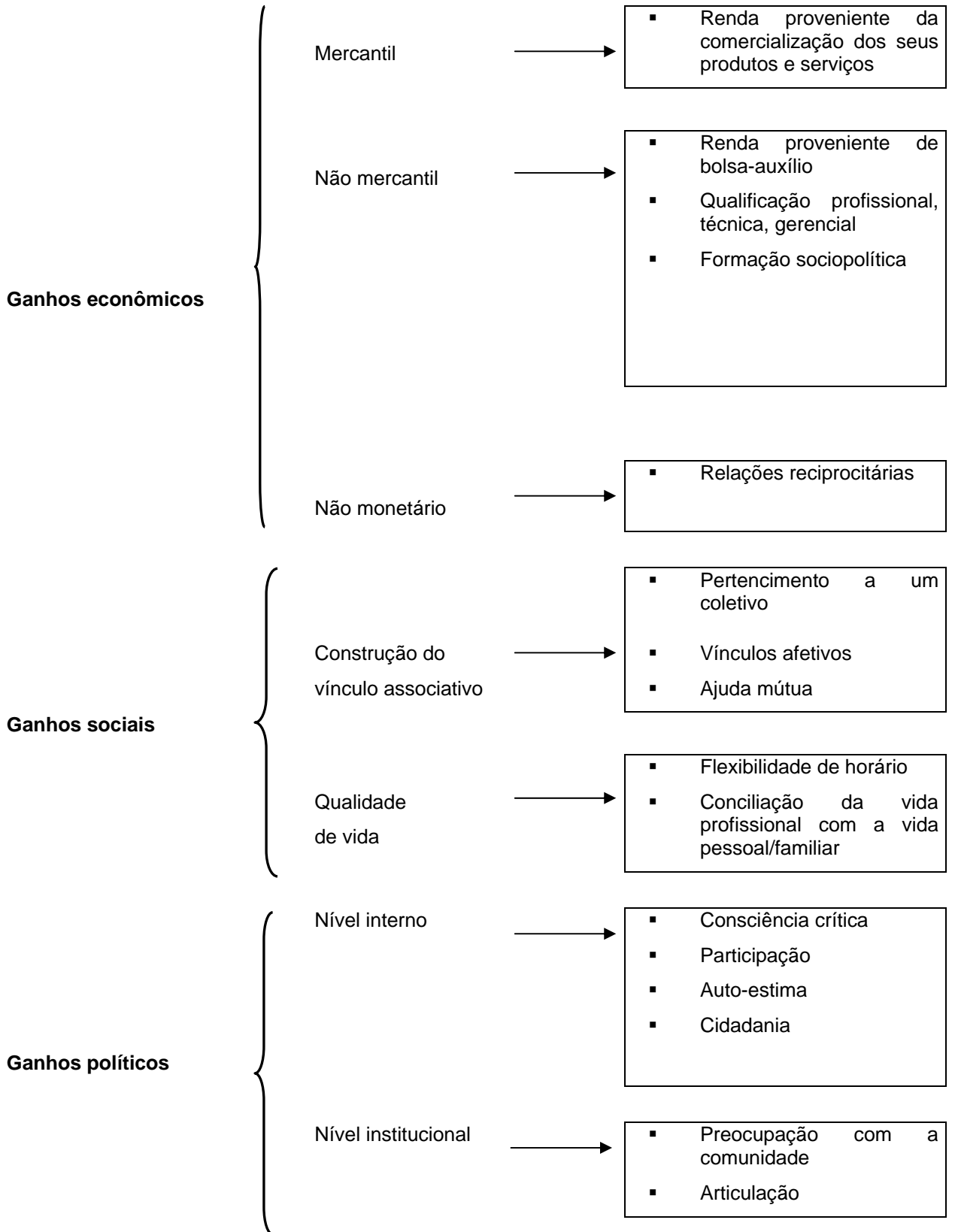
Na COOPARTES, muitos dos ganhos auferidos pelos jovens, segundo seus próprios depoimentos, dizem respeito a aspectos comportamentais. Por exemplo, participar de um grupo fez com que alguns jovens melhorassem a forma de relacionamento interpessoal, e ter que se expressar mais, colocar suas opiniões, desenvolver sua capacidade de diálogo e uma visão crítica da realidade que os cerca. Outra motivação que os faz estar na cooperativa é o convívio com outros jovens de realidade semelhante à sua. Uma cooperada, certa vez, disse que em casa não tinha oportunidade de se colocar como na cooperativa, pois em casa a mãe dela, chefe de família, não ouve os filhos e procura resolver tudo sozinha, enquanto na cooperativa esta jovem tem a chance de se envolver com os problemas, pensar coletivamente e externar sua opinião.

Além destes ganhos, um dos cooperados destacou que a oportunidade de cursar uma faculdade, devido a um convênio entre o Pangea e a Faculdade Jorge Amado, foi um dos fatores que o estimularam a continuar no empreendimento.

### 3.5. QUADRO DE RESULTADO

Destacamos, a seguir, os diversos tipos de ganhos obtidos apontados pelos integrantes dos empreendimentos, por estarem participando de um empreendimento da economia solidária. Tais ganhos são elementos essenciais para que as pessoas se mantenham nos empreendimentos, visto que, muitas vezes, apesar de o retorno financeiro ser essencial, as pessoas se mantêm no empreendimento também pelos ganhos sociais e políticos que a experiência proporciona. O conjunto destes elementos é importante para a sustentabilidade de empreendimentos da economia solidária.

QUADRO 5 – Ganho dos cooperados



A seguir é apresentado um quadro analítico com a síntese dos elementos analisados ao longo deste capítulo em cada empreendimento. Este quadro é fruto de um esforço de sistematização de informações através de análise qualitativa.

**QUADRO 6 - Quadro analítico à luz dos empreendimentos estudados**

DIMENSÃO	COMPONENTES	INDICADORES	COOPAED	COOPERCONFEC	COOPARTES
<b>Econômica</b>	Mercantil	Venda produtos/serviços	Cobre as despesas, mas não gera remuneração regular	Insuficiente para cobrir as despesas e remunerar os cooperados	Insuficiente para cobrir as despesas e remunerar os cooperados
	Não mercantil	Subsídios governamentais (nível institucional)	Projeto financiado pela Petrobrás e executado pela EPADE	-	-
		Subsídios não governamentais (nível institucional)	-	Projeto financiado pela Fundação Telefônica e Instituto Vivo e executado pelo Pangea, propiciou a compra de equipamentos, assessoria, cursos, etc	Projeto financiado pelo Instituto Credicard, durante a fase embrionária, e pela Fundação Kellog, iniciado em 2005 e executados pelo Pangea.
		Doações monetárias (nível individual)	Cooperados e amigos da cooperativa	-	-
	Não monetário	Trabalho voluntário	Pessoas denominadas "apoio"	-	-
		Doações não monetárias (móveis, equipamentos, utensílios)	Pessoas da comunidade, terreiros, amigos, familiares	Banco Mundial doou a sede	-
		Práticas recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)	Mutirões para ajudar a comunidade	-	-
<b>Social</b>	Construção do vínculo Associativo	Padrão de sociabilidade	Predominantemente primário	Predominantemente primário	Predominantemente primário
		Grau de coesão social	Acima da média	Abaixo da média	Abaixo da média
<b>Política</b>	Nível interno	Grau de democracia interna	Alto	Regular	Regular
		Grau de comprometimento	Alto	Regular	Regular
	Nível institucional	Existência de ação pública	Sim	Não	Não
		Grau de autonomia institucional	Alto	Baixo	Baixo
<b>Gestão</b>	Infra-estrutura	Acesso aos meios de produção	Regular	Alto	Alto
		Acesso a tecnologia gerenciais	Baixo	Alto	Alto
		Acesso a espaço físico	Alto	Alto	Regular
	Conhecimento	Habilidade técnica	Regular	Alto	Alto
		Habilidade gerencial	Regular	Alto	Regular
		Formação geral (sociopolítica)	Alto	Regular	Regular

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 4.1 CONCLUSÕES

#### 4.1.1 Em relação aos objetivos do trabalho

Este trabalho teve como objetivo propor parâmetros para a compreensão da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária, especialmente nas cooperativas populares. Partimos de dois pressupostos: 1) a sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária não se define apenas pelos resultados financeiros provenientes das relações mercantis; 2) a sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária implica uma série de dimensões interferindo diretamente na dinâmica da organização.

O que se pode concluir é que existe uma diversidade de lógicas em interação, englobando não apenas aspectos econômicos, mas também aspectos sociais e políticos. Estes aspectos interferem diretamente no sentido do agir econômico e na dinâmica de funcionamento dos empreendimentos, conseqüentemente, na sua sustentabilidade. Esta, portanto, no âmbito da economia solidária, pode ser pensada como uma sustentabilidade plural, em que o econômico aparece indissociado do social e do político. Assim, no longo caminho em busca da sustentabilidade, é preciso que se considerem todas as dimensões em conjunto.

Através do estudo teórico e da experiência empírica, foram levantados múltiplos fatores influenciando na sustentabilidade dos empreendimentos. Foi necessário um grande esforço para agrupar tais fatores em dimensões de análise, componentes e indicadores, pois alguns deles poderiam ser categorizados em mais de um componente do quadro analítico. Neste trabalho, as dimensões de sustentabilidade foram divididas em: econômica, social, política e gestão.

As cooperativas estudadas ainda não conseguem, através das suas relações mercantis, obter um faturamento que seja, ao mesmo tempo, suficiente para cobrir as suas despesas, ter uma perspectiva de prolongamento futuro para o

empreendimento e remunerar regularmente os seus cooperados. Portanto, os empreendimentos pesquisados ainda estão no nível de subsistência, caminhando para a sustentabilidade.

A sua sustentabilidade, neste caso, não depende exclusivamente das relações mercantis, que também são importantes, principalmente para manutenção do empreendimento, para a estabilidade do quadro social e para se pensar em um horizonte futuro para o empreendimento. Mas este não é o único fator relevante em relação à sustentabilidade. Na COOPERCONFEC, por exemplo, existe uma possibilidade real de atingir a sustentabilidade do ponto de vista econômico, visto que são detentoras de meios de produção adequados, e têm a sua disposição clientes para absorver sua produção, fundamentalmente através da facção. Mas, ainda assim, o que produzem não é suficiente para cobrir as despesas da cooperativa. As cooperadas não mantêm uma assiduidade nem frequência, e a rotatividade ainda continua, a despeito da possibilidade de renda. Do ponto de vista social, há um predomínio das relações do tipo pessoal, que por vezes estimulam ao não trabalho. Outro aspecto que interfere na sustentabilidade da COOPERCONFEC é a baixa coesão do grupo e de comprometimento, que prejudicam a atividade produtiva.

Voltando ao conceito de economia plural discutido no início deste trabalho, percebe-se nos empreendimentos uma hibridização de economia. Ou seja, o econômico neste tipo de prática não se define apenas pelo componente mercantil. A ele somam-se componentes monetários e não monetários. Sobretudo nos momentos embrionários de formação do grupo, existe uma necessidade grande de recursos externos, sejam eles governamentais ou não governamentais ou de doações individuais. A ajuda pode ser obtida, também, de forma não monetária, ou seja, não envolvendo dinheiro. Um exemplo desta prática é o trabalho militante de pessoas que acreditam no empreendimento e querem ajudá-lo, sem necessariamente receber algo em troca, observado apenas na COOPAED.

O apoio externo é fundamental para que os empreendimentos alcancem sua sustentabilidade. Tal apoio pode ser efetuado por meio de elementos como: capital de giro, bolsa auxílio; transporte, assessoria técnica (contábil, legal, gestão, marketing, viabilidade, etc.), qualificação profissional (técnica e gerencial); formação sócio política e meios de produção. A maioria dos equipamentos para produção nos empreendimentos estudados vieram de doações, sejam elas da

comunidade ou de financiadores, por intermédio do executor dos projetos aprovados. O mesmo ocorre com as instalações onde funcionam os empreendimentos, que são disponibilizados (COOPAED), alugados (COOPARTES), ou doados (COOPERCONFEC) por outras instituições. Isto é fundamental, pois, caso os empreendimentos não recebam este tipo de apoio, dificilmente conseguiriam arcar com tais investimento e custos, inviabilizando sua atividade.

É importante também destacar o papel da assessoria na gestão do empreendimento, e, conseqüentemente, na sua sustentabilidade. Mas é importante sublinhar a palavra assessoria. Assessorar, segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1993) significa: “auxiliar tecnicamente, graças a conhecimentos especializados no assunto”. Assim, o papel da assessoria, através do incubador, não deve ser confundida com a concentração da gestão do empreendimento em suas mãos, sem a participação dos cooperados. A assessoria pode representar um processo de complementação do processo formativo, se tiver como foco desenvolver a habilidade técnica gerencial dos cooperados na prática. No caso da COOPERCONFEC, por exemplo, que passou por um processo de incubação de mais de três anos, a postura dos técnicos da incubadora variou da centralização das atividades, sobretudo nos primeiros anos, à delegação e assessoria. Esta última postura contribuiu significativamente para a capacitação dos cooperados no sentido de assumirem a gestão do empreendimento.

A dimensão social também tem importância fundamental para a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária. Partindo-se do pressuposto de que as organizações solidárias têm nas relações sociais um aspecto fundamental para sua definição e para a sua operacionalização, verificou-se que a dimensão social influencia significativamente o funcionamento das organizações, e, conseqüentemente, a sua sustentabilidade.

O tipo de relação social entre os integrantes dos empreendimentos é mista, ou seja, tem características pessoais e profissionais, com predomínio, em alguns casos, da relação pessoal. Os laços sociais, além de influenciar no processo de trabalho, é um dos fatores apontados pelos integrantes como motivo para estarem no empreendimento. Assim, para além do espaço de produção, muitas vezes o empreendimento representa um espaço de socialização, o que pode trazer conseqüências positivas e negativas para a organização. Por um lado, serve de incentivo ao empenho e dedicação dos integrantes, como foi observado na



COOPAED. Por outro lado, pode afetar na produtividade dos cooperados, quando a característica de espaço de socialização, onde predominam as relações do tipo primário, se sobrepõe à característica de espaço produtivo-econômico, interferindo na produtividade.

Verificou-se ainda que a coesão do grupo, ou a sua falta, interfere na sustentabilidade da organização. É possível que um grupo coeso tenha mais dedicação e perseverança para lutar por seu objetivo. Já um grupo fragmentado, os esforços se dispersam e ora vão para lados opostos, prejudicando o funcionamento e o progresso da organização, e, por conseguinte, a sua sustentabilidade.

A dimensão política da sustentabilidade sofre influência de uma série de fatores, tanto no âmbito interno da organização, como em relação à sua interface com o mundo exterior.

No âmbito interno, destacamos a democracia e o comprometimento como elementos que interferem na dinâmica do empreendimento e na sua sustentabilidade. Em primeiro lugar, a democracia interna pode, de um lado, propiciar um maior engajamento e participação dos membros nos processos decisórios e na gestão do empreendimento, mas, por outro lado, pode tornar o processo gestor mais lento, interferindo nas suas relações comerciais. O grau de comprometimento também tem interferência na forma como o empreendimento será gerido, uma vez que é possível que quanto maior o comprometimento, maior o engajamento e participação das pessoas nas questões que se colocam no dia-a-dia da organização, e maior o seu empenho na busca pelos objetivos. Ao contrário, um grau de comprometimento baixo leva a fatores como a falta de assiduidade e de pontualidade e a baixa produtividade, o que traz conseqüências ao processo produtivo.

O âmbito institucional representa a relação do empreendimento com o ambiente externo, com destaque para a existência de ação pública, o nível de articulação em redes e o grau de autonomia institucional. A preocupação com o espaço público, apesar de ser destacada por muitos autores como uma das características da economia solidária, nem sempre se faz presente, sobretudo em cooperativas populares em que se busca, *a priori*, gerar renda para os integrantes, para resolver suas necessidades básicas de sobrevivência. Isto caracteriza uma economia popular, cuja fronteira eventualmente estes empreendimentos se aproximam. Em uma das cooperativas estudadas, no entanto, existe uma interação

muito forte com a comunidade de onde foi originada, fato fundamental para a sobrevivência da organização no período em que não tinha apoio constante de incubador. A comunidade apóia a iniciativa, que, por sua vez, se preocupa e busca contribuir positivamente para a comunidade.

A presença do incubador pode, em muitos casos, gerar uma dependência dos empreendimentos em relação a ele, ou seja, interfere na autonomia institucional. Isto dependerá da postura adotada pelo incubador e, ao lado disto, da capacidade de gestão e formação sociopolítica dos membros do grupo. A dependência se coloca também em função da falta de recursos do empreendimento, que precisa do apoio externo para o seu funcionamento.

Em um dos empreendimentos estudados, a falta de apoio de um incubador, foi um elemento provocativo, que fez com que o grupo buscasse auxílio dos mais diversos parceiros, se integrasse a redes e participasse de fóruns, como o Fórum Baiano de Economia Solidária. Este apoio foi decisivo para a organização. Os demais empreendimentos estudados não estão articulados em uma rede de economia solidária, participando apenas eventualmente de reuniões do Fórum e de algumas feiras. Na COOPERCONFEC e na COOPARTES, a articulação tem sido buscada principalmente com empresas, dentro da economia de mercado.

Os empreendimentos estudados encontram-se isolados. Não se enquadram em um projeto de desenvolvimento territorial que lhe conferiria uma outra dinâmica de ação mais integrativa, envolvendo o entorno, e que contribuiria para a sustentabilidade.

A gestão é uma dimensão essencial para a sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. Para que possam gerir autonomamente o empreendimento, é preciso que os integrantes apresentem uma capacidade efetiva de gestão. Esta capacidade depende do acesso e controle da infra-estrutura (tecnologia e equipamentos adequados) e do conhecimento (habilidade técnica/gerencial e a formação sociopolítica).

As dimensões de análise da sustentabilidade apresentam características peculiares em cada empreendimento, em função também do momento em que estão vivendo. Buscou-se aqui, mostrar como tais dimensões interferem na sua sustentabilidade.

Algumas dúvidas persistem em torno da real capacidade destes empreendimentos econômicos solidários que atuam comercializando produtos e

serviços, se tornarem efetivamente autogestionários, autônomos e capazes de gerar receitas suficientes para se manter e remunerar dignamente os seus associados. Para alcance da sustentabilidade, um longo caminho se faz necessário (será que é isto que eles querem ou falta-lhes outra opção?). Para trilhá-lo é preciso uma mudança de comportamento por parte dos integrantes, de forma a se apropriarem do empreendimento e batalhar coletivamente. Isto requer que tais pessoas sejam detentoras do conhecimento (técnico, gerencial e sóciopolítico) apropriado. No entanto, muitas pessoas que fazem parte de tais iniciativas, sofrem de carências no processo educativo ao longo da vida, cuja reversão é um enorme desafio. É preciso refletir sobre que metodologias seriam eficientes no sentido de fazer com que pessoas, em sua maioria com baixa escolaridade, se tornem efetivamente gestores do seu empreendimento em um ambiente de incerteza e competitividade.

De todo modo, reconhecemos que as pessoas que fazem parte dos empreendimentos estudados são exemplos de que é possível uma mudança através de iniciativas empreendedoras solidárias. Como disseram Santos e Rodriguez (2002):

Homens e mulheres de diversas raças e nacionalidades que decidiram, ao participar dessas experiências, remar contra a corrente são a prova viva da capacidade de imaginação e da vontade de procurar alternativas de produção além do modelo dominante. Nessas e em outras iniciativas semelhantes em todo o mundo se amplia quotidianamente o cânone da produção e se recria a promessa de emancipação social (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.74).

#### 4.1.2. Limitações do estudo

Este trabalho tem como limitação o fato de não poder apresentar na sua amostra o conjunto de práticas heterogêneas que representa a economia solidária brasileira.

Nesta pesquisa, optamos pelo ambiente geográfico da cidade de Salvador para a busca por empreendimentos de economia solidária, particularmente cooperativas populares. As pesquisas exploratórias revelaram que, nesta cidade, não existem cooperativas populares que sejam ao mesmo tempo sustentáveis economicamente e caracterizadas tipicamente como de economia solidária (viáveis,

autônomas, autogestionárias e com uma dimensão pública de ação). Os empreendimentos pesquisados neste trabalho estão no nível de subsistência, caminhando em busca da sustentabilidade.

Essa situação faz com que alguns desses empreendimentos possuam características de uma economia popular, pela preocupação imediata com a sobrevivência através de recursos provenientes das relações mercantis. Nesta batalha, eventualmente, a dimensão pública de ação, as articulações em redes solidárias e aspectos não monetários não são freqüentes. Ou seja, em alguns casos observa-se a falta de riqueza de elementos recíprociários.

Outra limitação neste estudo é a ausência de indicadores quantitativos. Esta opção foi feita para que buscássemos levantar e analisar os diversos elementos que pudessem influenciar na sustentabilidade de empreendimentos da economia solidária. A análise quantitativa de alguns indicadores eminentemente qualitativos, como, por exemplo, o grau de coesão grupal e o grau de comprometimento, é complexa. Uma vez levantado como se define a sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária (objetivo deste trabalho), a análise quantitativa seria uma indicação para estudo futuro, de aprofundamento do quadro analítico.

A dimensão cultural interfere em todas as dimensões presentes no quadro analítico, e optamos por não destacá-la como categoria de análise.

#### 4.1.3. Contribuição para o mundo acadêmico e para os empreendimentos da Economia Solidária

Com este trabalho pretendemos contribuir tanto para o meio acadêmico como para os empreendimentos da economia solidária e assessorias, na compreensão do significado da sustentabilidade no âmbito dos empreendimentos da economia solidária, sobretudo as formas de cooperativas populares. Com isto, é possível observar as carências e trabalhar no sentido de fortalecer as dimensões necessárias para o alcance da sustentabilidade.

## 4.2. RECOMENDAÇÕES

### 4.2.1. Recomendações para trabalhos futuros

Para que se tenha uma informação mais qualitativa da realidade da economia solidária no Brasil, recomendamos que o quadro analítico levantado seja utilizado para análise de outros casos, incluindo empreendimentos que estejam já no nível de sustentabilidade.

Um passo futuro também é agregar métodos quantitativos para análise do quadro de analítico de sustentabilidade, e transformá-lo em um instrumento de avaliação de projetos de economia solidária e dimensionamento de políticas públicas. Também é necessário aprimorar os métodos para a análise de indicadores qualitativos.

Outra recomendação é realizar uma avaliação processual das metodologias utilizadas em empreendimentos da economia solidária, sendo eles sustentáveis ou não. Para isto, devem-se analisar, nas metodologias utilizadas, os efeitos gradativos dos processos utilizados e o efeito do conjunto de ações, para, com isto, detectar o resultado dos processos para a sustentabilidade ou insustentabilidade do empreendimento, visando a elaboração e disseminação de metodologias mais efetivas.

### 4.2.2. Recomendações para os empreendimentos estudados

- COOPAED: qualificação profissional, técnica e gerencial; assessoria técnica em gestão; desenvolvimento do componente mercantil no segmento de eventos; investimento em equipamentos e utensílios; estudo de viabilidade.
- COOPERCONFEC: formação sócio-política; qualificação técnica para os novos cooperados; desenvolvimento da coesão e do

comprometimento do grupo; articulação de redes; consolidação da autonomia institucional.

➤ COOPARTES: qualificação gerencial; assessoria técnica em gestão; desenvolvimento do componente mercantil; desenvolvimento da coesão grupal; aumento da carga horária de trabalho; formação sociopolítica; estudo de viabilidade; desenvolvimento da autonomia institucional.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vicente. *Sustentabilidade econômica em organizações de economia solidária: uma análise qualitativa sobre o caso da Fundação Terra Mirim*. 26 f. Monografia. (Conclusão do Curso de Graduação) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

AKTOUF, Omar. *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a Síndrome do Avestruz*. São Paulo: Atlas, 2004.

ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 20-26.

ALEXANDRINA, Osia; MILANI, Carlos; SIQUEIRA, Tacilla; AGUIAR, Vicente. (Re)Definindo a Sustentabilidade no âmbito da Gestão Social: Reflexões a partir de duas práticas sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 29., 2005, Brasília. *Anais...* Brasília, 2005. 1 CD-ROM.

ANDION, Carolina. *As particularidades da gestão em organizações da economia solidária*. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD, 25., 2001, Campinas. *Anais...* Campinas 2001. 1 CD-ROM.

ARMANI, Domingos. *Sustentabilidade: do que se trata afinal?* Rio Grande do Sul: Unisinos, 2002. Xerocopiado.

ARRUDA, Marcos. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 199-223.

ARRUDA, Marcos. Situando a Economia Solidária. *Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães: Economia Solidária*, Salvador, FLEM, p. 19-31, 2003.

BECKER, Dinizar. A economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo. *Desenvolvimento regional: desafios de uma nova área de conhecimento*, Santa Cruz do Sul, Redes, v. 7, n.3, p. 35-39, set./dez. 2002.

BUNCHAFT, A. *A identidade do trabalhador cooperado em uma organização popular e solidária de trabalho: o caso da cooperativa de mulheres do Parque São*

Bartolomeu. 2004. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2004.

BUNCHAFT, A. GODIN, Sonia. A cooperativa popular de trabalho: uma contribuição à compreensão do significado de cooperativa para as costureiras do Parque São Bartolomeu em Salvador, Bahia. O&S, Salvador, v. 11, n. 30. p.117-127, maio/ago. 2004.

CAILLÉ, A. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAMPOS, Lucila M. *SGADA – Sistema de avaliação de desempenho ambiental: uma proposta de implementação*. 2001. 220f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CANÇADO, Airton. *Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática*. 2004. 134f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

CANÇADO, Airton, MEIRA, Ludmila; MARIA, Estela; REIS, Tatiana. Economia solidária e cooperativismo: manifestações de um novo paradigma? In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2., 2004, São Paulo, *Anais...* São Paulo: NESOL/USP, 2004.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAPRA, Fritjof. Virando o jogo. In: \_\_\_\_\_. *As conexões ocultas*. Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARITAS Brasileira. *Seminário sobre desenvolvimento solidário e sustentável*. Salvador, 2004.

CAVALCANTE, Ludmila; FERRARO JUNIOR, Luiz. Planejamento participativo: uma estratégia política e educacional para o desenvolvimento local sustentável (relato de experiência do programa comunidade ativa). *Educação & sociedade*, Campinas, v.23, n. 81, p. 163-190, dez. 2002.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Vozes. Petrópolis. 2000. p. 33-52.



CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 35-45.

COSTA, Beatriz; LARA, Francisco. Introdução. In: KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 9-13.

COSTA, Pedro. *Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha*. 2003. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DEL PRETE, Almir; DEL PRETTE, Zilda. Assertividade. Sistema de crenças e identidade social. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 125-136, jun. 2003. Disponível em: <[http://ws1pucminas.br//imagedb/documento/DOC\\_NOME\\_ARQUI20041214095307.PDF](http://ws1pucminas.br//imagedb/documento/DOC_NOME_ARQUI20041214095307.PDF)>. Acesso em: 9 ago. 2005.

ESTAÇÃO DA JUVENTUDE. Disponível em: <<http://www.estacaodajuventude-ba.org.br/cs.jhtm>>. Acesso em: 14 jul. 2005.

GUIA Exame 2004: boa cidadania corporativa. São Paulo: Abril, 2004.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: SINGER, Paul; SOUZA, André de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 81-92.

FONTES, Breno. Sobre a sustentabilidade das associações voluntárias em uma comunidade de baixa renda. *Tempo social*, USP, p. 159-189, abr. 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto. Gestão social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., Salvador, 15-19 de junho de 2003. *Anais...* Salvador, 2003. 1 CD-ROM.

FRANÇA FILHO, Genauto. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 9-20, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto. O comércio justo: do mercado paralelo à participação na economia de mercado. *Revista Produzir*, Salvador, v. dez., n. 2002, p. 70-71, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto; DIZMIRA, Silvan. Dádiva e economia solidária. In: MARTINS, Paulo; NUNES, Brasilmar (Org.). *Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004. p.136-164.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária uma abordagem internacional*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

FRETEL, Alfonso, ROCA, Humberto. Comércio justo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 33-44.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Solidários: Uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.) *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 101-126.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Vozes. Petrópolis. 2000. p. 167-198.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. *RBCS*, v. 13, n. 38, out.1998.

GODBOUT, J. T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GRÜNINGER, Beat; URIARTE, Alex. *Fair trade: uma introdução e algumas considerações*. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/fb/publicacoes>>. Acesso em: 31 jul. 2005.

GUARIM, Vera. Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATUARIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL: OS DESAFIOS DE NOVO MILÊNIO, 3, 2000, Corumbá. *Anais...* Corumbá, 2000. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/congresso/socio/guarim.072.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2005.

INFORME DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Porto Alegre: Fórum de Economia Solidária, 2005.

JESUS, Paulo de; RIOS, Gilvano; SOARES, Guilherme; PIRES, Maria. Introdução ao estudo da economia solidária em Pernambuco. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 267-322.

JET - Jovens Empreendedores e Trabalho. Salvador: Pangea, jul./ago. 2004.

KRAYSCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Vozes. Petrópolis. 2000. p. 15-56.

LAVILLE, Jean-Louis. Fato associativo e economia solidária. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 25-34, jun. 2002.

LAVILLE, Jean-Louis. Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural. In: MARTINS, Paulo; NUNES, Brasilmar (Org.). *Perspectivas da sociedade contemporânea*. Brasília, Paralelo 15, p. 42-57. 2004.

LIETAER, Bernard. Mais além da cobiça e da escassez: o futuro do dinheiro. Entrevista feita pela jornalista Sarah van Gelder. *Revista Yes*, EUA, 1988. Texto em espanhol enviado à Rede Solidária em 23/04/2002, com tradução tipo livre da CAPINA.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambient. soc.* [online], v. 6, n. 2, p. 99-119, jul./dez. 2003. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2003000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000300007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: dez. 2004.

LISBOA, Armando. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, p.109-115. Jul./Set./2005.

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. *Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses*. Salvador: Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da UFBA, 2001.

MAGALHÃES, Reginaldo; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto CUT. In: SINGER, Paul; SOUZA, André de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 135-160.

MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELO, Joaquim. O banco de palmas. *Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães: economia solidária*, Salvador, FLEM, p. 97-106, 2003.

MELO, Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. *Bairros pobres, ricas soluções: banco palmas, ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 76-84.

MOURA, Suzana. Gestão do desenvolvimento local, economia e solidariedade. In: FISCHER, Tania (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 331-341.

MOURA, Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão em empreendimentos solidários. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 77-85, jun. 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Programa Primeiro Emprego*. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/FuturoTrabalhador/PrimeiroEmprego/consorcio/conteudo/estados.asp>>. Acesso em: 14 jul. 2005.

NUNES, Débora. A construção de uma experiência de economia solidária num bairro periférico de Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 59-76, jun. 2002

OLIVEIRA, João H. R. de. *M.A.I.S.: Método para avaliação de indicadores de sustentabilidade organizacional*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais. Relatório Técnico de Atividades. Salvador, 2003. Xerocopiado.

PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais. *Sistematização da Experiência: Programa Jovens Escolhas em Rede com o Futuro*. Projeto: JEA - Jovens Empreendedores Associados do Vale de Pituaçu. Salvador, 2004. Recebido por e-mail em 5 jul. 2005.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradativa, 1998.

REIS, Tatiana; MEIRA, Ludmila. A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 29., 2005, Brasília. *Anais...* Brasília, 2005. 1 CD-ROM.

REIS, Tatiana; FRANÇA FILHO, Genauto. Marco conceitual e sustentabilidade em economia solidária: proposta de um quadro analítico. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2., 2004, São Paulo, *Anais...* São Paulo: NESOL/USP, 2004.

RODRÍGUEZ, César. 2002 À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo da Colômbia. In: SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 281-314.

RUTKOWSKI, Jacqueline; LIANZA, Sidney. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: *TECNOLOGIA social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: <[www.redetecnologiasocial.net](http://www.redetecnologiasocial.net)>. Acesso em: 30 jun. 2005.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Gramond. 2004.

SALAZAR, Clarissa. *Gestão do voluntariado e dívida: reflexões à luz do caso das Obras Assistenciais Irmã Dulce – OSID*. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTANA JÚNIOR, Gildásio. *Economia Solidária no Brasil: limites e possibilidades*. 2004. 30f. Projeto de tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Xerocopiado.

SANTOS, Boaventura; RODRÍGEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77.

SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.37, n.2, p.18-30, 1997.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63-71.

SILVA JÚNIOR, J. *Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCOMP/Banco Palmas*. 2004. 90f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura (Org.). *Produzir para viver : os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 83-127.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. Prefácio. In: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *A economia solidária numa perspectiva internacional*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004. p. 5-9.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA  
*Empreendimentos solidários da Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia*. Salvador, 2004. (Série estudos e pesquisas, 69).

TIRIBA, Lia. A economia popular e solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 221-244.

TOTH, Mariann; CRIVELARO; Rodrigo. *Sustentabilidade: obtenção, manutenção e maximização*. Disponível em: <[www.socialtec.org.br](http://www.socialtec.org.br)>. Acesso: em 12 abr. 2005.

VEIGA, Sandra Marlyrink; RECH, Daniel. *Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VENTO SUL: Informativo do Camp., Porto Alegre, ano 3, n.8, edição especial, jan. 2005.

## APÊNDICE



## ROTEIRO DE PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA

### I. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1. Nome:
2. Endereço:
3. Telefone:
4. Atividade:
5. Produtos / serviços:
6. Ano de início:
7. CNPJ:
8. Componentes

Integrantes:	Quantidade
Sócios	
Voluntários	
Assalariados	
Outros (especificar)	

### II. HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO

9. Como foi o processo de criação? (razões, contexto, origens do recurso, dos materiais, instalações, equipamentos, etc.)
10. Houve participação de atores externos? Quais? Como?
11. Quais as principais dificuldades e obstáculos enfrentados e soluções buscadas?

### III. DIMENSÃO ECONÔMICA

12. Quais os consumidores dos produtos da cooperativa?
  - ( ) Poder público
  - ( ) Empresas privadas
  - ( ) Pessoas físicas
  - ( ) ONGs
  - ( ) Fundações
  - ( ) Associações
  - ( ) Sindicatos
  - ( ) Igrejas
  - ( ) Cooperativas

13. Quais as dificuldades encontradas para comercialização?
14. A receita obtida através da venda dos produtos e/ou serviços é suficiente para :  
 Pagar as despesas e ter sobra  
 Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra  
 Não é suficiente para pagar as despesas
15. Como é decidido o que fazer e como são aplicadas as sobras conseguidas através da comercialização?
16. Qual a renda média mensal dos cooperados?
17. De quem a cooperativa recebe ou recebeu apoio financeiro?

PARCEIRIAS	FINALIDADE DO RECURSO
Poder Público Federal	
Poder Público Estadual	
Poder Público Municipal	
ONGs	
Fundações	
Associações	
Universidades	
Bancos	
Sindicatos	
Empresas	
Igrejas	
Partidos políticos	
Pessoas físicas	
Associações	
Outras parcerias - especificar:	

18. Qual o tipo de apoio **NÃO** financeiro já foi ou é dado à cooperativa e por quem?

Tipo de apoio	Responsável pelo apoio	Finalidade
Imóveis emprestados ou doados (por exemplo, sede para funcionamento)		
Equipamentos, móveis ou utensílios emprestados ou doados		
Qualificação profissional, técnica, gerencial		
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)		
Assistência jurídica		
Assessoria em marketing e na comercialização dos produtos		
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica		

Assessoria na constituição, formalização ou no registro		
Assessoria na gestão do empreendimento		
Trabalho voluntário		
Mutirões		
Outros (especificar)		

### III. DIMENSÃO SOCIAL

19. As relações na cooperativa são mais pessoais ou profissionais?
20. Na sua opinião, as relações entre os cooperados ajudam ou atrapalham o trabalho na cooperativa? Por que?
21. Como você avalia o comprometimento dos cooperados?
22. Quando um cooperado passa por dificuldades, como os outros cooperados reagem?
23. Como são tratados os conflitos na cooperativa?
24. Quais os critérios para o ingresso de novos membros na cooperativa?
25. Quais as razões para desligamento de algum membro do grupo?

### IV. DIMENSÃO POLÍTICA

#### a) Nível interno

26. Como são tomadas as decisões na cooperativa?
27. Qual o grau de participação dos cooperados nas decisões?
28. Como é organizado o trabalho na cooperativa? Quem decide?
29. Os cooperados possuem o conhecimento técnico necessário para realizar as atividades que executam?
30. Os cooperados possuem o conhecimento em gestão (ex: formação de preço, cálculo do custo, etc.) necessário para gerenciar a cooperativa? Quais as principais dificuldades encontradas?
31. A organização possui máquinas e equipamentos adequados à sua atividade?
32. Como você avalia a qualidade dos produtos e/ou serviços oferecidos?

33. Como funciona o processo de informação na cooperativa (acesso, transparência, inclusive em relação aos recursos)?

**b) Nível institucional**

34. A cooperativa participa de alguma rede ou fórum de articulação?

35. A cooperativa se articula com outras organizações?

36. A cooperativa tem alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares?

37. A cooperativa participa ou desenvolve alguma ação social na comunidade? A comunidade apóia de algum modo a cooperativa?

38. A cooperativa tem autonomia para decidir sobre o próprio destino (papel da acessoria, etc.)?

**ANEXOS**

**INVENTÁRIO FÍSICO DA COOPARTES**

<b>QUANTIDADE</b>	<b>ITEM</b>
1	PRENSA
1	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL
2	MESA DE CORTE
1	COMPUTADOR
1	ARMARIO
2	MESAS PARA ESCRITORIO
1	CADEIRAS PARA ESCRITORIO
1	IMPRESSORA
2	QUADRO DE AVISO
25	CADEIRAS PARA PRODUCAO
7	BASTIDORES
10	TEARES

## INVENTÁRIO FÍSICO DA COOPERCONFEC

Data	10/2/2005	Responsável:	Pablo M B Albino		
Máquinas			Equipamentos		
Modelo	Marca	R\$	Modelo	Marca	R\$
Reta	Pfaff		Monitor		
Reta	Yamata		Monitor	Samsung	
Reta	Yamata		CPU	AMD Durom	
Reta	Yamata		CPU	GenuineIntel	
Reta	Nissin		Impressora LX 300	Epson	
Reta	Nissin		Impressora C43SX	Epson	
Reta	Brother		Fax UX P100	Sharp	
Reta	Brother		Telefone	Intelbras	
Reta	Gemsky		Armário Aço 4 gav		
Reta	Gemsky		Armário Aço 2gav		
Reta	Rimoldi		Estante 6 prat	Amapá	
Reta	Rimoldi		Estante 6 prat	Amapá	
Reta	Rimoldi		Estante 6 prat	Amapá	
Reta	Rimoldi		Cadeira Giratória		
Reta			Cadeira Giratória		
Reta			Cadeira Braço		
Reta	Singer		29 Cadeiras		
Reta	Golden Lion		Fogão 4 bocas	Semer	
Reta	Sun Star		Geladeira 280 L	Consul	
Braço	Juki		Mesa de Corte		
Elastiqueira	Sun Special		Mesa de Passar		
Travete			Mesa de Escritório		
Coz	Starmaq		Mesa de Escritório		
Casiadeira	Juki		Mesa de Compt.		
Botoneira	Nissin		Ventilador	Arno	
2 Ferros	Takara		9 Prateleiras mad.		
Overlok	Yamata		Quadro de Avisos		
Overlok	Yamata		Edifício		
Overlok	Yamata		Tanque Loça		
Overlok	Siruba		Pia		
Interlok	King Special		Sanitário		
Interlok	Siruba				
Galoneira	Kansai Special				
Galoneira	Nissin				
Overlok	Siruba				
Rebobinadeira	Cheng Feng				
Botão de Pessão					

**MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA**



## **HOMENAGENS CONCEDIDAS**